

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Luiza Vieira Godinho

**CUIDANDO DE CRIANÇAS E INVESTIGANDO PARENTALIDADES: UM ESTUDO
ANTROPOLÓGICO SOBRE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA
ACOLHEDORA (SAFA) NA CIDADE DE JUIZ DE FORA-MG**

**JUIZ DE FORA
2022**

Luiza Vieira Godinho

Cuidando de crianças e investigando parentalidades: um estudo antropológico sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SAFA) na cidade de Juiz de Fora
-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Produções Simbólicas e Processos Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Bispo dos Santos

Juiz de Fora
2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vieira Godinho, Luiza.

Cuidando de crianças e investigando parentalidades: : um estudo antropológico sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SAFA) na cidade de Juiz de Fora -MG / Luiza Vieira Godinho. -- 2022.

182 f. : il.

Orientador: Raphael Bispo dos Santos

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2022.

1. "Família Acolhedora". 2. Acolhimento. 3. Parentesco. 4. Criança. 5. Cuidado. I. Bispo dos Santos, Raphael , orient. II. Título.

LUIZA VIEIRA GODINHO

**CUIDANDO DE CRIANÇAS E INVESTIGANDO PARENTALIDADES: UM ESTUDO
ANTROPOLÓGICO SOBRE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA
(SAFA) NA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG**

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação em
Ciências Sociais
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de mestra em
Ciências Sociais.
Área de
concentração: Cultura,
Poder e Instituições.

Aprovada em 29 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Raphael Bispo dos Santos - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Cristina Dias da Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Oswaldo Zampiroli Cerqueira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof(a) Dr(a) Paula Mendes Lacerda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 08/09/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Bispo dos Santos, Professor(a)**, em 29/09/2022, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Zampiroli Cerqueira, Professor(a)**, em 29/09/2022, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Dias da Silva, Professor(a)**, em 29/09/2022, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Mendes Lacerda, Usuário Externo**, em 30/09/2022, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0940484** e o código CRC **F8BB3AA2**.

Dedico este trabalho à minha madrinha Margarida Soares Vieira (in memoriam) e a meu avô, Hugo de Souza Ramos (in memoriam) que mesmo sem entenderem muito bem o que era uma dissertação, me apoiavam e não desistiram de mim, o que tornou possível o caminho até aqui.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente às três mulheres que compõe a equipe técnica do SAFA em Juiz de Fora, que aceitaram participar dessa pesquisa e me receberam literalmente em seus dias já tão corridos com a maior paciência do mundo. Obrigada por terem construído junto comigo não só essa pesquisa, já que sem vocês três não haveria esse trabalho, mas também uma relação de amizade da qual sinto falta de tomar café da manhã todos os dias.

Agradeço imensamente também às famílias acolhedoras de Juiz de Fora, que me receberam em suas casas e em suas vidas com a maior boa vontade e paciência para responder minhas inúmeras perguntas. Agradeço também as famílias de origem, que toparam me deixar entrar em suas casas apesar de estarem em um momento tão delicado de suas vidas. Obrigada pela disponibilidade e confiança!

À Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), que permitiu que eu realizasse a pesquisa em um dos serviços da instituição.

Sou grata também a meu orientador, Raphael Bispo dos Santos, que me acompanhou nesse caminho com empenho, paciência, carinho, muita generosidade e delicadeza em todos os momentos. Muito obrigada por ter me recebido de braços abertos desde a graduação, lá em 2017! Nosso encontro foi um divisor de águas na minha vida e foi fundamental não só por chegar até aqui, mas por fazer eu encontrar um lugar possível e, realmente, bom de existir na vida acadêmica. Suas aulas e orientações brilhantes acalmavam a angústia constante desse caminho e fazem com que eu também acredite em mim, já que você era o primeiro a não duvidar. Por fim, obrigada por não desistir dessa pesquisa apesar dos grandes percalços do caminho!

A Antônio Pilão, Alessandra Rinaldi e Oswaldo Zampiroli, pelas leituras e críticas em minha banca de qualificação. No auge da pandemia vocês gentilmente me ajudaram a pensar os novos caminhos que essa pesquisa teria que trilhar, uma contribuição inestimável.

Agradeço ainda à Alessandra Rinaldi, que apesar de ter me conhecido somente de forma online na minha banca de qualificação, me recebeu de braços abertos entre seus orientandos em sua disciplina “Família e parentesco”. Esses novos encontros contribuíram não só para essa pesquisa, como também para seguirmos durante a pandemia com a esperança renovada.

À Cristina Dias da Silva, Paula Lacerda e Oswaldo Zampiroli, pela gentileza em aceitar o convite para a banca de defesa do mestrado.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora, ao Instituto de Ciências Humanas e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que tornaram possível a minha formação.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa FEGS - Família, Emoções, Gênero e Sexualidade.

À Thais Bastonikov, pela tradução e todo o resto.

A Luciano Vicente pelos conselhos, ajuda constante, leitura atenta e amizade.

À Helena Santos Braga de Carvalho e Victória Alves Junqueira pela amizade e por estarem sempre comigo.

A Thiago, por tudo que fez por esse trabalho e por mim. Obrigada por seguir comigo dividindo as felicidades e as tristezas na mesma proporção!

À Marcia Faria Vieira Aleixo, minha mãe, por tudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A partir de uma pesquisa etnográfica essa dissertação tem como foco o “Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora” (SAFA) em funcionamento na cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais. Esse é um serviço que acolhe crianças e adolescentes que estão afastados de suas famílias de origem por causa de uma medida protetiva. O acolhimento é realizado por famílias voluntárias que fazem parte do serviço, as chamadas famílias acolhedoras. Nesse cenário, partimos do geral para o particular, procurando analisar o SAFA como uma política pública de intervenção social e a legislação que cria essa nova modalidade de acolhimento. Em seguida, pela necessidade de ver política pública sendo posta em prática, buscamos ver como acontece o serviço na cidade de Juiz de Fora. A partir disso, adentramos mais nos casos acompanhados em campo, com a intenção de refletir sobre os diferentes sujeitos envolvidos no acolhimento, as estruturas que são criadas por esse processo de acolhimento diferenciado para dar conta do cuidado dessas crianças e adolescentes e o impacto disso nas tramas de parentesco dos sujeitos envolvidos. Diante dessa estrutura nova e complexa de acolhimento, discutimos a existência de um processo chamado de “investigação de parentalidade”, que é o modo pelo qual as técnicas se organizam e elaboram as demandas do serviço de forma a lidar com os efeitos gerados pelo acolhimento nos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo que produzem decisões que definem o futuro das crianças, de suas famílias de origem e das famílias acolhedoras.

Palavras-chave: “Família Acolhedora”. Acolhimento. Parentesco. Criança. Cuidado

ABSTRACT

Based on an ethnographic research, this dissertation focuses on the foster care service (Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - SAFA) operating in the city of Juiz de Fora – Minas Gerais. This is a service that welcomes children and teenagers who, as a protective measure, have been taken away from their families of origin. The fostering is carried out by volunteer families that are part of the project, the aptly named fostering families. In this scenario, we start from the general to the particular, trying to analyze SAFA as a public policy of social intervention and the legislation that creates this new method of fostering. Then, due to the need to see public policy being put into practice, we seek to see how the service happens in the city of Juiz de Fora. From this, we delve deeper into the cases monitored in the field, with the intention of reflecting on the different subjects involved in the fostering, the structures that are created by this differentiated fostering process to take care of these children and teenagers and the impact of this on the kinship bonds of the subjects involved. Faced with this new and complex structure of fostering, we discuss the existence of a process called "parenting investigation", which is the way in which the techniques organize themselves and expand the demands of the service in order to deal with the effects generated by the fostering of the subjects involved, while at the same time producing decisions that define the future of the children, their families of origin and the foster families.

Key-words: Foster Families. Fostering. Kinship. Child. Care.

Sumário

Introdução.....	11
1. O processo de acolher.....	16
1.1 Da institucionalização ao acolhimento	17
2.1 A família, o estado e a criança “sujeito de direitos”	30
1.3 O funcionamento do SAFA	40
2. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em Juiz de Fora.....	50
2.1 Acompanhando o SAFA de Juiz de Fora	53
2.2 A rotina do SAFA em Juiz de Fora	59
2.3 A minha presença no campo	71
2.4 A equipe técnica do SAFA de Juiz de Fora	78
2.4.1 Laura, a assistente social da equipe.....	81
2.4.2 Aurora, coordenadora do SAFA e assistente social	88
2.4.3 Antônia, a psicóloga da equipe	93
2.3 Entre diferenças e semelhanças: as técnicas do SAFA.....	99
3. Investigando parentalidades	113
3.1 Investigando parentalidades nas famílias de origem	122
3.2 Investigando parentalidades nas famílias acolhedoras.....	143
3.3 Cuidando e Investigando Parentalidades.....	161

Considerações Finais 166

Referências 173

Introdução

A presente pesquisa tem como objeto o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SAFA), um dos programas nacionais de acolhimento de crianças e adolescentes. A partir de uma perspectiva antropológica, a pesquisa se desenvolve com um enfoque no SAFA localizado na cidade de Juiz de Fora e tem como proposta pensar não apenas essa nova política pública de acolhimento, mas também como se dá a prática da gestão desse serviço na cidade. Nossa atenção se volta para tentar entender como acontece a construção dessa complexa rede de cuidado que é gerida por uma equipe técnica que em conjunto com famílias acolhedoras que se voluntariam conseguem proporcionar o cuidado de crianças e adolescentes de forma a reestabelecer o bem-estar desses sujeitos.

Em 2009, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sofreu uma série de alterações que mudaram o cenário do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil. Uma das alterações mais importantes, como esta pesquisa destaca, foi feita pela lei 12.010/09, que dispõe sobre a garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes. O primeiro parágrafo do artigo 34 da lei 12.010/09, diz que: “A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei”. Sendo assim, nos casos em que alguma criança ou adolescente necessite ser afastado de sua família de origem, o acolhimento familiar passou a ser o serviço de preferência – em detrimento ao acolhimento institucional – fazendo com que tivesse mais força e investimento para ser expandido nacionalmente. Foi com essa mudança, que ainda em 2009, o Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras (SAFA) foi regulamentado e operacionalizado a nível nacional no Brasil.

O SAFA se apresenta como uma nova modalidade de acolhimento para crianças e adolescentes que surge para suprir alguns dos problemas da

“institucionalização”, nos chamados “abrigos”. O problema principal seria o de conseguir garantir o direito a convivência familiar, já que as crianças e adolescentes passariam a ser acolhidos nas chamadas famílias acolhedoras. Essas famílias são formadas por pessoas comuns que se voluntariam para o serviço e que já estão previamente cadastradas, capacitadas pelas equipes técnicas e, com o aval destas, se tornam aptas a acolher crianças e adolescentes. Nesse sentido, o SAFA é um novo mecanismo pelo qual o estado se apresenta para desenvolver o seu papel de proteção social de sujeitos considerados como “menores”, “vulneráveis” e que precisam ser protegidos pelo estado: as crianças e os adolescentes.

Essa pesquisa se iniciou com um trabalho de campo junto a equipe do SAFA de Juiz de Fora. Após passar pela burocracia institucional e conseguir a efetiva entrada em campo, fui autorizada a acompanhar a equipe técnica em todas as fases do acolhimento através de um contrato de trabalho voluntário. A pesquisa de campo teve início em dezembro de 2019. Porém, no dia 17 de março de 2020, após 3 meses e 17 dias, o trabalho de campo presencial foi interrompido pela pandemia de covid-19. Não só a minha ida a campo foi interrompida, como o trabalho da equipe técnica do SAFA foi suspenso. Este praticamente se baseava em visitas domiciliares e contato direto com as crianças acolhidas, famílias acolhedoras e famílias de origem.

Para além de todas as consequências trágicas que atingiram o mundo através do vírus, a equipe técnica ainda teve que se readequar de forma imediata para continuar o trabalho, pois as crianças ainda estavam acolhidas, novos casos continuavam chegando e novas demandas surgindo. O trabalho presencial da equipe técnica ficou suspenso até uma nova ordem (e as ordens mudavam o tempo todo). Os atendimentos, visitas e reuniões tiveram de ser feitos de forma remota, geralmente online por vídeo chamadas. Portanto, a pesquisa teve de ser repensada, levando em conta o novo cenário. Além de continuar o contato de forma remota com a equipe e algumas famílias acolhedoras, em termos metodológicos foram realizadas para a pesquisa entrevistas semiestruturadas por vídeo chamada com cada integrante da equipe técnica. Foi diante desses desafios e dos novos caminhos que nosso trabalho foi pensado.

A organização desta pesquisa foi construída através de três capítulos. Após esse momento introdutório, o primeiro capítulo, nomeado de “O processo de acolher”, tenta dar conta de mostrar o caminho histórico da construção do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SAFA). Nele, veremos como o SAFA se estrutura como uma política pública de intervenção social e qual foi a trajetória histórica da construção nacional desse novo tipo de acolhimento, levando em conta o caminho percorrido entre o cenário que desencadeou a criação do serviço até o momento atual, em que acompanharemos o serviço em Juiz de Fora. O SAFA surge como uma nova opção de acolhimento para crianças e adolescentes e estabeleceu mudanças nacionais na dinâmica de acolhimento. Por isso, é importante entender quais são as novidades e mudanças que o SAFA trouxe para o cenário do acolhimento. É necessário entendermos os sentidos sociais que envolvem essa política no nível macro das ações públicas de intervenção. O enfoque do capítulo é analisar os objetivos formais do SAFA, os seus códigos e as legislações que regem o seu funcionamento.

Para isso, o primeiro capítulo tratará de, através de uma análise da legislação da criação desse novo serviço, pensar o caminho percorrido para a criação dessa nova modalidade de acolhimento, seguindo a direção da “institucionalização ao acolhimento”. Discutiremos então uma das relações centrais presentes na estrutura do SAFA, a relação complexa entre a família, o estado e a criança “sujeito de direitos”. O capítulo mostrará também como se dá a estrutura de funcionamento do SAFA. Além de ser uma modalidade nova e não muito conhecida de acolhimento de crianças e adolescentes, veremos que o funcionamento do serviço depende de diferentes sujeitos, estruturas e lugares, para funcionar adequadamente. O capítulo tenta dar conta de apresentar que existe uma estrutura complexa por trás do SAFA, tanto na letra da lei da legislação que estabelece como deve ser o seu funcionamento, como no dia a dia que tenta colocar em prática essa política pública.

No segundo capítulo, denominado “O serviço de acolhimento em família acolhedora em Juiz de Fora”, a ênfase é colocada nos sujeitos que fazem o SAFA funcionar no dia a dia de uma cidade de médio porte de Minas Gerais. O capítulo é baseado principalmente na observação participante e no material originário de

entrevistas realizadas com a equipe técnica de Juiz de Fora. Nesse capítulo, tentaremos avançar para além daquilo que prevê a legislação vigente, visando acessar os objetivos e significados que os agentes que operam o SAFA na prática possuem sobre seu trabalho. Para isso, precisamos considerar as diversas etapas, as voltas, os desvios e as retomadas que envolvem a vida pessoal e profissional desses sujeitos, pois elas influenciam suas atuações profissionais e, portanto, o SAFA como um todo em Juiz de Fora.

Nesse segundo capítulo traremos a descrição de como é gestado o SAFA em Juiz de Fora. Há uma descrição de como é sua estrutura institucional, física e técnica. Há a descrição de como se deu minha presença no campo, já que realizei inicialmente a pesquisa acompanhando a equipe técnica em seu dia a dia de trabalho. O capítulo mostrará como a equipe realiza o acolhimento dessas crianças e adolescentes em Juiz de Fora, tentando mostrar como se dá o cuidado desses sujeitos em acolhimento. Será apresentado o *escritório*, local central onde funciona o serviço na cidade, bem como sua equipe técnica e sua rotina de trabalho e cuidados. Aurora, a coordenadora e assistente social; Antônia, a psicóloga; e Laura¹, a assistente social, são as três mulheres que, juntas, compõem a equipe técnica do SAFA e fazem com que o serviço de acolhimento em família acolhedora funcione em Juiz de Fora. Assim, o foco final do capítulo se direciona para essas três mulheres e suas atuações no SAFA buscando pensar o entrelaçamento de suas trajetórias com o SAFA.

Já o terceiro capítulo foi nomeado de “Investigando parentalidades” e foca em explorar a ideia da presença de uma *investigação* de parentesco dentro do SAFA. Identifiquei uma espécie de característica que está presente nas ações da equipe técnica de Juiz de Fora durante todo o processo de acolhimento dessas crianças e adolescentes: há uma investigação constante por parte das funcionárias com relação as tramas de parentesco dos sujeitos atendidos pelo serviço. Mais precisamente, acredito que há uma investigação que ocorre no *modus operandi* da equipe do SAFA

¹ Todos os nomes são fictícios para proteger a identidade de nossas interlocutoras.

no que se refere às relações de parentesco dos sujeitos envolvidos no acolhimento. Há uma necessidade recorrente de se acumular informações sobre as tramas de parentesco das pessoas envolvidas com o serviço que sirvam como fundamentos para as ações técnicas, uma espécie de acumulação de *indícios*, *indicativos* e *sinais* que auxiliam as profissionais em suas análises psicossociais para, assim, tomarem suas decisões.

Nesse terceiro capítulo focaremos não só no *cuidado*, mas em como ao realizar esse *cuidado* a equipe técnica acaba criando estratégias para cumprir com as “tarefas” dessa política de intervenção social. A “investigação de parentalidade” é um conceito por mim formulado e que tenta dar conta de dois momentos distintos no SAFA: o primeiro, ligado às famílias que sofrem a intervenção social ao terem seus filhos retirados de seu convívio e acolhidos; e o segundo momento, ligados aos sujeitos que voluntariamente realizam esse acolhimento em suas próprias famílias. Essa expressão “investigação da parentalidade” tenta contemplar as inúmeras nuances desenvolvidas pela equipe técnica do serviço durante cada caso de acolhimento. Para isso, veremos diferentes casos e situações de acolhimento que nos ajudam a entender como os *afetos* e os *vínculos* de parentesco destacam-se como sendo os elementos essenciais para essa investigação, norteando também as noções de *cuidado* e *acolhimento* desenvolvidas pelo SAFA em Juiz de Fora.

Por fim, nas considerações finais, refletiremos e avaliaremos todo esse caminho percorrido, com a intenção tanto de fazer um balanço de nossas conquistas, quanto dos aprendizados e lacunas que um dia poderão ser preenchidas com a continuidade da pesquisa. Sendo assim, a presente dissertação de mestrado trata de realizar um duplo convite ao/a leitor/a: de companheirismo, para que você percorrer a trajetória proposta por nossa pesquisa e, ao mesmo tempo, de incentivo, para que através de novas reflexões, novos caminhos possam ser pensados e novas respostas encontradas. Tenha uma boa leitura!

1. O processo de acolher

Nossa pesquisa terá como foco o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SAFA) realizado em Juiz de Fora, Minas Gerais. O SAFA é um dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes que são afastados da família de origem por conta de medidas protetivas determinadas pela Vara da Infância e da Juventude na cidade de Juiz de Fora. O SAFA não é o único serviço de acolhimento na cidade, há também o serviço de acolhimento institucional e o acolhimento realizado em “Casa Lar”.

Esse primeiro capítulo tentará dar conta de iniciar o caminho de análise desse serviço em Juiz de Fora. Nesse primeiro momento, vamos reconhecer que o SAFA faz parte de uma política pública de intervenção social e, por isso, é importante conhecermos o caminho que essa política percorreu até o momento atual, de seu pleno funcionamento em nosso trabalho de campo. Para isso, temos de analisar os objetivos formais do serviço, os códigos e as legislações que o norteiam. Acreditamos ser de extrema relevância em nossa pesquisa iniciarmos refletindo sobre quais são os sentidos sociais que envolvem essa política no nível macro das ações públicas de intervenção.

Nesse sentido, temos de levar em conta que o SAFA se apresenta como um novo serviço de acolhimento de crianças e adolescentes e que veio para mudar a dinâmica de acolhimento nacional. O grande diferencial do serviço é o de realizar o processo de acolhimento dessas crianças em casas de famílias da sociedade civil. O serviço se propõe a dar conta de auxiliar na solução dos problemas sociais gerados pelo processo de acolhimento, não só da criança e/ou adolescente que se encontra nessa situação, como também das famílias de origem desses sujeitos. Por isso, vamos tentar, nesse capítulo, entender o que o SAFA traz de novo, principalmente em sua legislação de base e na sua estrutura técnica de funcionamento, através dessa nova opção de acolhimento para crianças e adolescentes.

1.1 Da institucionalização ao acolhimento

De forma geral, como já salientamos, o que diferencia o SAFA dos outros acolhimentos é que o acolhimento das crianças é feito em famílias da comunidade em que o serviço está inserido. Essas pessoas são famílias voluntárias que já foram previamente cadastradas, capacitadas e estão aptas a acolher, as chamadas famílias acolhedoras. Essas famílias passam por uma triagem, um treinamento e posterior acompanhamento da equipe técnica do SAFA e da Vara da Infância e da Juventude. Na cidade de Juiz de Fora, durante o trabalho de campo, essas famílias recebiam uma ajuda de custo de 250 reais por mês por criança acolhida.

A equipe técnica do SAFA realiza um trabalho de acompanhando da família de origem e/ou extensa dessas crianças e adolescentes acolhidos. Isso porque o ideal do serviço é que o acolhimento termine o mais rápido possível e que essas crianças e adolescentes possam, prioritariamente, voltar a sua família de origem ou extensa. Se isso não ocorrer, seguindo todos os trâmites, a equipe do serviço acompanhará o processo da inclusão dessas crianças no sistema nacional de adoção e posteriormente a colocação delas em família substituta por meio da adoção legal.

Esse serviço de acolhimento faz parte dos programas criados para auxiliar a implementação efetiva do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), sendo definido após a aprovação em 2006 do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). O PNCFC diz que o SAFA foi estruturado para ajudar a alcançar os direitos já anteriormente previstos no ECA e que ainda não estavam sendo plenamente alcançados.

Nesse sentido, podemos refletir a partir do SAFA sobre as diversas formas criadas ao longo da história brasileira acerca da intervenção feitas pelo estado no que diz respeito às crianças e adolescentes, como vários autores já indicaram em diferentes trabalhos (Cf. ALVIM e VALLADARES, 1988; VIANNA, 2002a e 2002b; VALENTE, 2014; FONSECA e SCHUCH, 2009). Essas pesquisas mostraram que a legislação anterior à Constituição Federal de 1988 e ao ECA (1990) tinham o objetivo

geralmente punitivo sobre as crianças e as “famílias desordenadas” (VIANNA, 2002a), além daqueles sujeitos “considerados abandonados ou delinquentes” (VALENTE, 2014, p. 33).

Temos de levar em conta que houve uma ruptura nesse cenário após a Constituição Federal de 1988, já que o texto passou a incorporar toda a população infantil e adolescente brasileira, reconhecendo essa população como um todo e não só focando nos casos de abandonos ou nos considerados delinquentes. Posteriormente, em 1990, o ECA passou também a reconhecer a criança e o adolescente não mais como um “menor em situação irregular”, mas sim como um “sujeito de direitos”. No artigo 100, incluído pela Lei nº 12.010, de 2009 o ECA reconhece isso ao dizer:

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal; (BRASIL, 1990).

Esse reconhecimento também estava presente na Constituição Federal, vale destacar que a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 227 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de **colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão** (BRASIL, 1988, Art. 227, grifos meus).

Através dessas mudanças que a preocupação do estado com a infância foi se modificando. Se estabeleceu a partir dessa nova Constituição, como o próprio texto diz, como uma “absoluta prioridade” os direitos das crianças e adolescentes. Adriana Vianna (2002a) já discutiu isso e salientou que essa preocupação está fundada em

uma nova percepção da infância que considera as crianças e a adolescentes como “sujeitos de direitos especiais”, em que “não apenas a família, mas também o estado deveria proporcionar certos mínimos sociais (estudo, lazer, alimentação etc.)” (VIANNA, 2002a, p. 271). Segundo essa mesma autora, a legislação e as políticas públicas anteriores à Constituição Federal de 1988 tinham como objetivo acionar a intervenção do estado perante infâncias e famílias vistas como “erradas”, para que a ordem social assim se mantivesse (VIANNA, 2002a, p. 271). Mas, vale dizer que Jane Valente discute esse cenário e ressalta que essas mudanças legislativas e, especificadamente, esse artigo da constituição “foi concebido a partir do debate de ideias no processo de trabalho da convenção e da participação de vários segmentos sociais envolvidos na causa da infância no Brasil” (VALENTE, 2014, p. 32).

Em 1990, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi fortemente amparado na Constituição Federal de 1988 e nas mudanças ocasionadas por ela. Esse debate vem junto dessa nova perspectiva ressaltada por Vianna (2002a) sobre crianças como “sujeito de direitos”, que é tratado no próprio texto e que acompanha a tentativa de, na época, transpor para o Brasil o conceito jurídico de “infância universal” que estava em destaque desde os anos 1960 (FONSECA e SCHUCH, 2009). O incentivo era para que se estabelecesse a noção de existência de uma “infância universal” em que a infância seria “uma fase da vida associada às noções de lazer, ingenuidade, aprendizado e com necessidades de uma proteção especial” (FONSECA e SCHUCH, p.15, 2009). Embora popularmente essa ideia não se fizesse presente fortemente na sociedade brasileira, juridicamente ela se estabeleceu, sem levar em conta as “clivagens profundas em termos étnicos, raciais, de gênero e de classe” (FONSECA e SCHUCH, 2009, p. 14), resultando em efeitos na construção das legislações e políticas.

Um desses efeitos foi a construção do ECA. Como ressalta Valente (2014), o ECA foi feito através do debate acerca da nova Constituição Federal, com o objetivo de organizar em um Estatuto “de forma ampla e comprometida como devem ser vistos e tratados as crianças e os adolescentes no país” (VALENTE, 2014, p. 34). Os efeitos gerados através desse incentivo e ênfase na mudança legal – que foi impulsionado pela criação dessa nova legislação sem que ocorresse também uma mudança nas práticas sociais – chamam a atenção de Fonseca e Schuch (2009). Para as autoras,

“a euforia da promulgação de legislações vistas como “modernas” e “igualitárias”, por vezes faz esquecer que, como salientou Fajardo (2003), o que está sendo universalizado não são os “direitos” em si, mas os “sujeitos de direito” (FONSECA e SCHUCH, p. 15, 2009).

Com essa transformação, Fonseca e Schuch nos mostram que há uma importante oposição entre a ideia de se estabelecer a universalização da infância em contraposição à promoção de uma “universalização das condições de acesso aos direitos à infância” (FONSECA e SCHUCH, p.15, 2009). Esse cenário é muito importante para pensarmos as políticas direcionadas às crianças, como é o caso do SAFA, uma vez que é a partir desse “não acesso” aos direitos que os cuidadores dessas crianças passam a precisar de intervenções. As reformulações legislativas modificaram muito essas intervenções, por exemplo, quando o ECA, em seu artigo 23, retira a pobreza como motivo de acolhimento: “Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder familiar” (BRASIL,1990). Pensando especificamente no caso de acolhimento de crianças e adolescentes, podemos ver que com isso surgiram os termos “maus tratos” e “negligência” para justificar a intervenção.

Vemos que o ECA estabeleceu junto com a Constituição Federal de 1988 uma série de direitos que devem ser garantidos às crianças e adolescentes brasileiros. O direito à convivência familiar é um desses novos direitos e ele está diretamente ligado à criação do SAFA. O direito à convivência familiar aparece tanto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, quanto também aparece no artigo 19 do ECA. Esse direito também irá aparecer posteriormente em vários documentos que estruturam o SAFA. Antes de adentrarmos a legislação específica do SAFA podemos ver, nesse primeiro momento, que ele também faz parte desse novo conjunto de ações do estado direcionadas às crianças e aos adolescentes que Vianna(2002a) discorre ter ocorrido após o ECA.

Em alguns estudos socioantropológicos no Brasil, com destaque para o de Claudia Fonseca (2006a) sobre circulação de crianças, evidencia-se a presença histórica de uma cultura de ajuda mútua entre famílias no que diz respeito ao cuidado com as crianças. Valente (2014) em seu livro – que tem como foco o serviço de

acolhimento em família acolhedora – destaca que já havia a presença de um acolhimento familiar em algumas cidades brasileiras, mas isso se dava de forma informal. Valente (2014) concorda com Vianna (2002a) e destaca que é a partir da Constituição de 1988 que houve uma mudança substancial e o acolhimento familiar passou então a começar a ser pensado como uma política pública de estado.

O SAFA que está em prática hoje em dia foi apresentado como parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004, direcionada para criar medidas efetivas de implementar o ECA. No texto desse documento, o serviço de acolhimento em família acolhedora foi tipificado como um serviço socioassistencial, visto como uma Medida de Proteção que pertence aos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Sendo assim, passou a ser visto como uma política pública que deveria ser aplicada em todo o país.

Em 2006 houve mais uma adição ao cenário nacional dos acolhimentos de crianças e adolescentes decorrente da aprovação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC/2006). Essa foi uma política que começou a ser pensada após surgirem em 2004 os resultados de uma pesquisa encomendada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A pesquisa originou, com os seus resultados, o livro-relatório chamado de “O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil”. Segundo o próprio texto, o “levantamento examina a situação de instituições que têm a responsabilidade de cuidar de uma parte das crianças e dos adolescentes do Brasil. São os abrigos, ou outra denominação que se dê: orfanatos, educandários e casas-lares” (SILVA, 2004, p. 17).

Um dos resultados mais importantes dessa pesquisa foi a de que o direito de convivência familiar e comunitária, previsto pelo ECA, estava sendo violado nessas instituições de abrigamento. Foi isso que gerou o PNCFC/2006, que segundo Valente (2014):

[...] reflete um compromisso nacional de dar prioridade à convivência familiar e comunitária, com vistas na formulação e implementação de políticas públicas que assegurem essa garantia de direitos das crianças e adolescentes, de forma integrada e articulada com os demais programas de governo (VALENTE, 2014, p. 76-77).

Esse plano nacional estabeleceu novas perspectivas nos serviços sociais, influenciando diretamente uma reestruturação nos serviços de acolhimento institucional em todo país. O PNCFC/2006 se fundamentou na prevenção dos vínculos familiares dessas crianças e adolescentes, direcionando que as políticas públicas sejam articuladas para promover a manutenção do convívio da criança e adolescente com sua família de origem e com a comunidade. Isso visa promover um processo de acolhimento menos prejudicial para as crianças e adolescentes, além de fortalecer os empenhos para o retorno a família de origem, sendo a família substituta a última opção.

Tivemos, então, para o cenário do acolhimento uma nova mudança em 2009. Essa mudança se deu através da alteração do ECA feita pela lei 12.010/09, no seu artigo 34, que afirma que: “A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei” (BRASIL,1990). Sendo assim, o acolhimento familiar deveria ser o serviço de preferência em detrimento ao acolhimento institucional, fazendo com que o serviço tivesse mais força e investimento para ser expandido nacionalmente.

Ainda em 2009, houve a publicação do documento de Tipificação de Serviços Socioassistenciais, em que o SAFA foi então definido como:

Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem (BRASIL, 2009b, p. 54).

Com essas novas alterações e definições, o Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras foi regulamentado e operacionalizado, ainda em 2009, através do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”. Isso foi previsto na Tipificação de Serviços Socioassistenciais que determinaria que o SAFA:

[...] deverá ser organizado segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, sobretudo no que se refere à preservação e à reconstrução do vínculo com a família de origem, assim como à manutenção de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos etc.) numa mesma família. O atendimento também deve envolver o acompanhamento às famílias de origem, com vistas à reintegração familiar (BRASIL, 2009b, p. 54).

O documento de “Orientações Técnicas” se propõe a estabelecer as diretrizes e as regras a serem aplicadas em todo o território nacional para a implementação e a organização de todos os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes que exclusivamente estejam em situação de abandono ou afastados da família de origem por determinação das autoridades. O documento se apresenta com o objetivo central de afirmar o compromisso de promoção pelo estado brasileiro do “direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2009a).

Portanto, essas orientações se baseiam tanto na legislação vigente, que determina o direito à convivência familiar, quanto no que chamam de “desenvolvimentos científicos” (BRASIL, 2009a), isto é, inúmeras pesquisas debatidas na construção conjunta desse documento que apontam para os “malefícios” para a criança e adolescente que são privados do convívio familiar nas situações de afastamento da família de origem. Nesse sentido, essas novas orientações se propõem a assegurar as condições necessárias para o melhor desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, mesmo quando houver a necessidade de afastamento de sua família de origem. Sendo assim, uma das características do SAFA, segundo o documento, seria a “não institucionalização da criança e adolescente” (BRASIL, 2009a), para que de forma mais eficiente do que as instituições

de acolhimento tradicionais se consiga a preservação do direito previsto no ECA de “convivência familiar” (BRASIL, 1990). O SAFA: “Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente” (BRASIL, 2009a).

As novas diretrizes para a atuação dos serviços de acolhimento nacional são propostas que se apresentam como uma forma de, mesmo em situações de abandono ou de afastamento do convívio familiar, proporcionar “experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar” (BRASIL, 2009a). Por isso, os serviços de acolhimento como o destacado aqui têm como objetivo previsto na legislação desenvolver um atendimento “transitório, porém reparador” (BRASIL, 2009a) para os sujeitos envolvidos.

O SAFA se estabeleceu legalmente como uma medida diferenciada de acolhimento de crianças, mas que também preserva - como fazem os outros serviços de acolhimento institucional - a busca pelos dois princípios fundamentais do acolhimento que foram definidos no ECA: “a excepcionalidade” e “a provisoriedade” (BRASIL, 1990). O programa já é definido no documento das orientações técnicas como o:

Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente (BRASIL, 2009a, p. 76).

Os princípios da excepcionalidade e da provisoriedade do acolhimento já foram determinados pelo ECA no seu artigo 101 inciso I:

§ 1º- – o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (BRASIL, 1990)

Vale destacar que a legislação que norteia o SAFA ressalta a importância de não se confundir esse serviço com a adoção propriamente dita, pois seriam instâncias diferentes, já que as famílias acolhedoras realizariam um “acolhimento provisório”. As famílias acolhedoras não podem estar no cadastro nacional de adoção, pois não é possível que elas adotem essas crianças acolhidas. O PNCFC/2006 traz até mesmo um ponto para explicar a necessidade da garantia dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade justamente nos programas de famílias acolhedoras, mas também nos outros programas de acolhimento institucional de crianças e de adolescentes:

Toda medida de proteção que indique o afastamento da criança e do adolescente de seu contexto familiar, podendo ocasionar suspensão temporária ou ruptura dos vínculos atuais, deve ser uma medida rara, excepcional. [...] Quando necessário o afastamento, todos os esforços devem ser realizados no sentido de reintegrar a criança ou adolescente ao convívio da família de origem, garantindo, assim, a provisoriedade de tal afastamento (BRASIL, 2006, p. 71-72).

É, então, que seguindo as instruções do ECA, o SAFA se propõe também a ser um acolhimento “provisório” de forma a “beneficiar” as crianças e adolescentes enquanto as instâncias responsáveis por seu caso buscam estabelecer uma solução “permanente”, quer seja à volta a família de origem ou, em última instância, a adoção (BRASIL, 2009a).

Podemos perceber, então, que a trajetória de construção do SAFA foi e é construída desde as mudanças trazidas pela nova Constituição Federal de 1988 até os desafios gerados pelo acolhimento nos dias de hoje. Mas, assim como acontece com outros serviços públicos, não basta a imposição da lei, pois o funcionamento do SAFA envolve várias instâncias diferentes da sociedade para que seja realmente posto em prática. Aqui vale ressaltar que nossa pesquisa acredita que o

acompanhamento do dia a dia do SAFA nos proporciona ver como se dá a relação entre a lei e o dia a dia dessa política pública. Portanto, no que diz respeito a essa relação entre a legislação e a prática do cotidiano, concordamos com as palavras de Claudia Fonseca e Patrice Schuch (2009) que, com inúmeras pesquisas na área, desenvolveram um livro em conjunto para falar pelo viés da antropologia sobre as políticas de proteção à infância, destacando o seguinte:

Em outras palavras, entendemos a relação entre leis e práticas como de mutualidade constitutiva. Ou seja, assim como a lei é um dos elementos que constitui as categorias da vida cotidiana, estas mesmas categorias e rotinas dão forma e significado para a lei. Tal entendimento produz a necessidade de entender as condições sociais de possibilidade da emergência de determinados discursos legais (que não se esgotam na lei, portanto), assim como seus efeitos (FONSECA e SCHUCH, 2009, p.12).

Para tentar compreender isso, então, temos de lembrar que na legislação o SAFA não é só uma nova modalidade de acolhimento para crianças e adolescentes, mas também se mostra como uma tentativa de superar os problemas da institucionalização. O SAFA se torna um novo mecanismo pelo qual o estado se apresenta para desenvolver o seu papel de proteção social de sujeitos considerados como “menores” e, agora, também “de direitos”.

O ECA criou grandes desafios a serem vencidos. Como já mencionamos, o SAFA , segundo o PNCFC, mesmo sendo estabelecido legalmente somente em 2006, faz parte dos programas que foram criados para que houvesse a efetivação real do ECA. Costa e Rossetti-Ferreira (2009) destacam que tanto o ECA quanto os programas de acolhimento de crianças e adolescentes se baseiam em teorias da psicologia, especialmente da perspectiva das teorias da psicologia do desenvolvimento, para justificar a ênfase e a valorização da família como o melhor contexto para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes (COSTA e ROSSETTI-FERREIRA, 2009, p. 114-115).

Valente (2014) destaca que nesse cenário, após a construção do ECA, teve de haver uma extensa mobilização de mudança para conseguir colocar em prática tudo o que o documento previa:

Colocar em funcionamento o amplo e desafiador conjunto de direitos proposto nesse documento [ECA], provocando a necessária mudança cultural (jurídica e social), transformando o paradigma até então consolidado de “menor em situação irregular” em um no qual a criança e o adolescente passam a ser apreendidos como “sujeitos de direitos”, exigiu um grande esforço. Esse esforço foi organizado em um Sistema de Garantia de Direitos, representado por um conjunto de ações que envolvem os órgãos de defesa, de promoção e de controle do direito de crianças e adolescentes (VALENTE, 2014, p. 21).

Como já mencionamos, um dos direitos previstos pelo ECA, que é central para a nossa pesquisa, é aquele previsto em seu artigo 19, que diz que toda criança ou adolescente tem direito à convivência familiar e comunitária, seja em sua própria rede familiar, ou excepcionalmente em família substituta (BRASIL, 1990). Segundo Costa e Rossetti-Ferreira (2009):

A própria inclusão do direito à convivência familiar e comunitária nas normativas internacionais e nacionais foi subsidiada por teorias que ressaltavam a importância dos vínculos afetivos com as figuras parentais para o desenvolvimento saudável da criança, como também os efeitos nocivos ao desenvolvimento causado pelo processo de institucionalização (COSTA e ROSSETTI-FERREIRA, 2009, p. 115).

Após o ECA, o estado passou a ter de assegurar esse direito à convivência familiar e comunitária, com isso há um esforço para que esse direito seja assegurado em todos os meios de acolhimento, tanto o institucional quanto no familiar. Esse “dever do estado” é baseado na ideia de cuidado: as crianças ou adolescentes que não possam ser cuidadas pelos seus familiares originais, precisarão ser cuidadas por alguém, e esse “alguém” é o estado.

Vicente (2004) destaca que após esses novos direitos, principalmente o de convivência familiar e comunitária, a ideia da “afetividade” começou a se tornar mais presente nos debates e nos discursos oficiais. Dessa forma, o vínculo afetivo começou a aparecer nas novas legislações adquirindo, segundo ele, uma “dimensão política” (VICENTE, 2004, p. 51). Com isso, segundo o autor, a convivência familiar começou a ser mobilizada pelas novas políticas públicas para que o estado conseguisse suprir esse direito. Tanto a política de adoção quanto os serviços de acolhimento sofreram influência dessa dimensão política do vínculo. Em nosso trabalho destacamos que a institucionalização das crianças passou a ser questionada e direcionada a ser substituída pelo acolhimento em famílias acolhedoras.

A institucionalização de políticas para crianças no Brasil e no mundo possuem inúmeras críticas voltadas principalmente para os “efeitos” desses cuidados realizados pelo estado na vida desses indivíduos (FONSECA e SCHUCH, 2009). O acolhimento institucional de crianças e adolescentes em abrigos já era bastante questionado no Brasil e no mundo, sendo visto como um “problema social”. As críticas para a institucionalização de crianças e adolescentes se deram porque apesar de ter sido desenvolvida para que o estado assegurasse o cuidado necessário às crianças e adolescentes fez com que o isolamento de forma prolongada desses jovens acolhidos em instituições causasse novos problemas. Com a nova visão de uma “infância universal” (FONSECA e SCHUCH, 2009) e da ideia de as crianças e adolescente serem “sujeitos de direitos especiais” (VIANNA, 2002a), o estado teve que se mobilizar para garantir esses direitos.

Uma das ferramentas que o estado mobilizou para garantir esses direitos foi a criação ou reestruturação dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Como uma das alternativas ao abrigo institucional, surgiu o acolhimento familiar. Esse novo tipo de acolhimento mobiliza fortemente na sua construção a ideia de ser um novo tipo de acolhimento que tentará melhorar os problemas gerados pelo próprio processo de acolhimento.

Mas, mesmo com a determinação de se escolher preferencialmente o acolhimento familiar frente ao institucional, isso não acabou com a institucionalização. Temos que nos lembrar que com a chegada do acolhimento em família acolhedora os

acolhimentos institucionais não foram extintos, mas sim reestruturados levando em consideração as novas perspectivas constitucionais trazidas pelo ECA. Por isso, é importante termos em mente na nossa pesquisa que, assim como destaca Valente (2014), o acolhimento em família acolhedora e o acolhimento institucional são duas diferentes modalidades de acolhimento que se “[...] diferem quanto à metodologia e à natureza jurídica” (VALENTE, 2014, p. 106). Mas, no âmbito dos serviços de proteção, as duas modalidades possuem a mesma finalidade: a de acolher e proteger de forma integral crianças e adolescentes afastados temporariamente do convívio de sua família de origem (VALENTE, 2014, p. 106).

Nesse cenário, podemos ver então que o ECA é a orientação base desses novos direitos. Foi a partir dele que várias políticas públicas foram desenvolvidas com o intuito de promover os direitos das crianças e adolescentes. Por isso, ao analisarmos a criação do SAFA, vemos que a maioria dos documentos que norteiam o serviço se volta ao ECA para justificar a criação de uma nova forma de acolhimento, que preservasse o direito a convivência familiar. Com isso, a trajetória do SAFA culmina na alteração do ECA em 2009, como mencionamos anteriormente, em que se determina a preferência do acolhimento familiar ao invés do acolhimento institucional.

De certa forma, analisando o contexto histórico de transformação em que se desenvolveram essas alterações nas formas de acolhimento de crianças e adolescentes, podemos ver que o acolhimento em família acolhedora foi se desenvolvendo para auxiliar no “problema da institucionalização”. Em termos práticos, inicialmente esse novo acolhimento tiraria esses sujeitos de dentro de instituições, colocando-os nas famílias acolhedoras, elas conseguiriam proporcionar o cuidado individualizado e gerar uma efetiva integração social dessas crianças e adolescentes, algo que é previsto no ECA e não estava conseguindo ser realizado integralmente.

Olhando as duas formas de acolhimento de crianças e adolescentes disponíveis hoje, institucionalização ou abrigos e o acolhimento por família acolhedora, podemos ver que uma das grandes diferenças é a participação de pessoas da sociedade civil auxiliando o estado para que se consiga efetivar uma política pública. Enquanto no acolhimento institucional há somente a participação do estado como responsável, no acolhimento em família acolhedora há uma espécie de

compartilhamento da responsabilidade com a sociedade, mais especificamente, com a “instituição” família. Nesse sentido, podemos ver, assim como identificam Fonseca e Schuch (2009), que a família no Brasil foi sendo mobilizada e se tornou em vários momentos um “instrumento de governo” (FONSECA; SCHUCH, 2009).

2.1 A família, o estado e a criança “sujeito de direitos”

A relação entre família e estado é um abrangente debate nas ciências sociais, não sendo hoje uma grande novidade. Na década de 1980, ao analisar na França a construção histórica e social da “instituição” família, Jacques Donzelot (1980) já destacava que a família se tornou um “sujeito e objeto de governo”, pois

[n]o Antigo Regime a família era, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de governo. Sujeito, pela distribuição interna de seus poderes: a mulher, os filhos e os aderentes (parentela, serviçais, aprendizes) devem obrigação ao chefe de família. Objeto, no sentido em que também o chefe de família se situa em relações de dependência. (DONZELOT, 1980, n.p.).

Em termos gerais, o autor destaca que nessa fase histórica as pessoas foram sendo disciplinadas pela burguesia para uma nova forma de vida familiar. Entre o século XVII e o XX, houve a tentativa da construção de uma ordem social na França através da intervenção do estado. Essa tentativa fez com que a “família” fosse utilizada como um ator central para se alcançar essa nova ordem social. De certa forma, houve uma intervenção estatal “moral” dentro das famílias, o que o autor chama de um “governo **através** da família” (DONZELOT, 1980, n.p., grifo meu). Esse governo através da família, segundo Donzelot (1980), foi o momento em que o poder do estado estava totalmente apoiado na estrutura das famílias. Há então, o estabelecimento de uma forte aliança entre o estado e a família que vai permear essa nova estrutura social (DONZELOT, 1980, n.p.).

Donzelot (1980) também destaca que foi a partir de 1840 que houve uma mudança de percepção no que diz respeito as crianças na estrutura familiar, pois é nesse momento que há a criação de leis para a proteção e cuidado durante a infância na França. Segundo o autor, esse novo momento culmina na criação do “tribunal de menores”, que “em vez de um lugar de deliberações e de julgamentos públicos, o tribunal de menores faz pensar na reunião de um conselho de administração de uma empresa de produção e de gestão da infância desadaptada” (DONZELOT, 1980, n.p.). Essa “gestão da infância desadaptada” cria um poder estatal que em muitos casos substituí o poder paterno e materno.

Incrustada nessa dupla rede de tutores sociais e técnicos, a família aparece como colonizada. Não são mais duas instâncias que se confrontam: a família e o aparelho. Mas, em torno da criança há uma série de círculos concêntricos: o círculo familiar, o círculo dos técnicos, o círculo dos tutores sociais. Resultado paradoxal da liberalização da família, da emergência de um direito da criança, de um reequilíbrio da relação homem-mulher: quanto mais esses direitos são proclamados, mais se fecha em torno da família pobre a opressão de uma potência tutelar. O patriarcalismo familiar só é destruído em proveito de um patriarcado do Estado (DONZELOT, 1980, n.p.).

Nessa dinâmica, o patriarcado do estado assume, por meio desse “tribunal de menores”, com o auxílio da medicina e da psicologia, as decisões acerca do menor. Isso inclui a decisão de se esse menor tem ou não a necessidade de uma espécie de “medida protetiva” do estado, que se equivale muito, guardando as devidas proporções, a medida protetiva de acolhimento que vemos na dinâmica do SAFA. Segundo Donzelot (1980), naquela época tais demandas por proteção tiveram de ser supridas pelo estado através da filantropia e dos “serviços sociais” que estavam surgindo.

Destaca-se também que Donzelot (1980) demonstra que uma certa “estrutura” é desempenhada pelos órgãos que compõem a chamada “polícia da família”, que se assemelha muito com a parte “burocrática” do acolhimento de crianças que encontrei no meu campo. Essa semelhança que identifiquei no cenário mostrado por Donzelot (1980) na França e o cenário do acolhimento em família acolhedora brasileiro é

referente a existência de uma certa “estrutura” envolvida com uma proposta de acolhimento. Podemos perceber fortemente essa estrutura quando o autor discute a situação das “famílias inestruturadas: conversão ou destruição”. O cenário que ele apresenta tem como foco inicial a presença de uma assistente social que realiza a visita à casa de uma certa família e produz um relatório ao juiz do caso. O juiz então abriria um inquérito que era desenvolvido em conjunto pela polícia e pelos “serviços sociais” da época com o intuito de investigar as informações obtidas. Por fim, essas informações eram levadas aos tribunais de menores que, segundo o autor, geralmente estabeleciam a necessidade de uma “intervenção para a proteção da infância” (DONZELOT, 1980, n.p.). Essa “intervenção” é feita por meio dos “encargos”, que são inúmeras intervenções tais como: a tutela do menor; a assistência educacional; as internações; entre outras ações (DONZELOT, 1980, n.p.).

Essa estrutura mostrada por Donzelot (1980) se refere a outra época histórica e até mesmo a outro país. O contexto da França e do Brasil possui grandes e significativas diferenças, mas acredito que existem três questões importantes para nossa pesquisa a partir desse contraste. A primeira é que essa estrutura resultante do “tribunal de menores” que deu origem nas intervenções da “polícia da família”, é praticamente a base da estrutura de intervenção ainda encontrada no SAFA, o que sugere que ainda há, até hoje, um dinâmica patriarcal do estado nos serviços para menores no Brasil. A segunda questão é que Donzelot identifica que, através da história, podemos ver como que os problemas com as crianças e as famílias começaram a surgir por conta de tensões geradas pelas próprias sociedades, resultantes da implementação de mudanças nos modos de vida, sendo assim, eles são problemas sociais e não individuais de cada família. Por fim, a terceira questão é a de que o autor nos mostra a relação desses problemas com o surgimento de várias formas de técnicas de controle e intervenção exercidas pelo governo que utilizam a família como ferramenta.

Assim, para pensarmos nossa pesquisa, junto às questões levantadas por Donzelot (1980), retomaremos ao ponto anterior e a questão levantada por Fonseca e Schuch (2009): a família no Brasil se tornou um “instrumento de governo”. Donzelot (1980) nos mostra que historicamente a família não somente se destacou como o foco de intervenções do estado, mas também a própria família e sua estrutura,

funcionamento e configuração foram utilizadas e influenciaram as formas de intervenções feitas pelo estado. Nesse sentido, podemos refletir que o SAFA é efetivamente uma política pública de intervenção social que ao mesmo tempo em que faz intervenções diretas nessas famílias, também utiliza da “instituição” família para conseguir efetivar uma política de estado, fazendo uso da “família como um meio de ação” (SCHUCH, 2013, p. 314).

Para refletir sobre essa questão, me recordei do momento em que descobri a existência do SAFA, pois o meu estranhamento inicial se deu pelo nome “família acolhedora”. Até então, eu só conhecia os “abrigos” e demorou para eu começar a entender essa nova dinâmica de acolhimento que não colocava as crianças naquele lugar já conhecido por mim, mas sim em casa de famílias “normais”. Relembro esse momento, pois essa primeira inquietação – o uso da “família” – continua constante durante toda a escrita dessa pesquisa. Nesse momento inicial, acredito que as reflexões sobre a família como um instrumento de governo que Fonseca e Schuch (2009) fazem é muito importante para nossa reflexão. Os programas de intervenção social mobilizam variados sentidos e valores para a “família” e nesse caminho há um grande apanhado de trabalhos sobre as tensões que são geradas a partir disso (Cf. Fonseca, 1995; Vianna, 2002a e 2002b; Fonseca e Schuch, 2009; Schuch, 2009).

Acredito ser importante nesse momento pensar a transformação da família como um sujeito político e sua relação com os programas de intervenção social da infância e adolescência. Jane Valente (2014) analisa que, com base na Constituição Federal de 1988 e após a PNAS de 2004, houve uma mudança importante nas políticas públicas brasileiras já que “[...] a família adquiriu um novo estatuto político” (VALENTE, 2014, p. 63). Para Valente (2014), a família após a Constituição Federal de 1988 passou a ser reconhecida com uma grande ênfase, como a “base da sociedade” brasileira e, portanto, deveria ter uma “especial proteção do Estado” (VALENTE, 2014, p. 63). Em decorrência dessas noções, vemos que a PNAS de 2004 ressalta essa forte centralidade dada à família:

A centralidade da família no âmbito das ações da política de assistência social justifica-se pela necessidade de reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram

sobre elas, acentuando suas fragilidades e contradições. Reconhecida como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, a família precisa também ser cuidada e protegida (VALENTE, 2014, p. 64).

Patrice Schuch (2013) também discute sobre a família como sujeito político ao elaborar um texto sobre como a família funciona em políticas de intervenção social. Com base em suas pesquisas, a autora observou que ao analisar os programas de intervenção direcionados à infância é possível captarmos como a família é mobilizada:

Minha hipótese é que, olhando para certos programas de intervenção à infância e juventude, podemos compreender alguns aspectos dos processos pelos quais a “família” não só aparece como um domínio fundamental de formação da matriz para o indivíduo adulto – processo já explorado por Foucault (1977 e 1979), ao falar da “família moderna”, mas também entender os modos pelos quais ela é, no contexto brasileiro, inserida em políticas mais amplas de reconstrução democrática que priorizam a descentralização das políticas, corresponsabilização de indivíduos e comunidades na sua execução e a construção da autonomia e protagonismo dos sujeitos, com vistas a sua transformação em “sujeitos de direitos”. (SCHUCH, 2013, p. 311).

Podemos pensar em conjunto as questões levantadas por Valente (2014) e Schuch (2013). Como já mencionamos, Valente destaca que após a nova Constituição Federal a família passou a ser reconhecida como “base da sociedade”. Nessa mesma perspectiva, Schuch (2013) destaca que nesse contexto houve uma forte influência de ver a família como responsável por auxiliar a estabelecer a ordem pública no Brasil (SCHUCH, 2013, p. 312). A família então foi sendo mobilizada cada vez mais como um grande e importante interesse público da sociedade. Nesse sentido, é um ponto de partida para nossa pesquisa a discussão de Schuch de que no Brasil há programas de intervenção focados na infância e na juventude que mobilizam em seus processos a família como forma, não só de auxílio às crianças e adolescentes, mas também como de “reconstrução democrática” (SCHUCH, 2013, p. 309).

Acredito que o SAFA seja uma dessas políticas de intervenção social das quais se refere Schuch. Nesse sentido, é possível também partir dessa mesma reflexão feita

pela autora para analisarmos nosso caso. Como já citamos, Patrice Schuch (2013) define que essas políticas priorizam descentralizar as formas de intervenção, resultando em uma “corresponsabilização dos indivíduos e comunidades” (SCHUCH, 2013, p. 311) na hora de executar a política de intervenção. Acredito que essa dinâmica exemplifica o cenário de execução do SAFA.

Podemos ver que o SAFA só consegue realizar suas intervenções através do compartilhamento da função desse acolhimento entre o estado e as famílias acolhedoras, que são pessoas da sociedade civil sem nenhum dever de auxiliar o estado a cumprir a legislação. Além do SAFA ser um serviço de acolhimento de crianças e adolescentes bem diferente dos abrigos institucionais, o acolhimento em si se dá na casa dessas famílias participantes do serviço, bem como legalmente a guarda dessas crianças passa a ser dividida entre a coordenadora do serviço e essas famílias acolhedoras.

Nesse sentido, a equipe técnica do serviço age como representante do estado e atua em conjunto com as famílias, de forma a suprir as necessidades desses acolhimentos. As tarefas relacionadas com o acolhimento são divididas entre a equipe e as famílias acolhedoras. Há a necessidade de uma ajuda mútua entre eles para que o acolhimento ocorra da melhor forma possível. As equipes do SAFA passam a fazer parte do dia a dia dessas famílias, realizando as visitas domiciliares constantes e sendo uma presença contínua na rotina durante todo o período do acolhimento. No meu trabalho de campo, pude perceber que apesar de existir uma hierarquia de poder, é comum a criação de vínculo entre os profissionais da equipe técnica e as famílias acolhedoras. Isso torna a convivência mais intensa. Até mesmo nos momentos em que não estão trabalhando, as profissionais mantem o contato com essas famílias. Apesar do papel importante, e indispensável, da equipe técnica, não há como o serviço funcionar sem as famílias acolhedoras e suas ações.

Schuch (2013) também traz em suas pesquisas outro ponto importante para pensarmos o SAFA: a família e a relação entre as questões vistas como públicas com aquelas tidas como privadas. A autora utiliza uma ideia desenvolvida por Debert para afirmar que no Brasil houve uma “espécie de ‘reprivatização de questões políticas’” (SCHUCH, 2013, p. 312). Há, nesse sentido, segundo a autora, algumas políticas de

intervenção social que privilegiam uma preocupação maior com a família, transformando questões familiares que seriam do âmbito particular para que se transforme em questões de ordem pública e política. Schuch (2013) diz que:

[...] as práticas de intervenção “reprivatizam questões políticas” ao tomarem as famílias como seus aliados fundamentais e construir programas voltados para cidadãos construídos como malogrados ou passíveis de malogro. A família torna-se tanto o *lugar* de suspeita, quanto simultaneamente o *objeto* e o *instrumento* de intervenção: as instituições se colocam como tarefa restabelecer normas e regras tidas como essenciais ao convívio entre parentes (SCHUCH, 2013, p. 312).

Podemos ver que no SAFA a família acaba ocupando, ao mesmo tempo, exatamente esses lugares: a família é o lugar de suspeita, pois é de onde essas crianças e adolescentes são retirados para serem protegidos. Portanto, a família será investigada até que prove que é capaz de promover o cuidado adequado daqueles sujeitos. A família, então, se torna o objeto da intervenção, pois o grande empenho do trabalho do SAFA é direcionado às famílias de origem, para que elas se estabilizem e resolvam o problema que é a existência de uma criança acolhida pelo estado. Mas, podemos ver que a família também se torna o instrumento de intervenção porque, para além de todo o trabalho de interferência a ser feito com os sujeitos integrantes dessas famílias de origem, há ainda a utilização das famílias acolhedoras como uma forma de intervir nessa rede de cuidados. As famílias acolhedoras são utilizadas de forma a promover o cuidado necessário para aquela criança, enquanto ela está afastada de seus familiares. Mas, ao mesmo tempo, as famílias acolhedoras são utilizadas como uma espécie de exemplo, um ideal de família para as famílias de origem, um jeito de demonstrar que aquela criança se encaixa de forma efetiva em outra família, de forma que o problema que gerou o acolhimento seja sempre destacado como não sendo a criança, mas sim a sua família de origem.

Seguindo no debate de como a família funciona nas políticas de intervenção social, Schuch (2013) também destaca que a questão da “reprivatização de questões políticas” se junta nessa dinâmica com o que ela chamou de “politização da família”. A autora argumenta que esse debate leva a perceber a família como um “sujeito

político fundamental” (SCHUCH, 2013, p. 314). Analisando algumas dessas políticas de intervenção, a autora acredita que através desses dois processos – “reprivatização de questões políticas” e a “politização da família” – “a família passa a ser não apenas uma instituição a ser preservada [...] mas um sujeito político fundamental para a mobilização de práticas de governo, mas também de luta por recursos, reputações e novas posições sociais” (SCHUCH, 2013, p. 314). Por fim, a autora conclui que esse novo momento brasileiro em que família e judiciário estão fortemente associados novamente se difere do primeiro momento. O primeiro momento é aquele que se assemelhava ao que Donzelot (1980) encontrou na França, em que a união entre família e estado objetivava a criação de uma nação em que os controles estatais se expandissem para dentro do âmbito particular das famílias. Já esse novo momento parece

[...] que está “funcionando” para a racionalização das intervenções sociais estatais nesse domínio. [...] Atualmente, talvez estejamos apostando numa racionalidade política de “reprivatização” desse domínio. No início do século passado era preciso criar uma “nação”; hoje, com sua consolidação, a tarefa que se impõe talvez seja outra, a formação de “sujeitos de direitos”, cidadãos ativos e aptos para a sua autogestão (SCHUCH, 2013, p. 323).

Vale aqui neste trabalho pensarmos novamente no texto do PNCFC, que é um dos documentos norteadores do SAFA. Esse documento, ao se esforçar para criar um plano nacional, traz também algumas conceituações que estariam na base das formulações e implementações das novas propostas de políticas públicas desenvolvidas no plano. Uma dessas conceituações é a de “família”, em que o documento destaca que para a construção desse plano nacional optou por usar a definição legal de família prevista na Constituição aliada ao contexto sociocultural do país (BRASIL, 2006).

Nesse Plano Nacional (PNAS-2006), em princípio no que diz respeito à legalidade da instituição “família”, são utilizadas as referências da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo o documento, são esses códigos que estabelecem os direitos e deveres do estado, da família e da

sociedade em relação às crianças e adolescentes. A visão legal então é a estabelecida na “[...] Constituição Brasileira de 1988 que define, no Art. 226, parágrafo 4: ‘entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes’[...]” (BRASIL, 2006, p.23).

Mas o documento também leva em conta que a perspectiva legal não é hegemônica e há vários arranjos de família em todo o território nacional, por isso o documento tenta trazer outras perspectivas que tenham uma visão mais sócio-antropológica. Nessa perspectiva, segundo o documento, a família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas” (BRASIL, 2006, p.24). Sendo assim, se estabelece, nesse plano nacional, que há vários arranjos que são vistos como “família” na sociedade brasileira.

Essa noção determinada pelo documento como uma noção mais “sócio-antropológica”, indica então que utilizará mais dois conceitos em relação ao de família. O primeiro seria a ideia de uma “família extensa” que é definida como “[...] uma família que se estende para além da unidade pais/filhos e/ou da unidade do casal, estando ou não dentro do mesmo domicílio: irmãos, meio-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus” (BRASIL, 2006, p. 24). Estes seriam os chamados “vínculos simbólicos”. A outra noção é ainda para dar conta das relações estabelecidas em diversos cenários, por isso eles trazem mais uma diferenciação denominada de “rede social de apoio”, que seriam os “[...] diversos arranjos constituídos no cotidiano para dar conta da sobrevivência, do cuidado e da socialização de crianças e adolescentes [...]” (BRASIL, 2006, p. 24-25). Essas redes sociais de apoio dizem respeito aos arranjos que se desenrolam muitas das vezes nas situações em que as crianças e os adolescentes estão afastados tanto da família legal quanto da família extensa. Sendo uma forma de promover os direitos dessas crianças e adolescentes de forma alternativa, proporcionando a convivência comunitária e/ou familiar, enquanto a situação legal se estabeleça e ela volte a integrar a própria família (seja a de origem, seja uma família adotiva-substituta).

Sobre essas novas noções trazidas na PNAS de 2006, Valente (2014) também discute como já mencionamos que desde a PNAS de 2004 a família já foi reconhecida como sendo o ambiente ideal de socialização e proteção para as crianças e adolescentes, por isso a importância de a família também ser cuidada pelo estado (VALENTE, 2014, p. 63-64).

Nesse sentido, na letra da lei e nas orientações oficiais, relembramos que há a preocupação central em admitir as crianças e adolescentes como “sujeitos de direito”. A legislação do SAFA reconhece a criança e o adolescente como esse sujeito de direito e toda sua estrutura é focada em proporcionar um acolhimento que consiga suprir os direitos desses sujeitos. Um dos direitos que o estado tem de prover, e que é central para a nossa pesquisa, é o direito à convivência familiar, sendo um dos direitos que passou a ter uma grande influência nas políticas públicas. Com isso, houve a necessidade de que esse direito fosse proporcionado, inclusive, a todas as crianças que estão sob medida protetiva. A proposta do SAFA vem de encontro a isso, pois a colocação em uma família acolhedora proporcionaria essa convivência familiar, a criança não ficaria sem referência familiar mesmo enquanto está sendo acolhida pelo estado.

Temos também a questão da individualização do atendimento, que é outro benefício levantado pela legislação sobre o SAFA. No acolhimento em família acolhedora essas crianças e adolescentes são acompanhados de forma individual, facilitando que sejam realmente vistos e atendidos como sujeitos de direito. Mas temos que lembrar que nesse cenário de acolhimento de crianças e adolescentes podemos ver que ocorrem várias disputas conceituais, tanto no âmbito da legislação, como na prática dessas políticas públicas. “Criança como sujeito de direito”, “negligência”, “maus tratos”, “família”, “parentesco”, “família extensa”, entre outros, são os termos que estão constantemente sendo “atualizados” pela legislação ou pelas orientações oficiais, bem como são termos mobilizados e alterados constantemente no dia a dia do serviço em Juiz de Fora. É por isso que, como o nosso foco é direcionado ao acolhimento em família acolhedora, percebemos que essas disputas conceituais são persistentes. Identificamos isso desde o começo da criação do SAFA e podemos perceber de forma mais clara quando olhamos as grandes disputas entre as diversas noções de família e de parentesco bem como as implicações que essas

noções possuem no processo de responsabilidade e cuidado dessas crianças e adolescentes acolhidas.

1.3 O funcionamento do SAFA

Esse caminho que percorremos até aqui nos mostra que o SAFA pode ser visto, de forma geral, da seguinte maneira: é uma política de intervenção social gerida pelo estado, colocado em prática através dos sujeitos da equipe e das famílias acolhedoras. A equipe do SAFA personifica a ideia desse “estado” abstrato no dia a dia do serviço e há uma centralidade da família, tanto no processo de intervenção direta desse estado, bem como um “instrumento de governo” (FONSECA; SCHUCH, 2009) que é utilizado para dar conta de realmente colocar em prática uma política de estado.

Nesse nosso debate temos também de pensar como o dia a dia do serviço se dá, pois é nele que podemos ver toda a legislação discutida anteriormente posta em prática. Concordamos com Patrice Schuch Claudia Fonseca quando elas dizem que “[...] entendemos a relação entre leis e práticas como de mutualidade constitutiva. Ou seja, assim como a lei é um dos elementos que constitui as categorias da vida cotidiana, estas mesmas categorias e rotinas dão forma e significado para a lei.” (SCHUCH e FONSECA, 2009, p. 12). Por isso, vamos trazer aqui, com base no trabalho de campo realizado, algumas informações que fazem parte da estrutura idealizada do SAFO presente nesses documentos oficiais. Mas também são informações encontradas de forma mais estruturada por meio do acompanhando do dia a dia do serviço na cidade de Juiz de Fora. Portanto, nos esforçaremos para entender a relação entre as leis e as práticas nesse contexto a partir de agora.

O SAFA possui várias tarefas diferentes para que seu funcionamento seja efetivo. Destaco resumidamente essas diferentes atribuições.

- 1) O primeiro momento acontece com a demanda de acolhimento de uma criança ou adolescente após uma medida protetiva, uma demanda levada à equipe pela Vara da Infância e da Juventude.
- 2) A segunda demanda se dá com a equipe técnica tendo de direcionar essa criança ou adolescente para uma família acolhedora que esteja ativa na cidade.
- 3) A terceira tarefa já começa em seguida a esse novo acolhimento, que é a de acompanhar a família de origem, primeiramente no que as técnicas do SAFA de Juiz de Fora chamam de uma “busca ativa”, visando identificar os interessados em ficar com a guarda dessa criança.
- 4) A quarta incumbência é a de capacitação inicial e contínua das famílias acolhedoras, pois além da capacitação inicial há um acompanhamento de atualizações sobre as questões do acolhimento.
- 5) A quinta tarefa diz respeito às visitas domiciliares que visam dar suporte às famílias acolhedoras no próprio acolhimento e realizar o atendimento individualizado tanto de assistência social quanto psicológico com a criança ou adolescente acolhido.
- 6) A sexta tarefa é também realizar visitas domiciliares com a família de origem e/ou extensa dessas crianças, fazendo um atendimento com base no plano individual de ação (PIA) de cada caso, com o objetivo de que a criança ou adolescente possa voltar para sua família de origem.
- 7) Por fim, concomitante a todas essas tarefas, a equipe também tem de produzir relatórios oficiais e participar de audiências e reuniões com a Vara da Infância e da Juventude para que cada caso possa ter o andamento jurídico necessário. Essas atividades ocorrem de forma diferentes em cada unidade do SAFA, pois esse é um serviço de nível nacional e cada região possui suas especificidades.

Então, para continuarmos pensando os sentidos sociais do SAFA, acredito ser importante trazer alguns dados do mais recente censo do Sistema Único de

Assistência Social (Suas) realizado em 2019 e também destacar dados do caso particular da nossa pesquisa em Juiz de Fora, pois as especificidades locais nos auxiliaram no desenrolar de nossa pesquisa. De acordo com o censo, há 380 unidades executoras do Serviço de Acolhimento em Família em todo o país. Só o estado de Minas Gerais possui 52 unidades, sendo o terceiro estado com mais unidades do SAFA, ficando atrás de Santa Catarina com 77 unidades e Paraná com 80 unidades (BRASIL, 2019).

Outro dado interessante do Censo do Suas 2019 é o de que as unidades do serviço foram catalogadas com o primeiro surgimento em 1992 e a partir do ano de 2006 o número se manteve crescendo, se destacando o ano de 2018 como o ano que mais foram implementadas novas unidades dos serviços do SAFA. Apesar de já existir na cidade anteriormente, a unidade atual do SAFA em Juiz de Fora foi implementada em 2018. Porém, podemos ver também que em 2018 foram implementadas 62 novas unidades. Já no ano seguinte, 2019, houve uma queda brusca, sendo implementados somente 22 novas unidades do SAFA (BRASIL, 2019).

Vale ressaltar também que na cidade de Juiz de Fora esse serviço de acolhimento faz parte das ações da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), que através de editais de chamamento público seleciona empresas privadas para prestar os serviços de assistência social da cidade. Atualmente, o Serviço é gerido pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA). Das 380 unidades do SAFA em todo o Brasil, 25 delas, incluindo a de Juiz de Fora, são geridas por Entidades Não Governamentais ou Organizações da Sociedade Civil. Há em 356 unidades do SAFA um subsídio financeiro destinado as famílias acolhedoras. Segundo o Censo a maioria das unidades repassa o valor na faixa entre 501 e 1000 reais (BRASIL, 2019), mas em Juiz de Fora, como já mencionamos anteriormente, o valor repassado as famílias acolhedoras era de 250 reais.

É nesse cenário que o que chamamos de “tarefas” do SAFA se desenvolvem. Vale ressaltar que essas tarefas já são previstas no documento intitulado Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que foi aprovado em 2009. Nesse sentido, vamos nos voltar novamente para pensar os objetivos formais do SAFA, nos

auxiliando a concluir esse caminho inicial de pensar quais são os sentidos sociais que envolvem, em nível macro, essa política de intervenção.

O documento de Tipificação Nacional que já falamos anteriormente, apresenta o SAFA como um dos quatros serviços que fazem parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Além do SAFA, fazem parte também o Serviço de Acolhimento em República, o Serviço de Acolhimento Institucional e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência. O documento de tipificações é utilizado junto com o documento das orientações técnicas como forma de direcionamento para que se estabeleça um padrão nacional desses serviços.

Segundo o próprio documento de tipificação, o texto aprovado conseguiu padronizar nacionalmente os serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo então “[...] seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais” (BRASIL, 2009b, p. 6). Na parte destinada ao SAFA, o documento de Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais diz que o objetivo do Serviço deve ser o de:

Promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastadas temporariamente de sua família de origem; - Acolher e dispensar cuidados individualizados em ambiente familiar; - Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário; - Possibilitar a convivência comunitária e o acesso à rede de políticas públicas; - Apoiar o retorno da criança e do adolescente à família de origem. (BRASIL, 2009b, p. 54).

Esse objetivo, segundo o documento, seria para que houvesse o impacto social esperado, ou seja, o de que haja uma contribuição para que “Crianças e adolescentes protegidos por suas famílias e com seus direitos garantidos; - Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; - Desinstitucionalização de crianças e adolescentes.” (BRASIL, 2009b, p. 56). Mais uma vez a questão da “desinstitucionalização” como resultado do SAFA é colocada oficialmente. “Desinstitucionalização” aparece aqui como demonstração daquilo que é definido como diferencial desse serviço de acolhimento, ao invés dos abrigos, o

SAFA conta com o auxílio da sociedade civil para acolher crianças e adolescentes em suas casas.

Esse documento de Tipificação também elenca todas as aquisições que os usuários de cada serviço devem adquirir ao serem parte do público assistido. No caso do SAFA, o documento destaca que os usuários devem adquirir três grandes conjuntos de novas seguranças sociais. A primeira seria a de obter uma segurança de acolhida, que diz que o usuário deve:

- Ser acolhido de forma singularizada; - Ter reparadas vivências de separação, rupturas e violação de direitos; - Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; - Ter acesso a ambiente acolhedor e saudável; - Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto para cuidados pessoais, repouso e alimentação adequada; - Ter acesso a ambiente e condições favoráveis ao processo de desenvolvimento da criança e do adolescente (BRASIL, 2009b, p. 55).

De forma geral, podemos perceber que essa primeira aquisição desejada pelo documento tenta padronizar os aspectos que envolvem desde o início a experiência de ser acolhido. Se destaca que a primeira aquisição ressalta o benefício do acolhimento do SAFA de poder proporcionar um acolhimento de “forma singularizada”, esse é um dos aspectos que mais se destaca em toda a legislação acerca da criação desse serviço. Além disso, podemos ver nessa citação que o documento tenta padronizar que mesmo em casas de diferentes famílias, o que resulta em diferentes contextos e estruturas, o serviço deverá conseguir realizar um acolhimento de forma padrão, estável e de qualidade a todas as crianças e adolescentes.

A segunda aquisição determinada pelo documento seria a de uma “Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social”. Trata-se da mesma expressão utilizada no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 19 do ECA, que fala sobre o direito da criança e do adolescente ao convívio familiar e comunitário. Mas, ao analisarmos destacamos que mesmo utilizando a mesma expressão há uma diferença nos dois textos, pois no ECA essa “segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social” é descrita como um direito da criança e do adolescente. Já na

constituição federal, o texto do artigo 227 usa a mesma expressão, mas inicia determinando que isso tem de ser suprido. pois “[é] dever da família, da sociedade e do Estado” (BRASIL, 1988, Art. 227) assegurar esses direitos. Portanto, a legislação demonstra que é um direito da criança e do adolescente e indica quem são os responsáveis por suprir essa demanda. Sendo assim, o documento de Tipificação se baseia nesses textos anteriores e define de forma sucinta que o usuário do SAFA deve: “- Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e social; - Ter acesso a serviços de políticas públicas setoriais, conforme necessidades. (BRASIL, 2009b, p. 55)”.

Por último, o documento de Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais elenca como uma aquisição do usuário do serviço o que chamou de “Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social”, que seria:

- Ter vivência de ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;- Obter documentação civil; - Construir projetos de vida e alcançar autonomia; -Ter os vínculos familiares estabelecidos e/ou preservados, na impossibilidade, ser integrado em família substituta; - Ser informado sobre direitos e responsabilidades; - Manifestar suas opiniões e necessidades; - Ampliar a capacidade protetiva de sua família e a superação de suas dificuldades; - Ser preparado para o desligamento do serviço. (BRASIL, 2009b, p. 55).

Esse último conjunto de aquisições parece ser um grande apanhado que resultaria no cenário ideal. Esse cenário ideal seria o de que após o serviço proporcionar todas essas novas habilidades, o usuário teria então estabelecido sua própria segurança social e estaria pronto para não fazer mais parte do serviço, finalizando com a necessidade do acolhimento. Ao analisarmos esses objetivos, identificamos que eles são bem direcionados ao nível individual de cada sujeito, algo que ele tenha sido capaz de dentro do serviço construir novas ferramentas que vão auxiliar em sua vida.

Podemos ver que esse documento trata somente a criança ou adolescente acolhido e suas famílias de origem e/ou extensa como usuários do SAFA. Realmente

o serviço é direcionado para esse público, porém a menção à família acolhedora é mínima. A única coisa que se estabelece em relação a ela é quando se aborda o ambiente físico necessário para o SAFA funcionar: “Relativo à residência da família acolhedora: espaço residencial com condições de habitabilidade” (BRASIL, 2009b, p. 54). Apesar de existir o destaque para o SAFA ser um acolhimento diferenciado, que evitaria a institucionalização, podemos ver que em muitos momentos a legislação trata o sentido do acolhimento em família acolhedora como somente um acolhimento em local diferenciado, pois ao invés da instituição, do abrigo, ele ocorre em uma casa de família.

Analisando o texto do documento de Tipificação (2009b) e o de Orientações técnicas (2009a), identificamos que a família acolhedora é apresentada como sendo este ambiente diferente onde irá acontecer o acolhimento. É como um resultado da demanda de um novo ambiente, realmente um novo local que seja diferente das instituições de acolhimento e dos abrigos. Podemos ver que, em certa medida, o acolhimento em família acolhedora se estrutura na sua legislação também como uma forma de suprir essa demanda por mudanças, algo que acarretou também uma necessidade de um novo local físico em que se realize o acolhimento. Mas, para alcançar os objetivos estipulados por esses documentos, há a necessidade da ação das pessoas envolvidas nesses locais, tanto das famílias acolhedoras como dos profissionais do serviço.

Essa nossa análise se fortalece quando identificamos que o documento de “Orientações Técnicas” (2009a) classifica e define o papel das famílias acolhedoras como sendo o mesmo dos educadores e cuidadores dos abrigos e instituições de acolhimento. Eles destacam que a postura desses sujeitos é de extrema importância no processo de acolhimento, portanto é necessário que eles saibam o seu “papel” na dinâmica do acolhimento:

Em função de sua importância, o educador/cuidador e a família acolhedora devem ter clareza quanto a seu papel: vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, “se apossar” da criança ou do adolescente e competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta. (BRASIL, 2009a, p. 47).

No nosso caso, a família acolhedora é auxiliada pela equipe técnica do serviço a desempenhar esse papel, mas vale ressaltar que quem efetivamente realiza todo o cuidado necessário para a criança e o adolescente são os sujeitos da família acolhedora. Além disso, a família acolhedora está presente em todos os momentos do acolhimento, sendo parte desse processo que o documento de Tipificação chama de “atendimento ao usuário”, pois nesse sentido, as famílias acolhedoras se tornam parte da equipe que desempenha o serviço para os usuários que são as crianças e adolescentes e suas famílias de origem.

Com isso, podemos questionar que não há forma de se alcançar os objetivos e todas essas habilidades que são chamadas pelo documento de “Seguranças Sociais” sem considerar a atuação das famílias acolhedoras. Esse é um dos documentos que mais reforça a “corresponsabilização dos indivíduos e comunidades” (SCHUCH, 2013, p. 311) que discutimos anteriormente, mas que, ao mesmo tempo, ignora o que podemos chamar de outros indivíduos e comunidades que também passam a fazer parte da vida dessas pessoas. Há, então, um foco no “usuário” como o indivíduo que está sofrendo a intervenção social por parte do estado após uma determinação do Poder Judiciário. Tal usuário será o responsável por adquirir todas as habilidades necessárias através do serviço de acolhimento para que possa haver a reintegração familiar.

A demanda recaí sobre o enfoque da criança e adolescente e, como plano de fundo, em sua família de origem que cometeu o erro que levou ao acolhimento. Diante disso, ao olharmos a trajetória que nos leva até ao funcionamento atual do SAFA, temos de nos atentar para a existência dessa gestão da infância e da juventude construída desde a constituição federal de 1988. Há, de certa forma, uma gestão da infância e da juventude que passou a privilegiar a família, tanto como um grande problema social que deve ser solucionado, como também como a grande solução de problemas sociais.

Ainda é presente a culpabilização ou, pelo menos, a problematização da família pobre como culpada das mazelas e rupturas da vida das crianças, ou como em nossa pesquisa, culpada pelo acolhimento. A questão da individualização da culpa e conseqüentemente da solução do problema do acolhimento pode ser vista relacionada

a essa visão central da família, pois é a família que gera e forma os indivíduos da sociedade. Essa gestão da infância e da juventude, então, passou a ressaltar que se há problemas nesses indivíduos posteriormente, há então problemas nessas famílias. Temos de lembrar também o que discutimos na seção anterior, que as crianças e adolescentes foram reconhecidos como “sujeitos de direitos” e, portanto, os problemas tomaram outra dimensão. Fonseca e Cardarello (1999) debatem sobre a questão dessa visão mais individualizadora, destacando que essa pode ser

A passagem do “problema sócio-econômico” para a “negligência” revela uma mudança de enfoque na visão da infância pobre e da sua família no Brasil. Se em 1985 considerava-se que motivos como “mendicância”, “maus tratos”, “desintegração familiar” e “doenças do menor” eram decorrência direta de “problemas sócio-econômicos”, hoje, mais do que nunca, a família pobre, e não uma questão estrutural, é culpada pela situação em que se encontram seus filhos. E ela que é “negligente”, maltrata as crianças, as faz mendigar, não lhes proporciona boas condições de saúde, enfim, “não se organiza”. Em suma, parece que a família pobre – e não o “Poder Público” ou “a sociedade em geral” – é o alvo mais fácil de represálias (FONSECA e CARDARELLO, 1999, p. 107).

Em vista disso, ainda podemos ver que, no caso do SAFA, há ainda a tensão de poder dentro da intervenção entre o “poder público” representado pela Vara da Infância e também pela equipe técnica do serviço, com a “sociedade” representada tanto pela família acolhedora que trabalha junto, quanto pela família de origem e/ou extensa que está sofrendo a intervenção.

De certa forma, um programa de intervenção social que tem como objetivo atuar em famílias afastadas de suas crianças/adolescentes por “medida de proteção” e que para isso atua através de outras famílias – que são chamadas de “acolhedoras” após conseguirem um “selo” de aprovação que determina que elas são capazes de proteger essas crianças – está, de certo modo, colocando a culpa da necessidade desse acolhimento nos “problemas” encontrados nessas famílias de origem/extensa. Além de toda a estrutura do Serviço poder ser problematizada por essa centralidade do papel da família, ainda conseguimos enxergar nesses documentos oficiais o objetivo de que os sujeitos que estão sofrendo a intervenção, as famílias, sejam

responsáveis através do auxílio do serviço por resolver todos os problemas que impeçam a “proteção adequada” dessas crianças. Portanto, levantando a bandeira da proteção, do “bem-estar” dessa criança/adolescente, o Serviço de Família Acolhedora deve realizar o seu trabalho de intervenção nesses indivíduos para que possa se reestabelecer o bem-estar da criança através da mudança de sua família.

2. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em Juiz de Fora

O texto construído neste capítulo está baseado principalmente na observação participante realizada no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de Juiz de Fora e no material originário de entrevistas com a equipe técnica desse mesmo serviço, feitas em formato online, em razão da pandemia de COVID-19. No capítulo anterior, tentamos entender esse serviço de acolhimento como uma política pública de intervenção social que utiliza a família como um “meio de ação” (SCHUCH, 2013, p. 314). Para isso, analisamos os seus objetivos formais, seus códigos e legislações.

Neste segundo capítulo vamos levar em conta que para entender uma política pública de gestão da família não é somente necessário acessar os objetivos formais, principalmente os trazidos na legislação, mas também acessar os objetivos e significados que os agentes que operam essa política pública possuem na prática. Para isso, precisamos considerar as diversas etapas, as voltas, os desvios e retomadas que envolvem a vida pessoal e profissional desses sujeitos, pois elas influenciam suas atuações profissionais e, portanto, o SAFA como um todo em Juiz de Fora.

A primeira vez que escutei o nome “família acolhedora” foi em uma conversa informal sobre “crianças em Juiz de Fora” com meu grupo de amigos em um intervalo de aulas. A conversa era baseada em pensar lugares que crianças frequentavam na cidade, já que meu projeto anterior de pesquisa encontrou vários empecilhos, incluindo a possibilidade de só conseguir acesso às crianças dentro de escolas. Conversando sobre ambientes que crianças e suas famílias poderiam frequentar em Juiz de Fora, alguém se lembrou de ter visto umas propagandas nos ônibus que circulavam pela cidade sobre um serviço chamado “Família Acolhedora”. Ninguém tinha muita informação além do nome naquele momento. Mas antes mesmo de procurar na internet a respeito, descobrimos que a mãe de uma grande amiga minha tinha começado a trabalhar como psicóloga nesse serviço. Eu já conhecia Antônia, mas ela se apresentou para mim desde então como a nova psicóloga do SAFA e, após um almoço de domingo, se dispôs a passar a tarde inteira conversando comigo

sobre tudo o que eu quisesse saber sobre o SAFA. A cada momento surgiam mais perguntas na minha cabeça e Antônia possuía mais “histórias” para contar do que as horas disponíveis daquela tarde de domingo. Saí de lá com o entusiasmo da Antônia e com a ideia de realmente fazer uma pesquisa sobre o serviço tendo em vista que já tinha um endereço e data na mão para que eu fosse ao escritório conversar com a coordenação do serviço.

Então, na primeira vez que cheguei ao escritório do SAFA em Juiz de Fora, eu já tinha começado uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, mas ainda não fazia ideia do que esperar em relação ao trabalho de campo nesse ambiente. Apesar de toda a equipe ter recebido a ideia da pesquisa muito bem desde o começo, esse contato inicial foi bem superficial, pois havia um empecilho: a pesquisa precisava de uma autorização da empresa responsável pelo serviço na cidade. Em Juiz de Fora, o serviço faz parte das ações da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), que através de editais de chamamento público seleciona empresas privadas para prestar os serviços de assistência social da cidade. Atualmente, o Serviço é gerido pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA). A equipe do escritório do SAFA é composta por funcionários dessa empresa que são subordinados a essa coordenação geral da empresa ADRA e à prefeitura por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social. Portanto, apesar de terem gostado da ideia de uma pesquisa, eles não sabiam muito como eu poderia atuar na equipe, já que não era estagiária da psicologia ou da assistência social e, sim, uma estudante de mestrado em ciências sociais, como me apresentei.

Fui encaminhada então para uma reunião com a direção da empresa ADRA para que explicasse o projeto de pesquisa buscasse oficializar a minha entrada em campo. Houve uma série de burocracias em sequência, até que se estabeleceu pela empresa que eu poderia acompanhar a equipe por meio de um contrato de trabalho voluntário temporário que estipulava a duração da minha presença e um horário de trabalho diário. Com esse contrato em mãos, em janeiro de 2020 pude, finalmente, me dirigir ao escritório do SAFA e a começar o trabalho de campo. Vale ressaltar que passei então a ter uma folha de ponto com o horário estipulado em contrato: entrada às 8:00 e saída às 17:00. Essa folha ficava junto com a de todos os funcionários e era de extrema importância para a equipe que eu a assinasse sempre, pois era algo

cobrado cotidianamente pela empresa. O contrato também teve de ficar arquivado no escritório, segundo a coordenadora, para caso alguma fiscalização aparecesse ou para que a minha presença pudesse ser justificada caso houvesse algum questionamento.

A minha presença no campo se alterou no dia 16 de março de 2020 pela pandemia de covid19. Em decorrência das primeiras informações sobre a pandemia, a equipe estava no escritório, mas já estava sendo modificadas algumas atividades, principalmente após a confirmação de casos de covid em Juiz de Fora. Já tínhamos ido atrás de álcool em gel na sede da empresa e já havia a presença na recepção de algumas máscaras enviadas pela empresa que antes eram destinadas a limpeza e passariam a ser disponibilizadas para quem quisesse.

Era uma segunda-feira e já tínhamos ido às visitas domiciliares da parte da manhã, mas no meio do expediente as notícias das suspensões de atividades em diversos setores na cidade foram chegando e fizeram com que as famílias acolhedoras começassem a entrar em contato com a equipe querendo saber se o escritório iria fechar e como ficaria o acolhimento diante disso. Isso fez com que as técnicas se desdobrassem para tentar acalmar as famílias, mas ainda não havia uma posição oficial nem da prefeitura e nem da empresa ADRA. Não haveria mais nenhuma visita domiciliar no dia e as reuniões da tarde foram canceladas. As técnicas estavam aguardando informações da ADRA que, por sua vez, estava, naquela tarde, em uma reunião com a secretaria de assistência social e vários outros setores da prefeitura. Fui dispensada para ir para casa 2 horas mais cedo, já que não haveria mais nenhuma ação no dia.

Antes mesmo de chegar em casa, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) já tinha informado a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas e fiquei sem saber se seria possível continuar o trabalho de campo. Em seguida, por volta das 19hrs, a equipe me informou que o escritório estaria fechado no dia seguinte e que iriam trabalhar de casa, mas não sabiam como fariam isso. A partir de então, não fui mais ao escritório do SAFA e todo o meu acompanhamento e contato direto com a equipe se deu de forma remota, através de chamadas de vídeo, ligações, troca

de mensagens via WhatsApp e entrevistas formais a distância por vídeo chamada. Por isso, o trabalho de campo presencial durou três meses e dezessete dias.

Nesse sentido, cabe aqui ressaltar que além do meu trabalho de campo ter sido afetado pela pandemia, o dia a dia do serviço também. As novas dinâmicas trazidas pela covid se refletiram em nosso trabalho, porém, é bom lembrar que a maior parte do meu trabalho de campo foi realizado antes da pandemia, por isso tive muito mais acesso aos casos, às dinâmicas e ao dia a dia do SAFA. Como não havia nenhuma perspectiva de a pandemia abrandar e os contatos vinham sendo mantidos a distância junto com o trabalho remoto do escritório, resolvemos em termos metodológicos também realizar entrevistas com a equipe técnica. As entrevistas formais já tinham sido identificadas como um bom recurso para nossa pesquisa, mas não puderam ser realizadas de forma presencial. Esperamos o período inicial de adaptação da equipe ao trabalho remoto, que por vezes precisava ser semipresencial para resolver as demandas do acolhimento, para podermos marcar as entrevistas individuais com cada integrante da equipe. Por isso, esse capítulo é fruto dessa inserção inicial no campo que me proporcionou realizar a observação participante por quase três meses, mas também dos contatos realizados a distância e as entrevistas formais feitas com a equipe.

2.1 Acompanhando o SAFA de Juiz de Fora

Em Juiz de Fora há somente uma equipe responsável pelo acolhimento em família acolhedora. Essa equipe é composta por três funcionárias técnicas e dois funcionários administrativos. A equipe técnica é composta por: 1) Aurora, que é a coordenadora do serviço e assistente social por formação; 2) Antônia, que atua como psicóloga do serviço e 3) Laura, que atua como assistente social. Os dois funcionários administrativos são 1) Roberto, o motorista e 2) um assistente administrativo. O motorista Roberto já faz parte da equipe há quase dois anos. Já o cargo de assistente administrativo teve três mudanças no decorrer do trabalho de campo.

Essa equipe se reúne em um espaço físico chamado por todos de “escritório”, que funciona de segunda à sexta das 08 horas da manhã até as 17 horas da tarde. Há nesse período um intervalo de almoço para toda a equipe, que não tem um padrão de horário nem de duração, pois depende dos compromissos do dia. Esse escritório anteriormente estava localizado na área central da cidade, mas durante o meu trabalho de campo ele tinha mudado de local por uma decisão da empresa e estava localizado em um bairro residencial de Juiz de Fora, ficando um pouco afastado do centro da cidade. O espaço físico é dividido entre o escritório do SAFA no segundo andar e um dos núcleos do chamado “Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos” no primeiro andar. Esse serviço também é gerido pela empresa ADRA e é uma espécie de contraturno escolar para crianças da região, em que há algumas atividades extracurriculares como aulas de esportes, de artes, entre outras. Segundo uma das técnicas do SAFA, esse outro serviço é pensado como um “serviço de prevenção de exclusão e prevenção de crianças na rua”, sendo um programa de assistência social “destinado a ação preventiva nas periferias de maior exclusão social”.

A localização desses dois serviços nesse bairro é uma questão de debate entre os funcionários. Sobre o “Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos”, que funciona no primeiro andar, uma das técnicas opinou que ele não está no bairro mais ideal para a proposta, por não ter o “público-alvo adequado”, mas ela acredita que o serviço está funcionando a contento. Já o escritório do SAFA também é criticado por não estar localizado na área central da cidade, pois o endereço antigo era no centro e, segundo a equipe, facilitava o trabalho pelo mais fácil acesso. Mas vale ressaltar que não há nenhuma ligação efetiva entre os dois serviços que funcionam no mesmo imóvel, nem entre as duas equipes de funcionários. São duas equipes distintas, mas como são geridos pela mesma empresa, por uma questão administrativa de logística eles acabam sendo localizados juntos.

FIGURA 1- FACHADA DO IMÓVEL DO ESCRITÓRIO

Fonte: acervo pessoal da autora (2020)

FIGURA 2 – FACHADA COM O NOME DO SERVIÇO

Fonte: acervo pessoal da autora (2020)

Esta é a fachada do imóvel, que localiza os dois serviços. Os serviços são facilmente identificados pela pintura colorida feita no muro. Além do uso das cores, há no muro essa ilustração de uma criança abraçada a um adulto que leva o chamado “Seja uma família acolhedora”. Essa ilustração e o nome do programa com o slogan “Família Acolhedora – Acolhendo as diferenças e respeitando as diversidades” são enfeitados com corações, que é uma das marcas da identidade visual do serviço em Juiz de Fora. A maioria do material de divulgação e até alguns materiais impressos que levam o nome do serviço utilizam esse coração estilizado que está ao lado do nome “Família Acolhedora” no canto do muro. Essa identidade visual de divulgação do serviço está ligada principalmente a necessidade de atingir pessoas que despertem o interesse a ser uma família acolhedora. Em algumas conversas, a equipe me explicou que a primeira imagem que o serviço quer passar nas divulgações para os potenciais voluntários é a de que essas crianças precisam de amor e se elas têm amor, podem acolher e mudar a vida dessas crianças. São utilizadas imagens que desmitifiquem a visão negativa relacionada ao acolhimento. De forma geral, o coração e imagens que representam famílias estão sempre presentes de forma a atrair a atenção dos sujeitos que possam se tornar famílias voluntárias do serviço.

No segundo andar, onde está efetivamente o escritório do SAFA, há uma recepção com cadeiras de espera, uma mesa e um computador destinado ao assistente administrativo. Esse ambiente também foi decorado, as paredes foram pintadas de rosa e feita essa ilustração do nome do serviço.

FIGURA 3 – RECEPÇÃO DO ESCRITÓRIO



Fonte: acervo pessoal da autora (2020)

Há também a sala da psicóloga e da assistente social. Nesse ambiente, as duas funcionárias possuem suas próprias mesas, um computador para cada e uma impressora. Nessa sala ainda se encontra o arquivo do serviço, em que ficam arquivadas as fichas individuais de todas as crianças que estão ou já estiveram no serviço e os arquivos de todas as famílias acolhedoras. A próxima sala é a da coordenadora, que também possui uma mesa e um computador para trabalho. Há também um armário destinado a guardar algumas doações para serem usadas em novos acolhimentos, como roupas de crianças, roupa de cama, material escolar, entre outras coisas.

Há ainda outra sala que é destinada à brinquedoteca. É um ambiente lúdico, decorado com paredes coloridas e próprias para serem desenhadas, havendo vários brinquedos decorando o local. A coordenadora me relatou que essas pinturas nas paredes e no muro do escritório foram uma conquista da equipe que conseguiu a verba para realizar e deixar o ambiente mais aconchegante e lúdico para as crianças. Essa sala é destinada ao atendimento da psicóloga com as crianças e é também onde são realizadas as visitas supervisionadas dos parentes de origem e as visitas de aproximação com os pretendentes a adoção, que também acontecem no escritório.

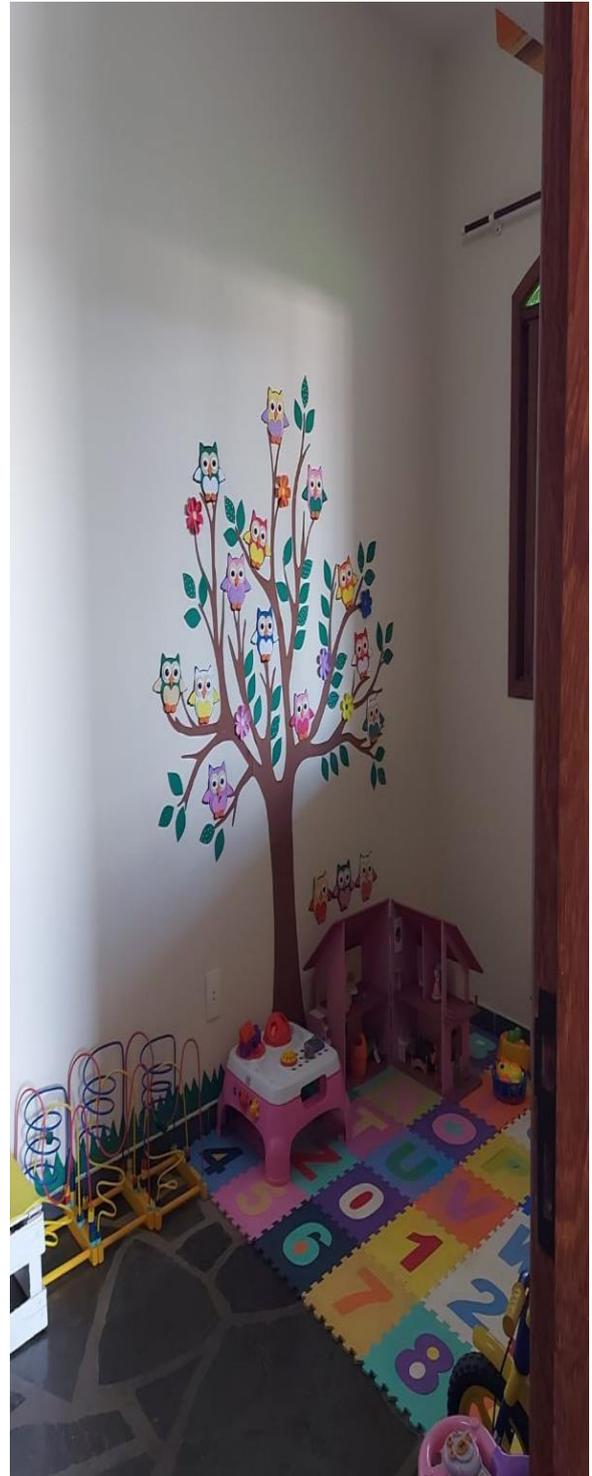
Por fim, há também uma copa junto a uma área comum, que serve como espaço das visitas, porém, ela é mais usada pela equipe no dia a dia como um espaço de convivência.

FIGURA 4 - BRINQUEDOTECA



Fonte: acervo pessoal da autora (2020)

FIGURA 5 - BRINQUEDOTECA 2



Fonte: acervo pessoal da autora (2020)

FIGURA 6 - BRINQUEDOTECA

Fonte: acervo pessoal da autora (2020)

2.2 A rotina do SAFA em Juiz de Fora

Após passar por todo o trâmite burocrático que se efetivou em um contrato formal de trabalho voluntário, pude efetivamente começar o trabalho de campo. Cheguei ao escritório em uma segunda feira quase no final do horário de almoço da equipe. Eu fui então formalmente apresentada pela coordenadora conjuntamente a toda a equipe como “Luiza, a pesquisadora da UFJF”. A explicação que a coordenadora deu é que eu estaria junto com a equipe para fazer um trabalho sobre o serviço. Foi uma apresentação rápida, pois a equipe estava com o tempo apertado para se dirigir a uma visita domiciliar. Eu fui autorizada a acompanhar as visitas domiciliares, mas como era o primeiro dia, precisava preencher uma folha de ponto

com minhas informações de horário do trabalho voluntário, pois como já mencionei era muito importante que essa folha ficasse arquivada junto com as folhas dos outros funcionários.

Foi só nesse momento que comecei a acompanhar a equipe e a entender a dinâmica do dia a dia do serviço que é realizado por ela. Acredito que após nosso debate anterior sobre o que diz a legislação a respeito do funcionamento do SAFA no capítulo 1, estamos aqui no texto partindo de um lugar semelhante ao que ocupei no começo da observação participante. Ler a legislação e os documentos norteadores do serviço me auxiliou a entender inicialmente o panorama geral, mas ao começar a acompanhar o dia a dia do serviço, fiquei perdida com a quantidade de informações, de tarefas, de ações, de responsabilidades, de sujeitos diferentes que fazem parte do serviço e todas as dimensões desse serviço. Fiquei surpresa não só com a dinâmica da atuação desses agentes no dia a dia, que é o foco deste nosso segundo capítulo, mas com a grande quantidade de desdobramentos que o serviço possui. Sendo assim, acredito que para que possamos entender mais facilmente a dinâmica do dia a dia da equipe e conseguir entender como a legislação se faz na realidade do SAFA em Juiz de Fora, é necessário que eu explique, com base no trabalho de campo e de forma resumida, o que esse serviço faz efetivamente na cidade a partir do olhar que essas pessoas possuem sobre o seu próprio trabalho.

Para essa equipe, o SAFA é definido como um serviço de acolhimento institucional que recebe crianças e adolescentes que, após a avaliação judicial de uma denúncia, são afastados de suas famílias de origem através de uma medida protetiva. Esse serviço é prestado pelo município (mas como já expliquei anteriormente, em Juiz de Fora é executado pela empresa privada ADRA) em parceria com a Vara da Infância e da Juventude de Juiz de Fora. Essas crianças e adolescentes, ao invés de serem acolhidas em um abrigo da cidade, são encaminhadas para as chamadas “Famílias Acolhedoras”, que são as redes familiares voluntárias cadastradas no serviço e que se dispõem a abrigar essas crianças em suas próprias casas.

As famílias interessadas em fazer parte do serviço passam por uma série de entrevistas com essa equipe técnica, que analisa e autoriza a participação delas no serviço. Após essa primeira autorização, há uma avaliação da Vara da Infância e da

Juventude para conferir a análise das técnicas do SAFA e verificar os antecedentes criminais desses candidatos a integrar o serviço. Eles, então, autorizam ou não a efetiva participação. Após estarem autorizadas, esses sujeitos passam por uma capacitação feita pela equipe técnica do serviço. Nessa capacitação, eles preenchem um perfil e definem algumas características centrais das crianças que querem acolher, tais como idade, sexo, entre outras coisas.

Após esses trâmites, as famílias já passam a fazer parte do serviço efetivamente como uma “família acolhedora” e podem começar a acolher. De forma geral, o prazo máximo de acolhimento de uma criança em uma família acolhedora é de 18 meses, mas existem exceções. Durante esse tempo, a família passa a ter o termo de guarda provisória dessa criança. Assim, passam a ter os direitos e deveres legais sobre ela, além de assumirem essa parceria com a equipe técnica do SAFA e terem de cumprir as medidas que o serviço solicitar. Segundo a equipe, é como se fosse uma espécie de “guarda compartilhada” entre a família e o estado, em que a família ajuda o estado a suprir as necessidades dessa criança, mas mesmo a criança estando em uma família, a responsabilidade também continua com o estado, na figura do SAFA.

Cada família acolhedora em Juiz de Fora recebe uma ajuda de custo de 250 reais por criança durante o tempo de acolhimento. As famílias também podem solicitar ajuda da Secretaria de Saúde do município para o auxílio, por exemplo, de leite e fralda. Elas também contam constantemente com doações que o município ou a empresa ADRA recebem e distribuem entre os serviços da cidade. As doações são geralmente de cestas básicas, roupas, alimentos, material escolar etc.

Nesse processo de acolhimento, a equipe do SAFA de Juiz de Fora se mantém responsável também por realizar um acompanhamento da família de origem dessas crianças e adolescentes. Para isso, realizam um “estudo de caso” de cada rede familiar dessas crianças e adolescentes acolhidos. Há também um “estudo” realizado em paralelo pela equipe técnica da Vara Da Infância e da Juventude. É com base nesses estudos de caso que a equipe do SAFA realiza as ações que visam solucionar os problemas que ocasionaram o acolhimento e, assim, que seja possível a volta dessas crianças e adolescentes para a família de origem. Esse é um trabalho feito em

conjunto entre a equipe do serviço, os técnicos da Vara da Infância e a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), em que de forma conjunta são acionadas as redes de assistência social e de saúde do município para o atendimento dessas famílias, tais como atendimento psiquiátrico, psicológico, médico, auxílios sociais etc.

Pude perceber que há uma grande ênfase por parte da equipe de que ao longo de todo esse processo existe uma necessidade de que haja uma “parceria da família com a equipe”, como costumam dizer as técnicas. Pois, ao assumir que querem que a criança volte para casa, a parentela de origem precisa se comprometer em cumprir o que o SAFA e o juiz determinarem. A equipe técnica acredita que tem o papel de auxiliar essas famílias a conseguirem acessar os mecanismos públicos que podem ajudá-las a solucionar esses problemas prévios. Porém, para as técnicas, quando não há a participação ativa dessas famílias, essa parte do trabalho se torna em vão.

Durante o acolhimento, a equipe do SAFA faz constantemente os “estudos de caso”, que consistem numa série de atendimentos que envolvem a criança, a família de origem, a “família extensa” (outros parentes e conhecidos) e as equipes de saúde que já atendem a esses sujeitos no bairro de origem. O propósito do “estudo de caso” é analisar “tecnicamente” a situação para que possam ser encontradas soluções para o fim do acolhimento. É através desses “estudos de caso” que a equipe produz constantemente relatórios, incluindo os relatórios oficiais para o Juizado que devem ser entregues de três em três meses. Esses relatórios informam o que está sendo feito em cada caso e qual é o posicionamento da equipe naquele momento sobre um determinado acolhimento.

Por fim, o acolhimento pode se encerrar de três diferentes formas:

- 1) a criança volta para a sua família de origem;
- 2) a criança segue para algum integrante de sua família extensa, que pode ser qualquer parente biológico que tenha interesse na guarda da criança; ou, como última opção,
- 3) essa criança acolhida entra no sistema nacional de adoção e é adotada.

Segundo a equipe, no SAFA de Juiz de Fora, para o acolhimento resultar em uma criança encaminhada para o processo de adoção, só acontece em cenários muito específicos e mais raros. O primeiro cenário seria aquele em que o SAFA encontra de imediato um interesse da família de origem em abrir mão da guarda da criança. A equipe então faz uma pesquisa por familiares extensos dessa família e, se não resultar em ninguém interessado na criança, ela é encaminhada para a adoção. O segundo cenário é o de que, no decorrer do processo de acolhimento, a família de origem desiste de cumprir com o estabelecido pela equipe e pela Vara da Infância e da Juventude. A participação da família é muito importante para que se cumpra o plano de ação, se a família desiste ou não cumpre o combinado, a equipe tem de notificar o juiz de que esse retorno à família pode não ser possível. Mesmo após essa “desistência”, ainda há uma série de esforços feitos até que se esgotem as possibilidades, pois se o cenário não mudar, a criança pode acabar indo para a adoção. Por fim, temos o cenário de que a própria equipe, através do estudo de caso e justificando os motivos, acaba por indicar a escolha pela adoção. Isso pode ocorrer em qualquer momento do processo de acolhimento. Se houver algum desses cenários, o pátrio poder pode ser destituído da família de origem através do processo jurídico, e, então, a equipe passa a acompanhar o processo de adoção dessa criança e não mais somente o processo de acolhimento.

Esse é o pano de fundo de todas as ações que envolvem o SAFA em Juiz de Fora. O dia a dia que acompanhei no trabalho de campo é resultado das interações entre a equipe e os outros sujeitos envolvidos com o objetivo de dar conta de todas as demandas geradas pela situação de acolhimento dessas crianças e adolescentes encaminhados para o serviço. A rotina acaba sofrendo mudanças constantes pois cada caso gera demandas variadas que a equipe tem de dar conta ao mesmo tempo. Mas, um grande foco da rotina do serviço são as visitas domiciliares. Desde o começo do meu trabalho de campo pude ver que a dinâmica do dia a dia é majoritariamente preenchida e organizada em função das visitas domiciliares que são realizadas pela equipe. As visitas são feitas na maioria das vezes pela coordenadora Aurora, pela psicóloga Antônia e pela assistente social Laura, acompanhadas do motorista do escritório, o Roberto, que fica responsável por levar a equipe em todos os endereços.

Como a rotina é dinâmica, a equipe técnica realiza frequentes reuniões e estabelece coletivamente, sempre na sexta-feira, um cronograma para a próxima semana que dê conta das demandas atuais. A maior parte do tempo de trabalho no SAFA é destinada às visitas domiciliares, já que a regra geral é a de que deve haver pelo menos uma visita semanal a todas as crianças acolhidas para que o acompanhamento seja efetivo. A equipe estima haver de quatro a seis atendimentos por dia, sejam eles domiciliares ou no escritório. Vale lembrar que as visitas domiciliares são realizadas com todas as pessoas e grupos que fazem parte do serviço: as crianças acolhidas, as famílias acolhedoras, as famílias de origem, as famílias em processo de adoção para alguma criança que está sendo acolhida pelo serviço e as crianças já desacolhidas, mas que ainda continuam um tempo em acompanhamento da equipe. Além das visitas domiciliares a esses sujeitos, há também visitas supervisionadas entre a família de origem e as crianças acolhidas que acontecem no próprio escritório do SAFA. Como passei a integrar a equipe do serviço, pude também acompanhar essas tramas e relações que se desenrolam no desenvolvimento do serviço nessas visitas.

O escritório é onde ocorrem as reuniões de equipe para as discussões de casos, as entrevistas e treinamentos com os interessados a serem famílias acolhedoras e as capacitações coletivas com as famílias acolhedoras ativas. Esse é o local onde também ocorrem, quando necessários, os atendimentos individuais das crianças com a psicóloga e as visitas supervisionadas das famílias de origem às crianças acolhidas.

A equipe técnica tem também de cumprir uma série de burocracias cotidianamente, pois precisam produzir relatórios semanais e mensais detalhando os serviços prestados. Em sua maioria, esses relatórios precisam ter fotos ilustrando os atendimentos e são destinados à coordenação geral da ADRA e à da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS). Além disso, no decorrer dos processos de acolhimento, a equipe precisa participar de audiências e reuniões na Vara da Infância e da Juventude e produzir também os relatórios circunstanciados dos casos em acompanhamento, que tem de ser produzidos de três em três meses.

Mas, vale ressaltar aqui, que toda a rotina e a produção do cronograma semanal e mensal, é amparada no que a equipe chama de “ações”. Essas ações são baseadas no que foi estabelecido nos Planos Individuais de Ação (PIA) das crianças acolhidas. O PIA é um documento que deve ser utilizado nos serviços socioassistenciais do país e obedecem a um padrão nacional. O uso desse documento é uma determinação do próprio ECA:

Artigo 101, parágrafo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA “Imediatamente após o acolhimento de criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei (BRASIL, 1990).

No SAFA, o PIA é exigido pela Vara da Infância e da Juventude para todas as crianças que estão em acolhimento. Como prevê o ECA, o PIA é uma das primeiras atividades a serem feitas pela equipe após o acolhimento de uma nova criança, para que assim todas as ações possam ser programadas com base nessa avaliação técnica. É no PIA que a equipe decide, em conjunto - após ter o contato inicial com a criança, com sua família de origem e iniciar o “estudo de caso” – quais serão os planos previstos para resolver a situação de abrigamento de cada um dos casos. Ressalto aqui que o PIA é um plano de ação elaborado, apresentado e discutido com as respectivas Famílias de Origem e com as respectivas Famílias Acolhedoras. Todos esses participantes precisam concordar com aquilo que o PIA delimita. Eles assinam o documento assumindo o compromisso de colaborar com esse planejamento. Nesse sentido, eles se comprometem a junto com a equipe a realizar as ações previstas para cumprir as metas, já que o PIA é o que norteia todas as ações que vão ser desenvolvidas com aqueles sujeitos. Por isso, esse documento pode ser refeito durante o acolhimento, pois as metas podem se modificar ao longo do tempo.

Uma das minhas primeiras inquietações no campo era sobre o que acontece antes de se iniciar o acolhimento. A equipe sempre me respondeu que depende muito

de cada caso, mas que ali geralmente o processo se inicia com um contato inicial da Vara da Infância e da Juventude, que indica a demanda de abrigar uma criança que está com uma medida protetiva. Presenciei algumas vezes esse contato inicial e de forma geral ele é um contato bem rápido, quase sempre por telefone e pode ser feito fora do horário de serviço. Geralmente a Vara da Infância e da Juventude liga direto para o telefone da coordenadora, informa a necessidade do acolhimento e passa o perfil dessa criança, ficando no aguardo do posicionamento do serviço. Há essa espera, pois o SAFA tem de entrar em contato com as famílias acolhedoras que estejam disponíveis, ver se há a possibilidade de acolhimento por alguma dessas famílias. As famílias acolhedoras que estejam sem nenhum acolhimento podem aceitar ou recusar acolher aquele caso. Isso se dá por diversos motivos. Segundo as técnicas, geralmente quando há a negativa é por uma incompatibilidade com o perfil da criança ou algum problema de disponibilidade momentânea, como doença ou viagem, por exemplo.

Há uma questão sobre a idade das crianças acolhidas pelo SAFA em Juiz de Fora, que majoritariamente são crianças menores. Segundo as técnicas do serviço, a Vara da Infância geralmente indica para o SAFA os casos de acolhimento de crianças mais novas, principalmente recém-nascidos, pois os abrigos possuem dificuldade de acolher essa faixa etária. Porém, em algumas solicitações, percebi que as exceções que não são crianças muito pequenas possuem geralmente algum indício de vulnerabilidade maior, como crianças com problemas de saúde ou que passaram por algum caso de suspeita de violência física ou sexual. Porém, ressalto que essa é uma percepção minha, não é algo levantado pela equipe e não há nenhuma escolha da equipe nessa “seleção” de casos encaminhados para o SAFA, já que ela é feita previamente pela Vara da Infância e da Juventude.

No dia a dia do SAFA, a dinâmica se altera instantaneamente após esse contato inicial da Vara da Infância e da Juventude. Começa uma correria para o mais rápido possível dar conta de realizar o acolhimento dessa nova criança. A equipe do SAFA, então, entra em contato com as famílias acolhedoras disponíveis e que foram estabelecidas como aptas a receberem crianças dentro do perfil daquele novo acolhimento. Vale ressaltar que, de forma geral, o perfil checado nesse momento diz respeito somente à idade preferencial para acolhimento e se há alguma restrição feita

por aquela família acolhedora, pois são muito poucas as informações iniciais sobre a criança que foram passadas pela Vara da Infância e da Juventude. Porém, mesmo a nova criança não sendo do perfil estabelecido, muitas vezes a equipe apresenta o caso para a família acolhedora a fim de verificar se, mesmo fora do perfil, há alguma possibilidade dessa criança ser acolhida por eles. Esse momento é marcado por um tipo de “negociação” entre as famílias e a equipe, pois em um primeiro momento algumas “negam de cara” ou já “aceitam de cara”, dizem as técnicas, mas após alguns minutos retornam à ligação pedindo mais tempo para pensar e pedindo mais informações sobre a situação da criança.

Nesse momento, o que sempre gera tensão é o fato de se ter poucas informações sobre a criança. Às vezes as informações são realmente muito poucas, ou até mesmo não há informação nenhuma que não seja o sexo e a idade, o que acaba dificultando a apresentação do caso para as famílias acolhedoras. Já para estas, a pouca informação também é um grande problema, principalmente para as novas famílias que estão começando a participar do programa, pois gera uma incerteza com o que podem enfrentar nesse acolhimento.

Comumente, as informações mais desejadas pelas famílias acolhedoras dizem respeito aos problemas de saúde, sejam eles distúrbios neurológicos ou doenças pré-existentes que exijam algum tipo de cuidado específico. As técnicas da equipe também indicam que as famílias acolhedoras querem se certificar se as crianças estão na escola e como seria essa mudança de endereço no que diz respeito à localização da instituição de ensino. A vaga na escola sempre é uma grande questão nos acolhimentos, pois conseguir a transferência das escolas municipais e estaduais ou creches públicas da cidade nem sempre é uma tarefa fácil, mesmo que haja uma parceria com a secretaria de educação e o serviço. A criança em idade escolar que esteja em acolhimento deve estar frequentando uma escola, mas isso às vezes é bem difícil de se conseguir. Essa questão da escola acaba exigindo muitos esforços da equipe, que possuem parcerias com escolas e creches particulares, que cedem bolsas de estudo para as crianças acolhidas para tentar suprir essa demanda.

Nesse momento, algo que apareceu muito nas conversas informais com as famílias acolhedoras é que, para eles, esse primeiro contato telefônico é um grande

momento que interfere na realização do acolhimento ou não, já que é uma grande “surpresa”, uma ligação no meio do dia propondo trazer uma nova criança desconhecida para sua casa, mesmo que eles estejam de certa forma esperando por isso. Esse acontecimento tende a resultar em conflitos internos no ambiente doméstico sobre a aceitação ou não daquela criança, a rotina é interrompida para que haja uma grande decisão. Isso gera uma dificuldade de uma resposta “rápida” sobre o acolhimento, pois além da surpresa e da logística de decisão entre os membros da família, alguns destacam que até o momento da ligação pode influenciar a possibilidade ou não do acolhimento naquele cenário.

Nessa etapa do processo de acolhimento, as técnicas sempre me lembravam que as famílias acolhedoras, mesmo estando ativas no programa, podem negar o acolhimento, gerado por vários motivos: geralmente por conta de a criança possuir problemas de saúde; a disponibilidade atual de tempo estar prejudicada; por estarem enfrentando algum problema de saúde na sua própria rede familiar; ou até mesmo por elas estarem “cansadas de acolher” e precisarem de uma pausa. Essa questão “da pausa” se dá, segundo a equipe, porque é recorrente haver famílias que já estão no programa há bastante tempo e que receberam várias crianças ao longo dos anos, estando sempre dispostas a acolher logo após o final de um acolhimento. Por isso, às vezes, essas famílias em específico pedem uma pausa para “descansar”. É por isso que esse processo de encontrar, entre as famílias ativas do serviço, aquelas que possam acolher naquele momento específico não é tão simples como pode parecer, pois mesmo que já estejam capacitadas para isso, com a documentação toda em dia e disponível para acolhimento, pode ocorrer a recusa por parte da família.

A negociação que eu mencionei anteriormente, diz respeito a situações em que após o primeiro contato, há uma negativa da família acolhedora sobre aquele caso. Mas, passadas algumas horas, a família liga ao Serviço dizendo estar disponível, ou, o contrário, a família aceita “na primeira ligação”, mas depois volta a dizer que, no contexto familiar, conversaram melhor entre os responsáveis e decidiram não acolher ninguém dessa vez. Nesses momentos, a equipe tenta contornar essas situações, tanto é que geralmente definem em conjunto quem serão as primeiras famílias a ficarem sabendo de cada caso. Essa escolha se dá em decorrência de algumas “questões” específicas de cada família que a equipe já conhece, sendo

também baseadas em experiências de acolhimento anteriores. Essas denominadas pela equipe como “questões” tratam de aspectos tais quais: existir uma “habilidade” para cuidar de crianças mais novas ou crianças com “problemas” específicos; a disponibilidade de tempo ou de como gerem esse tempo; a mobilização que a família faz dos outros serviços públicos de assistência, conseguindo acessar regularmente, entre outras. Por isso, são primeiramente elencadas as famílias que têm mais propensão a aceitar aquele novo acolhimento em decorrência das primeiras informações.

Nesse momento, há também um fato interessante que aparece nas conversas entre as técnicas, pois há um debate sobre quem da equipe entrará em contato com cada família. A problemática é que, segundo as técnicas, algumas famílias possuem “mais intimidade” com uma das três integrantes, então, é melhor que nesse momento seja essa a pessoa que faça o contato, pois isso acaba gerando melhores resultados. Essa ideia de mais intimidade entre determinada técnica com determinada família é algo que aparece constantemente em momentos diferentes do acolhimento.

Após essa negociação, se não houver nenhuma família que possa acolher no momento, a criança é encaminhada a algum abrigo da cidade. Mas, se a equipe encontrar uma família disposta a acolher, a Vara da Infância e da Juventude faz os trâmites jurídicos necessários e o acolhimento já acontece. Geralmente, é alguém da equipe que tem o primeiro contato com a criança e a leva para a casa da família acolhedora, mas quando é um bebê recém-nascido, a própria família acolhedora começa a acompanhar o bebê no hospital e espera a alta médica para que possa levar ele para casa.

Dando início então ao acolhimento, o próximo passo que acompanhei é quando a equipe começa a realizar a análise de todas as informações da criança, principalmente sobre o motivo do acolhimento. É, então, que se estabelece a estratégia para fazer o que eles chamam de “busca ativa”, que é a busca pela família de origem da criança, ou algum outro parente da criança, a fim de informar que ela está acolhida pelo serviço. Essa ação visa ter o primeiro contato com essa rede familiar para saber a situação que levou a saída da criança do seio dessa parentela.

Durante essa busca ativa, as visitas visam além dessa primeira conversa informativa, que explica o serviço de acolhimento e a determinação do Juiz da retirada da criança. É também o momento que é indagado às famílias se elas querem ficar com a criança. Isso porque é a partir dessa posição inicial da família de origem que a equipe técnica se organiza para começar a pensar o PIA e informar à Vara da Infância e da Juventude a situação atual da criança e de sua rede familiar.

Se nesse primeiro contato entre a família de origem e a equipe houver uma negativa de interesse na guarda da criança, a equipe pede que esses familiares façam uma declaração de próprio punho afirmando isso. A declaração será encaminhada ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude, que intima essa família em uma audiência preliminar do caso. Nesse caso, a equipe também indaga se há algum outro integrante da rede familiar da criança que tenha interesse ou que eles possam fazer contato para avisar sobre o caso. Isso auxilia a equipe a buscar outros familiares, que são chamados de “família extensa”, que podem querer a guarda da criança, já que o objetivo inicial do serviço é que haja uma reintegração familiar.

Mas, há um outro cenário que é o de que os familiares da criança, durante esse primeiro contato, se mostrarem dispostos a ter novamente a guarda da criança. Nesse caso, a equipe explica os procedimentos legais que devem ser tomados, bem como a possibilidade ou não de visitas e como essas devem ser conduzidas (no escritório e com supervisão). A equipe também explica aos familiares que eles deverão se comprometer com a equipe e com a Vara da Infância e da Juventude em cumprir o Plano de Ação (PIA), que será elaborado em conjunto a partir desse momento, visando solucionar os problemas que levaram ao acolhimento da criança.

É somente após esses procedimentos que a equipe começa a desenvolver o PIA daquela criança a partir do estudo de caso já iniciado. De certa forma, pude perceber que o PIA é realmente central no trabalho da equipe, sendo responsável por delimitar o funcionamento do escritório. Após o PIA ser aprovado pelo Juiz responsável pelo caso, a equipe baseia as ações e, conseqüentemente, seus cronogramas semanais e mensais nas metas estabelecidas nele. Portanto, o dia a dia do serviço é feito com base no PIA, tentando resolver as demandas encontradas durante a semana nas visitas domiciliares e de outros contatos com as crianças

acolhidas, tanto nas famílias de origem quanto nas famílias acolhedoras. Por esse motivo, o PIA pode ser refeito várias vezes durante o acolhimento, para suprir as novas demandas que vão se apresentando.

2.3 A minha presença no campo

De forma geral, consegui acompanhar todas essas etapas do acolhimento junto da equipe. Como realizei o trabalho de campo junto da equipe técnica, com todo o aparato de ser um “trabalho voluntário”, frequentei todos os ambientes que a equipe frequentava e era sempre apresentada como a “pesquisadora” ou a “estagiária”, e assim conseguia a permissão de entrada. Em alguns momentos mais “formais” fui apresentada como estagiária para, segundo a equipe, ser mais fácil das pessoas entenderem a minha presença ali; ou de forma breve como “pesquisadora/ socióloga/ antropóloga”, mas em nenhum desses locais houve questionamentos da minha presença junto à equipe.

Mesmo assim houve momentos de “curiosidade” sobre a minha presença. Principalmente nesses momentos iniciais a curiosidade de algumas famílias acolhedoras e algumas crianças mais velhas, era sobre o que “pesquisadora” queria dizer e sobre o que seria, de fato, o que eu estaria fazendo ali. Para as famílias acolhedoras também se mostrou importante “entender” qual seria o “tema” da minha pesquisa, já que eles estavam envolvidos. Nesse início, houve algumas explicações breves feitas por mim que tentava explicar meu interesse e me diferenciar das técnicas. Para as crianças, a explicação era mais geral e elas, na maioria das vezes, entendiam que eu estava ali “estudando”. Mas esses momentos foram poucos, pois por estar ali todos os dias, logo fui absorvida e recebida como uma integrante da equipe que estava ali para auxiliar nos trabalhos do SAFA fazendo minha “pesquisa”. As crianças também começaram a me reconhecer, até mesmo em outros locais, como uma “tia” do SAFA.

Mas esse cenário sobre o meu lugar no campo não se repetia nas visitas domiciliares às famílias de origem. Essas visitas sempre aconteciam, desde o início e

durante todo o campo, com certa tensão entre a equipe e os familiares. Então, a minha presença não poderia gerar mais tensão, portanto fui apresentada poucas vezes e normalmente como “parte da equipe” ou como “nossa pesquisadora”, o que não gerou nenhuma indagação depois disso. Digo que fui apresentada poucas vezes, pois as dinâmicas nas visitas com as famílias de origem geralmente são, de certa forma, mais formais, mais tensas e sem muito espaço para conversas paralelas. Sendo assim, a minha presença não tinha muito espaço para ser questionada pelos familiares ou até mesmo explicada pela equipe.

Portanto, posso dizer que a minha presença foi assimilada muito rapidamente por todos os sujeitos envolvidos no SAFA, não houve entraves para a minha presença junto da equipe técnica. Mesmo sendo apresentada de formas “diferentes”, até mesmo nas famílias de origem comecei a ser reconhecida por eles em alguns lugares fora do serviço como “a Luiza do SAFA”. Isso me proporcionou poder acompanhar todas as funções que a equipe desenvolve. Tive acesso, então, além das visitas domiciliares, às reuniões gerais no escritório, reuniões na Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), as capacitações destinadas aos funcionários do serviço, as reuniões e às consultas documentais da equipe do SAFA na Vara da Infância e da Juventude.

Por fim, nas ações realizadas no escritório, também estive presente em vários momentos. Na maioria das ações fiquei junto com a equipe apenas observando enquanto elas realizavam as tarefas mais “burocráticas” do serviço, como a construção de relatórios e documentos para as audiências, mas em algumas construções de relatórios fui chamada a participar. Geralmente, me questionavam quanto a dúvidas temporais de alguns acontecimentos, se eu lembrava quando algo realmente ocorreu. Eu também auxiliava com algumas fotos que tirava nas visitas e que são usadas nos relatórios e, por fim, de modo geral, fui “eleita” a revisora dos textos produzidos pela equipe, pois, segundo elas, estava de fora e conseguiria ver se há clareza no texto.

Para além desses momentos de produção no escritório, há, em alguns dias menos corridos, grandes espaços de tempos “vagos”. Esses momentos nos primeiros dias de campo eram sempre preenchidos por conversas da equipe, para “me contar” como funcionava o serviço. Acabei até sendo incluída como uma das “ações” no

relatório mensal, onde indicam terem destinado tempo a “Orientações e esclarecimento das ações para a pesquisadora/socióloga da UFJF Luiza Vieira” (Relatório Mensal de Fevereiro). Esses momentos foram geralmente criados pela psicóloga Antônia e pela coordenadora Aurora, em que me indagavam “O que eu queria saber?” ou “Como posso te ajudar?”. Comecei, então, a separar perguntas no caderno de campo para esses momentos. Mas, com o passar do tempo, tais contextos começaram a diminuir. Elas, de certa forma, se mostravam cansadas de “falar para mim”.

Quando comecei realmente a fazer parte do dia a dia delas no escritório, essas conversas mais formais foram diminuindo e deixando mais livre esses momentos. Havia esses momentos de “não fazer nada” na rotina delas, então, eu tinha de “fazer nada” com elas também. Isso não se tornou um problema, até porque esses momentos oficiais de conversa inicialmente foram criados por elas, pois achavam que eu precisava de atenção. Esses primeiros dias de acompanhar o “silêncio” de “não fazer nada” em um primeiro momento me deixou desconfortável, pois eu tinha que acompanhar o silêncio, e, de certa forma, tentar não incomodar essa dinâmica.

Como a rotina do escritório é sempre agitada nesses momentos vagos eu ainda percebia que a equipe achava que precisava me ajudar mais, que estavam me deixando de lado. Mais de uma vez as palavras de Antônia buscavam me parabenizar pois eu era, segundo ela, uma “estagiária” muito fácil de lidar, já que “não passava muitas demandas”. Ela finalizava ressaltando que elas estavam à minha disposição para isso. Mesmo eu explicando que “estava tudo bem”, que o trabalho de campo vinha sendo efetivo para minha pesquisa, elas continuavam com essas observações.

Foi por isso que resolvi estabelecer que iria realizar entrevistas individuais com toda a equipe, apresentando isso como minha principal “demanda” para elas. Então, essa proposição foi recebida com entusiasmos por todas, já que assim sentiam que poderiam me ajudar mais. A partir daí, os momentos de “fazer nada” e “silêncio” se tornaram menos desconfortáveis e fui integrada em “não fazer nada” junto da equipe. Desta maneira, acredito que a rotina do escritório se estabeleceu com a minha presença, fui de certa forma absorvida pela equipe, sem que a minha presença estivesse gerando mais tarefas para elas.

Ao poder acompanhar todos esses espaços e a rotina agitada da equipe, pude perceber que existia entre os sujeitos do escritório uma espécie de rotina diária em que eu acabei fazendo parte e participando ativamente. Essa rotina passa por cinco grandes etapas ao longo do dia:

- 1) Ao chegarmos no escritório e entrarmos todos juntos, alguém da equipe, a cada dia, leva alguma coisa para o café da manhã e há uma breve confraternização da equipe na copa. Nesse momento, há conversas informais, alguns comentários breves sobre os casos, mas esse é um momento mais descontraído. Já quando há a necessidade imediata de se falar efetivamente sobre algum caso, a coordenadora sempre chama a todos para uma conversa após o café;
- 2) Assim que termina esse momento de café, há uma reunião da equipe para passar o cronograma do dia e informar a todos alguma novidade que possa haver. Vale destacar que todos os integrantes do serviço, como as famílias acolhedoras e de origem, possuem o contato telefônico pessoal da equipe técnica, portanto, há demandas mesmo fora do horário de funcionamento do escritório. Geralmente esse primeiro momento do dia acaba sendo também para atualizar a todos algum contato ou demanda que tenha sido feita individualmente para alguém da equipe fora do horário formal de funcionamento. Esse contato direto por telefone é uma parte muito importante da dinâmica do serviço, pois muitas coisas acontecem por telefone;
- 3) A partir daí, então, começamos efetivamente as visitas domiciliares. Desde o começo, passei a ir em todas as visitas, então sempre vão no carro a psicóloga Antônia, a assistente social Laura e eu. A coordenadora Aurora só realiza as visitas quando é necessária a presença dela ou quando não há nada para ela resolver no escritório. Como as visitas domiciliares são feitas no carro da empresa, com o motorista do escritório levando a equipe, passamos bastante tempo nos trajetos dentro do carro e sempre há conversas informais ali sobre os casos. Tanto Antônia e Laura, como o motorista Roberto, me incluem sempre na conversa. Eles inicialmente

diziam estar me contando para me preparar para o que iríamos encontrar quando chegássemos ao destino. A volta para o escritório após as visitas também é sempre preenchida com essas conversas informais sobre os acontecimentos do dia e das visitas que acabamos de fazer. Mas, de forma oficial, os repasses do que aconteceu nas visitas é feito somente no escritório com a presença de todos os integrantes da equipe técnica;

- 4) A chegada no escritório após alguma visita geralmente é o momento em que todos da equipe técnica se encontram novamente e fazem os repasses gerais após as visitas do dia, para que as demandas sejam discutidas em equipe. Após as visitas também é o momento que são produzidos os relatórios. A psicóloga e a assistente social vão produzindo os seus relatórios individuais para que consigam formular um relatório em conjunto quando for necessário. Há também um café da tarde, momento que não possui horário certo, mas que é frequente no meio da tarde. Assim como no da manhã, há sempre alguma comida que é trazida por algum funcionário para ser compartilhada e acompanhar o cafezinho e as conversas;
- 5) Por fim, como última ação de trabalho, geralmente é realizado de forma coletiva uma breve checagem na agenda do dia seguinte para se confirmar os compromissos. A equipe, então, fecha o escritório e geralmente vão embora juntos todos os membros até o centro da cidade, pois há o carro que tem de ser levado até o escritório central e há também o carro da psicóloga do serviço que costuma dar caronas. Nessas caronas o clima já é mais descontraído, mas também há algumas conversas sobre os casos.

Com a pandemia de covid-19 essa rotina se modificou em março de 2020. Inicialmente houve a suspensão das visitas domiciliares e o uso do home office. Nesse início, as coisas foram muito conturbadas e segundo as técnicas houve uma pressão muito grande enquanto a equipe estava toda em home office. Com isso, a coordenadora do serviço teve que se revezar em outro serviço mantido pela ADRA para ajudar nas mudanças da pandemia para que as outras técnicas ficassem focadas no SAFA. Nesse primeiro momento remoto, a equipe realizava os atendimentos que eram feitos nas visitas domiciliares através de vídeo chamadas. Aurora destaca na

entrevista que a pandemia ainda trazia muitos empecilhos: “A gente está tendo que adaptar, trabalhar de várias formas. Assim, está uma loucura! Tem hora que funciona muito bem, tem hora que não, tem hora que a gente está tendo que inventar umas modas aí, bater cabeça para a coisa andar!”. Já segundo Laura, o começo foi mais complicado para as pessoas assistidas pelo SAFA entenderem como iria funcionar o atendimento, mas passaram a se acostumar e adaptar os atendimentos de acordo com cada família:

É e assim tanto é que a gente realmente, porque quando entrou a pandemia a gente ficou pensando, como é que vai ser. Como é que vão ser essas vídeo chamadas. Então, assim a gente teve que explicar para as famílias que os atendimentos, a partir dali, até segunda ordem seriam todos por vídeo chamada e que a gente manteria o nosso horário de oito a cinco, né, mas alguma intercorrência, óbvio, né, a gente iria atender. Então, assim você vai acostumando né? Aí eu achei vantajoso por um lado, porque você conseguia atender um número bom de famílias e não tinha deslocamento. Então você não perdia o tempo, né?[...] Tem família que adapta, tem família que não. A Fátima, por exemplo, não gosta, ela prefere ligação, a gente faz ligação com ela, normal. A gente faz a ligação, ela falou que não, que ela não é muito fã de fazer a chamada de vídeo, então a gente faz o que ela pede, né (Entrevista com Laura, 27/11/2020).

Todas essas videochamadas deveriam ser “printadas” e anexadas aos relatórios para provarem que o atendimento estava acontecendo. Há também a questão das autorizações por causa da covid-19. Qualquer ação diferente, contato presencial ou mediação de algum conflito, precisava passar por uma autorização prévia da empresa ADRA. Além disso, os procedimentos do acolhimento, tais como as visitas supervisionadas de familiares de origem ou familiares extensos e os processos de aproximação, por exemplo, passaram a precisar de autorização da Vara da Infância para ocorrer por causa da covid. Por isso, a maioria desses processos até eram autorizados, mas tinham de ser feitos de forma remota.

A rotina foi drasticamente alterada pela pandemia, pois, a covid trouxe empecilhos para a vida de todos os sujeitos envolvidos no acolhimento. Havia o medo do vírus entrar em alguma das famílias acolhedoras através da equipe, de como a equipe poderia auxiliar a família acolhedora que estivesse contaminada, e se as

famílias estariam seguindo as medidas de proteção para evitar a covid. Nesse sentido, a presença das técnicas deveria ser evitada para, além de proteger a equipe, não dar chance ao contágio dessas famílias voluntárias.

Essa nova dinâmica gerou vários problemas para a equipe. Como fazer o processo de aproximação de uma criança por meio de uma ligação de vídeo por celular? Como explicar para os familiares de origem e extensos que a “visita supervisionada” não poderia ser bem uma visita e sim uma conversa rápida por vídeo chamada? E os sujeitos que não possuem ou não tem muita habilidade com esses recursos tecnológicos, como fazer o atendimento com eles? Essas e muitas outras perguntas foram aparecendo a partir dessa nova rotina de trabalho que tirou da equipe uma das partes mais importantes do dia a dia do serviço: as interações sociais entre os sujeitos.

Logo no início, um dos grandes problemas foi realizar o primeiro acolhimento de uma nova criança durante a pandemia. Isso aconteceu na semana seguinte ao início do home office, enquanto as “regras” do trabalho remoto ainda estavam muito confusas. Mas no meio da confusão do novo modelo de trabalho havia uma bebê bem novinha que precisava ser acolhida. Uma das técnicas teve de ir presencialmente levar a criança até uma família acolhedora que tinha aceitado receber mesmo nesse cenário. A partir daí deveria se iniciar o processo de busca ativa pela família de origem dessa criança, mas a equipe não sabia como iria entrar em contato com a família se não poderia ir presencialmente aos endereços. Começou o esforço para um contato telefônico, mas a família de origem não tinha telefone celular e morava em um distrito afastado da cidade, o telefone disponível era um orelhão próximo a casa da família. A equipe então teve de criar novos mecanismos para conseguir fazer o atendimento dessa família, esse início conturbado só ajudou a alimentar a tensão inicial que já existe entre a família de origem e a equipe do SAFA.

Nesse cenário, mesmo a equipe tendo vencido os problemas iniciais e a adaptação inicial dos atendimentos remotos, as questões geradas pelo acolhimento continuaram acontecendo, mas agora com algumas dificuldades a mais por causa da covid-19. Por isso, mesmo sem poder realizar as visitas domiciliares, muitas vezes alguma demanda urgente surgia e alguma das técnicas precisava ir até a casa de

alguma família acolhedora ou família de origem dar algum suporte. No final do mês de novembro de 2020, quando as entrevistas com as técnicas foram realizadas, elas já estavam trabalhando presencialmente no escritório. Mas as visitas estavam ainda de forma “híbrida”, pois somente algumas visitas estavam sendo feitas de forma presencial. O objetivo era expor o menos possível as famílias e crianças ao vírus, mesmo nos casos em que a equipe acreditava precisar mais das visitas presenciais elas são feitas alternadas, uma presencial e uma por telefone. Segundo a equipe, as visitas domiciliares estavam sendo destinadas para as situações que mais precisavam como por exemplo: processo de aproximação das crianças; preparação para a saída de uma criança do acolhimento; busca ativa dos familiares de origem e extensos; etc.

2.4A equipe técnica do SAFA de Juiz de Fora

Vamos nos aprofundar, a partir de agora, nas trajetórias profissionais e de vida das três mulheres centrais do SAFA em Juiz de Fora. Meu trabalho de campo foi realizado acompanhando sempre essas mulheres, logo, tenho que destacar que minha visão aqui é direcionada por essa entrada no campo. Trago comigo a visão proporcionada por esse ângulo do serviço, que é a visão que obtive através das interações e conversas que tive com as técnicas.

Apesar de já percebermos a complexidade que envolve os diversos sujeitos envolvidos no serviço, podemos afirmar que essas três mulheres são responsáveis pela maior parte da execução do trabalho. Elas atuam de forma intensa e por um tempo extenso, ocupando vários papéis diferentes dentro de suas práticas. Esses papéis têm que dar conta de toda a complexidade que envolve essas diversas dinâmicas de acolhimento. Vamos poder perceber aqui que, além das tarefas oficiais que elas precisam desempenhar, elas também atuam como negociadoras dos conflitos que ocorrem entre os diversos sujeitos envolvidos no processo de acolhimento. Logo, elas são as gestoras dessa estrutura que faz funcionar o serviço em Juiz de Fora, mas são também detetives das queixas, investigadoras de

parentesco, juízas de decisões que nem elas mesmas se sentem confortáveis para tomar, além de produzirem novas organizações familiares, seja provisoriamente com as famílias acolhedoras e os acolhidos, ou de forma menos provisória com as novas configurações das famílias de origem e extensas para o fim do acolhimento.

Assim, nessa grande dinâmica, vamos conseguir perceber a partir dos dados levantados através das entrevistas e do trabalho de campo, que houve uma reestruturação no serviço a partir do momento em que as três profissionais começaram a atuar em conjunto. Isso faz com que haja uma demarcação importante da chegada delas para esse novo momento do SAFA em Juiz de Fora.

Relembramos aqui que nossa perspectiva inicial sempre foi a de levar em conta que para tentarmos entender como é o funcionamento de um serviço originário de uma política de intervenção social que utiliza a família como norte, precisamos levar em conta os principais agentes que colocam em prática essa política. Nesse sentido, para pensarmos o SAFA, temos que nos lembrar que os funcionários são uma espécie de materialização do serviço. E que para tentarmos entender o funcionamento na prática do SAFA em Juiz de Fora temos que levar em conta quem são esses profissionais que vivem e aplicam a lei que designou o serviço em seus cotidianos de atuação. Mas é importante destacarmos que isso não é tudo. Essas funcionárias não são máquinas que atuam de forma mecanizada, somente fazendo o que a lei diz que deveria ser feito, ainda mais em um programa de assistência social que proporciona os mais diversos cenários, que podem não estar contemplados nas fundamentações legislativas:

Pensar e viver o cotidiano, para além da efetivação de leis, de políticas, de planos ou normativas, exige, portanto, uma constante análise do contexto, das conjunturas sócio-históricas, econômicas e culturais. Exige também que se tenha conhecimento e respeito à história vivida pelos sujeitos, a qual constrói os fatos, as questões sociais e o modo de ser e de agir das pessoas neles implicados. Na verdade, o profissional(operador do direito) trabalha permanentemente na relação entre as estruturas, as conjunturas e o cotidiano.(VALENTE, 2014, p.64)

Nesse sentido, destacamos que a atuação das três mulheres que operam esse serviço na cidade tem de ser compreendida para além de suas posições profissionais oficiais, de suas carreiras. Carreira é um conceito que se desenvolveu em diferentes campos teóricos. Partimos aqui de uma perspectiva que contrapõe a visão funcionalista que costuma associar carreiras somente ao campo profissional. Vamos aqui partir, inicialmente, de uma noção de carreira proposta pela perspectiva interacionista de Everett Hughes (2005). Para Hughes:

Todo homem nasce, vive e morre num tempo histórico. À medida que ele percorre o ciclo da vida característico da nossa espécie, cada fase desse ciclo se junta com eventos no mundo. [...] Tais junções da vida de um homem com eventos, pequenos e grandes, são sua carreira singular e lhe causam muitos de seus problemas pessoais.” (HUGHES, 2005, p. 163).

De certa forma, para Hughes todos possuem uma carreira, mesmo que não estejam inseridas em estruturas burocráticas de trabalho. Esse caminho pelo qual os indivíduos percorrem mesmo fora do mundo do trabalho institucionalizado, pode ser um caminho linear ou cheio de desvios, mas que no final constrói a vida desses sujeitos. Nesse sentido, para pensarmos as escolhas e decisões profissionais dessas três mulheres, vamos analisar em conjunto com essa ideia de carreira dois conceitos desenvolvidos por Gilberto Velho: o de “projeto” e o de “campo de possibilidades”.

Velho (2003) nos ajuda na perspectiva de podermos pensar as carreiras fora de uma visão totalizante, em que há projetos específicos que constroem esse caminho, sendo parte de suas experiências profissionais. Velho (2003, p.101) entende “projeto” como “[...] a conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Mas essa atuação do sujeito que constrói seu projeto é de certa forma delimitado pelo “campo de possibilidades” em que ele está inserido. Isso porque o “campo de possibilidades”, segundo Velho (2003, p. 28), “[...] trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura”. De certa forma, o campo simbólico é onde está contido as opções que os indivíduos têm a disposição, mas assim como a ideia de Hughes (2005), Velho também destaca o grande impacto que os processos sócio-

históricos possuem na vida dos sujeitos. Também por isso, essas trajetórias, carreias e projetos passam por constantes mudanças e movimentos durante a vida das pessoas. Velho (2003, p. 45) ressalta que “não são, no entanto, atores-sujeitos na sua plenitude, utilizando o livre-arbítrio. São empurrados por forças e circunstâncias que têm de enfrentar e procurar dar conta”.

2.4.1 *Laura, a assistente social da equipe*

“A gente tem que fazer um primeiro contato bom, porque família de origem te vê como a moça ou a equipe que levou a criança embora! É você que levou a criança embora! Não quer saber se foi a vara da infância, a polícia, porque quem que aparece imediatamente após a saída da criança? É a família acolhedora!”

Laura tem 37 anos, sua aparência nos induz a achar que ela é bem mais nova e apesar de nos momentos oficiais, sua fisionomia aparenta ser uma pessoa muito séria e fechada, mas ela está sempre alegre e animada. É uma pessoa muito organizada, que adora usar coisas de papelaria e bolsas com estampas de gatinhos, além, é claro, de ter uma grande paixão pelo time de futebol Cruzeiro Esporte Clube. Ela é extrovertida, gosta bastante de conversar com todo mundo. A equipe sempre diz que Laura parece uma “vereadora”, pois em todo lugar que a equipe chega, ela já conhece alguém. Ela não é nascida em Juiz de Fora, veio da cidade de São João Del Rei no ano de 2002 para cursar filosofia na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ela conta que sua primeira opção de curso superior nessa época era direito, mas durante as aulas do cursinho pré-vestibular conheceu a filosofia e se apaixonou. Mas, ao falar sobre a época da faculdade de filosofia, Laura me avisa que possuía até então uma visão muito romantizada do curso, pois o professor do cursinho falava “como se a gente pudesse transformar o mundo com a filosofia”. O que, segundo ela, acabou não sendo verdade. Foi quase no último ano do curso de filosofia que ela começou a ter os seus maiores desafios. Eles eram relacionados a atuação em sala

de aula, pois a realidade que ela encontrou foi bem diferente da presente nos filmes. Com isso, ela diz que percebeu que “não ia conseguir fazer metade do que aqueles professores faziam nos filmes”. Assim, resolveu então, com o apoio da família, terminar o curso e ao mesmo tempo fazer um preparatório para tentar novamente o direito. Mas, essa opção mudou novamente após uma palestra que Laura assistiu no cursinho, pois a palestrante era assistente social. Laura então conheceu a profissão e se encantou, resolvendo então cursar serviço social ao invés de direito.

Laura me contou que na faculdade de serviço social só começou a gostar realmente do curso quando começou a fazer um estágio não obrigatório em uma ONG de apadrinhamento afetivo. Ela contou que, nessa época, em Juiz de Fora, os abrigamentos de crianças e adolescentes eram muito diferentes de hoje em dia e ela nem sabia o que era família acolhedora. A partir daí, Laura parece ter se apaixonado pelas novas dimensões mostradas pelo serviço social. Ela fez parte de vários projetos na universidade: pesquisas no movimento sindical, estágio no CREAS, estágio com projeto de erradicação de trabalho infantil entre outros. Todos esses projetos são sempre lembrados por Laura com muita felicidade, trazendo um caso novo para contar. Para Laura, o que mais lhe agrada em ser assistente social é:

Eu acho que é a possibilidade das nossas ações verem o contexto todo. Tipo, a gente não, não, não fragmenta, a gente aprende, né? No decorrer do curso que a gente não pode fragmentar o sujeito e que ele veio de um contexto. E aí quando a gente percebe isso a gente não culpabiliza ele pela situação que ele está e sim o sistema que a gente, que a gente se encontra. E a possibilidade de a gente fazer com que ele acesse o direito, né? Os direitos deles, como se a gente fosse uma ponte entre o equipamento, entre o direito e ele. (Entrevista com Laura, 27/11/2020).

Ela se formou como assistente social no final do ano de 2010. Segundo ela, já saiu da faculdade enviando currículo para todos os lugares que apareciam vagas, tentando ingressar no mercado de trabalho o mais rápido possível. Começou a trabalhar então em uma ONG, atuando como assistente social em um Lar de Idosos. Mas, Laura ressalta que foi chamada no fim desse primeiro ano de trabalho para ocupar a vaga de assistente social de um presídio da região, cargo que também tinha

se candidatado assim que se formou. Essa experiência no presídio foi marcante para ela, tanto por um caso de assédio moral que sofreu, quanto pela experiência no contexto prisional.

Entretanto, foi a experiência inicial com o lar de idosos que proporcionou, segundo ela, um dos momentos de maior destaque profissional, pois fez com que posteriormente Laura começasse a atuar no conselho municipal do idoso de Juiz de Fora. Ela permaneceu por anos no conselho, chegando a ser presidente como representante do serviço social. Portanto, essa experiência com os idosos marcou sua trajetória e proporciona até hoje, mesmo não atuando mais na ONG, várias de suas atuações, sendo uma profissional reconhecida na área da defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa.

Desde o começo de nossas conversas informais, Laura me contava partes de sua trajetória profissional, revelando um orgulho de suas conquistas dentro de um percurso bem diversificado. Ela já atuou nesses serviços com idosos, na área prisional, em instrumentos psicossociais da cidade, na área administrativa e atualmente no Família Acolhedora. Ela conta que atualmente trabalha em dois empregos: ela atua como assistente social em um serviço psicossocial que trabalha com pessoas que convivem com HIV e como assistente social do serviço de acolhimento em família acolhedora.

Essa necessidade de trabalhar em dois empregos está presente na trajetória das três técnicas da equipe. Para Laura, essa necessidade está ligada com a parte que ela menos se interessa na profissão, principalmente atuando na área da assistência como é o caso do SAFA:

Questão salarial, o serviço social na assistência, principalmente, é muito desvalorizado, como a gente não tem um teto salarial. Como a gente não tem um teto, é triste a gente ver que alguns locais eles fazem prego para quem vai ganhar menos. [...] Além do mais, tem, em alguns locais, a falta de respeito das outras profissões com o serviço social, né? Tipo, é como se a nossa profissão fosse a menos valorizada em relação a outras profissões, é como se assim, ah, você só nasceu para ajudar o pobre, para ajudar a pessoa que está lá em situação de extrema pobreza e nada mais que isso! Então assim é a

falta de valorização profissional e financeira, né? (Entrevista com Laura, 27/11/2020).

Mesmo com essas dificuldades, Laura diz nunca ter pensado em abandonar a profissão de assistente social, mesmo com os momentos de desânimo. O atual momento profissional que ela está se iniciou quando começou a trabalhar para a empresa ADRA. A trajetória de Laura no SAFA está ligada com a trajetória da ADRA, executora desde o final de 2018 do serviço. Pois Laura, junto com o motorista Roberto, fazem parte da primeira formação da equipe do SAFA gerida pela ADRA.

O SAFA funciona na cidade de Juiz de Fora desde 2009, mas era executado por outra empresa. Essa nova fase do SAFA na cidade, sendo executado pela ADRA, teve início no fim do ano de 2018, quando em um chamamento público a ADRA ganhou a execução do serviço. Como está desde o início, já faz quase três anos que Laura trabalha no serviço. Ela descreve esse primeiro momento no SAFA como “um choque”, pois ainda não tinha trabalhado com essa área e a gestão nova também ainda estava tentando desenvolver uma atuação própria do serviço:

Eu fiquei extremamente em choque, porque era um programa que eu não, nunca tinha ouvido muito falar, né? Assim, sabia que era executado por uma outra instituição, mas assim, era aquela coisa meio que misteriosa, tipo, o que é isso, né? O que ele faz? [...] Quando eu caí no Família Acolhedora, os primeiros meses foram muito sofridos, assim, porque era um local novo (Entrevista com Laura, 27/11/2020).

Além de toda a dificuldade de entrar em uma nova área de atuação – em que teve que estudar novas legislações e procedimentos – Laura também acredita que a gestão do serviço estava tendo dificuldades para atuar no início. Todo esse processo inicial do SAFA sendo gerido por uma nova empresa é contado constantemente tanto por ela como pelo motorista Roberto nas conversas informais do dia a dia. Sempre surgem exemplos de “como era antigamente” e “como é agora”. As outras integrantes da equipe, mesmo não tendo participado dessa primeira fase, também comentam algumas dificuldades encontradas quando chegaram ao vivenciarem a fase de transição entre as duas equipes.

Esse início coincide, segundo Laura, com um momento conturbado na assistência social de Juiz de Fora, pois a concessão dos serviços começou a ser definido por processos de chamamento público. Foi assim que a ADRA, que era uma empresa nova na cidade, assumiu vários serviços que, anteriormente, eram feitos por ONGs e instituições conveniadas a muito mais tempo na cidade. Começou, então, a haver uma certa disputa interna, até mesmo entre os funcionários que foram trabalhar para essa nova empresa que era vista como “inimiga”.

E aí, quando a AMAC perde o Família Acolhedora e perde outros serviços na transição para a tida “inimiga” a ADRA, né? Foi difícil, tanto que quando eu me identificava como Laura, assistente social do Grupo Casa era: “oi querida!”, não todos, tá? Mas alguns, “Oi, querida tudo bem? O que você precisa e tal?”, todo mundo me tratava assim. Quando eu me identificava como família acolhedora era 40 minutos esperando para ser atendida! Então assim, esse me marcou porque eu precisava de um número de NIS, a gente ainda não conhecia a consulta cidadão, a gente não tinha a senha que os CRAS têm para consultar. E a nossa dependência era, ou o usuário trazia e ele quase nunca tinha, ou a gente pedia no CRAS. E assim eu cheguei a pedir de duas usuárias lá da região Sul a moça não quis procurar para mim, ela falou que eu tinha que falar com a coordenadora, que eu só estaria liberada quarenta minutos depois se eu podia ligar. Aí, o que que eu fiz? Liguei para um outro CRAS, que eu tinha uma relação boa, porque eu podia falar família acolhedora, que a pessoa me atendia, normal. Eu consegui os números que eu precisava. Então, assim, no início também, além de ter pouca autonomia, a gente era muito malvisto, porque era como se a gente tivesse roubado o programa deles, sabe? Tipo, e aí quando a gente fazia os contatos, eram tipo, “ah lá vem a ADRA fazer o contato.” Então, assim, tinha diferença, foi complicado (Entrevista com Laura, 27/11/2020).

Segundo Laura, é quando Antônia assume como nova psicóloga – e logo em seguida a Aurora entra como nova coordenadora do serviço – que se inicia a nova fase do SAFA. Essa nova fase é marcada na fala das três como “a fase em que começaram a realizar um novo tipo de atuação e conseguiram efetivamente desempenhar um trabalho em equipe”, em que todas as técnicas participam efetivamente do serviço. Antes, segundo Laura, havia também uma hierarquia que acabava atrapalhando a análise técnica, pois ela acabava sendo designada para ser responsável somente pelas visitas domiciliares. Ela não tinha acesso aos relatórios

produzidos pela coordenação. Nesse cenário, ela acredita que havia uma falta ou muito pouca autonomia para os técnicos trabalharem.

É “trabalhando em conjunto” nessa “nova equipe” que Laura acredita que houve uma abertura para que ela fosse respeitada como assistente social e pudesse atuar com sua “autoridade técnica”. Porém, ela destaca que essa nova dinâmica também proporcionou a possibilidade de uma construção em conjunto das condutas e ações que envolvem todo o trabalho que desempenham no SAFA.

Laura destaca que a nova equipe estimulou um trabalho “mais ativo” e trouxe para o serviço a “possibilidade do diálogo”. Essa nova fase acabou assustando as famílias acolhedoras mais antigas que estavam acostumadas com a outra forma de trabalho. Segundo Laura, esse foi um momento decisivo de mudanças para alcançar o novo cenário que eu acompanhei em campo.

Mas o início foi muito desafiador, porque era um serviço que não foi passado de forma completa para gente, tipo assim, a gente caiu de paraquedas em algumas famílias que já eram famílias. Então, assim, a gente chegar e a gente começar a fazer visitas de forma constante, isso assustou as famílias! Porque elas não estavam acostumadas com isso, a gente não tinha um prontuário, algo. Então, a gente teve que partir do zero. Então, assim, você pegar famílias extremamente complicadas lá, famílias de origem, né? É extremamente complicado porque você não tinha um prontuário, então você não sabia de onde parou, quem era essa família. De quase perder família acolhedora, por questão assim dessa mudança e assim elas não se sentiram, a maioria delas, não sentiu contemplada com a mudança, porque falaram que não foram avisadas e tal. E assim, a gente teve alguns erros grotescos no início, sabe? Então, isso foi desesperador, porque dava aquela impressão de que a gente nadava, nadava, nadava e continuava no mesmo local cometendo os mesmos erros. (Entrevista com Laura, 27/11/2020).

Nesse novo cenário, Laura diz que sua função como assistente social começa quando a criança chega, pois ela tem que checar a documentação que vem junto com a criança. Isso precisa ser feito para saber qual é a documentação a ser providenciada, como o cartão de vacina, cartão do SUS, transferência de escola etc. Se precisar providenciar algum documento, é ela que dá o suporte para a família acolhedora conseguir acessar a documentação. Nesse momento inicial, ela também

destaca que tem que fazer o prontuário dessa família de origem/extensa, que fica na ficha de cada caso.

Laura indica que, de certa forma, a sua atuação como assistente social no SAFA é focada em ajudar tanto a família acolhedora quanto a família de origem. Sua missão também é ajudar a criança e ao adolescente a acessarem os serviços públicos necessários e que serão usados para solucionar os problemas que ocasionaram o acolhimento. Ela conta que é responsável por fazer esses encaminhamentos para a “rede” municipal de cuidados, tanto a social e a de saúde quanto a jurídica, para que a família seja inserida e tenha acesso aos seus direitos através desses serviços. Esse encaminhamento é feito através de contatos institucionais em que Laura atua representando o SAFA e os sujeitos assistidos. Segundo ela, sua função no SAFA é mais focada “nessa burocracia”.

Laura repetiu várias vezes na entrevista que com a criança ou adolescente acolhido ela não atua, que não possui tarefas diretamente com elas, que isso seria papel da psicologia. No trabalho de campo, essa diferença de atuação com a criança, que é o foco do serviço, acaba gerando algumas tensões entre as técnicas durante as visitas domiciliares. Essas tensões são referentes as duas áreas profissionais que integram a equipe técnica: psicologia e serviço social. Elas são geradas pela delimitação de tarefas que é necessária fazer no dia a dia. Como há um incentivo em realizar um trabalho interdisciplinar, isso acaba sendo resolvido, mas em alguns momentos há conversas e mudanças na conduta. Isso refletiu na entrevista, já que Laura destaca que participa fazendo uma “intervenção mais para o lado social e socioeconômico”, e, portanto, as suas ações nas visitas domiciliares são direcionadas a esses aspectos. Geralmente as ações são feitas em conjunto, mas em alguns casos considerados “mais complicados” pela equipe, essa divisão de funções acaba gerando um pouco de conflito, pois a equipe se depara com alguns desafios novos.

Como parte de suas funções, Laura relata também que atua nas capacitações continuadas das famílias acolhedoras e precisa produzir os relatórios e atuar na divulgação do serviço. A divulgação do serviço é uma demanda constante, pois há a necessidade de novas famílias acolhedoras para que o programa se expanda, mas não há ninguém realmente designado nessa função. Essa dificuldade de divulgação

é um dos conflitos com a instituição executora. Assim como as outras técnicas, Laura também fala do incômodo gerado pelos conflitos com a instituição. Elas sempre precisam assumir certas funções administrativas e demandas não supridas pela empresa, o que acaba atrapalhando o serviço técnico para o qual são contratadas, tais como a falta do carro disponível em momentos importantes, o pouco suporte para a divulgação do serviço pela cidade ou a falta de apoio em ações que exigem auxílio financeiro.

2.4.2 Aurora, coordenadora do SAFA e assistente social

“Eu costumo dizer assim, trabalho está bom? A culpa é da coordenação. O trabalho está ruim? A culpa é da coordenação também! É assim que funciona aqui!”

Aurora é uma mulher de 29 anos, é alta, usa óculos de grau, está sempre de roupas bem arrumadas e foi a única das técnicas que eu vi vestindo uma camisa de uniforme da ADRA. Ela aparenta ser bem mais jovem, comentário que é constante, o que a faz manter uma postura mais firme para que a idade não se mostre um problema para sua atuação. Ela é a única que nasceu e cresceu em Juiz de Fora e isso reflete na sua trajetória até o SAFA. Kursou serviço social em uma faculdade particular da cidade e destaca que não estudou na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pois o curso na época era somente diurno e os pais dela não podiam mantê-la em casa sem trabalhar. Conta também que esse período do início da faculdade foi bem conturbado por conta de alguns problemas de saúde na sua família, mas com ajuda de familiares ela conseguiu se manter no curso ao trabalhar durante o dia e estudar no turno da noite.

Para responder sobre o porquê escolheu o serviço social, ela diz que também teve dúvidas, mas quando conheceu o curso, acabou gostando. Mas, assim como Laura, Aurora também trabalha em outro local e destaca o problema salarial da profissão:

[...] eu vi que o serviço social eu poderia defender os direitos das pessoas só que de uma outra maneira, mostrando que existe política pública para isso, sabe? E aí, eu gostei disso, aí eu entrei para faculdade, eu tive muita dúvida no começo. Aí, quando eu fui para a prática né, que quando eu fui para o estágio, eu adorei! Aí, ferrou, né?! Aí ferrou, porque você ganha pouco e trabalha muito, e aí, você fica nessa vida aí (Entrevista com Aurora, 27/11/2020).

Ela destaca que sua trajetória na faculdade incluiu estágios importantes, que até mesmo algumas vagas que eram preferenciais para alunos da UFJF foram conseguidas por ela ter passado na seleção em primeiro lugar. As suas experiências na faculdade foram na área de planejamento e gestão municipal, atuando em projetos de moradia da cidade. Ela destaca que participou de grandes projetos nessa área, auxiliando no desenvolvimento do plano municipal de saneamento básico. Em conversas informais, Aurora sempre demonstrou ter um grande conhecimento sobre a dinâmica da cidade de Juiz de Fora, em vários aspectos diferentes, não somente na área social. Acredito que isso pode se dar tanto por ter nascido e crescido na cidade, quanto por essa atuação inicial na prefeitura. Algumas questões sobre a cidade que até não fazem parte do serviço social, sempre estão presentes na atuação dela, até mesmo questões que dizem respeito a organização territorial da cidade, agregando ao serviço da equipe.

Apesar dessas experiências nos estágios da faculdade, Aurora conta que, após se formar, demorou para entrar no mercado de trabalho. Ela demarca que esse tempo foi grande, cerca de três ou quatro anos. Nesse tempo, ela indica que tentou vários concursos e processos seletivos e se manteve trabalhando nos outros empregos, que eram da área administrativa, aos quais ela já tinha trabalhado durante a faculdade. Quando entrou no mercado de trabalho do serviço social, ela aproveitou para fazer uma pós em saúde mental, algo que era a área que estava trabalhando pois estava no Centro de Atenção em Saúde Mental da cidade.

Já quando começou a trabalhar na ADRA, ela atuou como assistente social na Casa de Passagem para Mulheres de Juiz de Fora, um serviço direcionado à população de mulheres em situação de rua. Desde meu primeiro contato com Aurora, ela sempre fala dessa experiência com muito entusiasmo. Na entrevista, ela destacou que foi difícil atuar nesta área, em primeiro lugar por ser um público marginalizado que

sofre bastante preconceito. Em segundo lugar, ela destacou que é um público que não tem muita adesão ao serviço. E, por fim, ela destaca a dificuldade das suas ações por ser um serviço noturno, que funciona das cinco da tarde até as sete da manhã. Portanto, as mulheres já chegavam cansadas, podiam ter feito uso de álcool ou drogas, o que dificultava a participação nas propostas feitas pelas assistentes sociais.

Como destaquei anteriormente, Aurora possui uma grande gama de conhecimentos sobre a cidade. Por isso, ela destaca que enquanto trabalhava nesse serviço, identificou como um grande problema a questão das “famílias em trânsito”, algo que é muito característico na cidade. Ela explica, resumidamente, que por Juiz de Fora ser uma cidade grande, acaba servindo de referência para as cidades pequenas da região, o que gera essa migração de famílias inteiras, que não possuem nenhum tipo de suporte na cidade: sem lugar para morar, sem emprego, familiares ou conhecidos. Segundo Aurora, as famílias em trânsito eram “[...] pessoas que precisavam mudar a própria realidade, mas que não conseguiam enxergar a maneira de tal e achavam que chegar aqui iria resolver tudo!” (Entrevista com Aurora, 27/11/2020). Essa é uma questão que antes das entrevistas, Aurora já tinha me contado, havia muitos casos assim e alguns até mesmo acabavam virando sujeitos que passaram a ser assistidos pelo SAFA após a retirada de alguma criança da rua. Mas sobre essa sua atuação, há também os “casos que deram certo”, que mesmo sendo em pouca quantidade frente a demanda, para Aurora significavam que o trabalho estava sendo eficaz, estava funcionando. Então, ela sempre compartilhava com a gente nos momentos mais pessoais, novidades de alguns casos antigos, o que sempre deixava ela muito feliz.

Sobre sua trajetória no SAFA, ela conta que começou a trabalhar no serviço em agosto de 2019. Aurora ressalta que atuar no SAFA foi muito diferente de suas experiências anteriores, além de ser uma área que ela não possuía muitos conhecimentos prévios. Por ter assumido o cargo de coordenação, ela acredita ser um dos grandes motivos das dificuldades iniciais do novo cenário, pois antes sempre atuou somente na parte técnica dos serviços. Ela também destaca, assim como as outras técnicas, que o começo dessa nova equipe foi conturbado, pois não houve uma transição fácil com a equipe anterior. Ela conta que quando chegou, apesar de Laura e Antônia não terem acesso a algumas coisas da coordenação, se propuseram a

auxiliá-la. Juntas, as três começaram a construir uma nova dinâmica e metodologia no serviço. Aurora acredita na importância do papel do trabalho em equipe para o SAFA funcionar:

Porque não sou só eu, por mais que eu esteja na coordenação eu não tenho que monopolizar nada. Eu acho que o serviço ele é feito em conjunto, ele precisa da equipe, da opinião, de todos os profissionais, é muito importante! [...] É o que eu te falei a gente foi realmente tentando construir junta, porque não adianta eu impor as coisas, eu acho que não funciona a base da imposição, o que funciona é a construção e a opinião de cada profissional! Eu acho que aqui todos somos iguais em questão de profissionalismo, então assim são pessoas excelentes como Antônia e Laura, ótimo currículo, ótima experiência, elas são dispostas, elas fazem o melhor que elas podem sempre! Então assim não vejo o porquê de passar por cima da opinião delas, eu acho que quanto mais a gente se junta, bate cabeça como a gente costuma falar, é melhor, porque vem opiniões e trabalhos fortes né? É isso!" (Entrevista com Aurora, 27/11/2020).

Sobre a função de coordenação Aurora fala que, além da adaptação inicial, já que ela lidava antes somente com a parte técnica, há também a questão institucional. Ela diz que gosta de coordenar os serviços técnicos. A parte ruim do dia a dia é que ao mesmo tempo ela necessita também ser coordenadora da parte logística e institucional do serviço. A questão institucional aparece na fala das três técnicas, mas Aurora destaca que é ela quem tem que atuar para conseguir determinadas coisas, gerir as dificuldades encontradas etc. Essa é uma grande questão, pois além de todos os sujeitos envolvidos no SAFA, a equipe é terceirizada e, portanto, tem a administração interna da empresa. A empresa é que decide algumas coisas, tais como direcionamentos dos recursos financeiros e dos materiais, determina a contratação e demissão de funcionários, entre outras coisas que afetam o trabalho das três.

Essa dinâmica entre um serviço público que é terceirizado e feito por uma empresa privada, a ADRA, gera consequências para o SAFA em Juiz de Fora. Para a equipe técnica isso gera um impasse pois trabalham exercendo um serviço público, mas são funcionárias de uma empresa privada. O SAFA depende da parceria com outros serviços públicos, mas a terceirização, ainda mais com uma empresa nova na cidade, faz com que a relação da equipe com o poder público seja distante. Além

disso, quando necessário, os contatos direcionados a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), ou com a própria prefeitura como um todo, é feito através da coordenação geral da ADRA, o que distancia a equipe técnica dessa parte da função pública.

Já com relação a percepção da população assistida a terceirização também tem influência. Há uma confusão em reconhecer a equipe, que é vista ao mesmo tempo como “prefeitura”, mas se identificam como “funcionárias da ADRA”. Isso complica um pouco mais por dois motivos: o primeiro é que é uma empresa que chegou recentemente na cidade, então ainda é vista com desconfiança por ter “roubado” o lugar da empresa pública nos serviços; e em segundo lugar a ADRA é uma empresa religiosa, já que é uma a agência humanitária da igreja Adventista do Sétimo Dia. A questão religiosa surge bastante nas visitas domiciliares quando a população identifica que a empresa “é da igreja”, interferindo as vezes positivamente e em outras vezes gerando algumas reações negativas que dificultam o trabalho da equipe. Esse cenário faz com que tanto a dinâmica da equipe seja influenciada como a própria estrutura do SAFA e a participação da população da cidade que tem de ser mediada por essa empresa.

Aurora descreve que sua função no SAFA é coordenar o serviço, sendo responsável pela equipe técnica, pelos funcionários administrativos e toda a parte burocrática do funcionamento do escritório, bem como os relatórios que devem ser entregues. É importante ressaltar que, legalmente, é a coordenadora do serviço quem fica como guardiã das crianças. Portanto, além disso tudo, Aurora é a guardiã legal de todas as crianças em acolhimento no SAFA. Porém, a parte técnica, que inclui, por exemplo, os atendimentos e as discussões de caso, é a área de atuação que ela mais gosta.

Dentro de suas funções, ela indica que possui atualmente uma ótima relação com as famílias acolhedoras, com as crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias de origem/extensa. Mas que dentro do SAFA todas as relações com os sujeitos envolvidos são delicadas, pois “se não souber lidar, você perde uma família, perde uma criança”. Ela conta que essas relações acabam em alguns casos gerando relações pessoais, mas ela como coordenadora tem de demarcar os limites: “Então

tem que sempre manter e lembrar a eles que a gente está ali para ser a equipe técnica e não ter relações pessoais, por mais que isso ocorra, né? Que é um ganho um relacionamento pessoal, eles têm que entender nossa posição quanto profissional”.

As crianças acolhidas também, nos primeiros momentos do acolhimento, segundo a Aurora, possuem uma visão negativa das funcionárias, pois elas são vistas como as tias que tiraram elas das mães e pais. Mas, com o passar do tempo, as relações vão se estabelecendo através das ações e elas acabam “construindo boas relações”. Mas, Aurora destaca que as relações entre esses sujeitos têm de ser sempre pensadas muito bem. Pois ela acha que precisam ter um certo “jogo de cintura” para que as atitudes tomadas sejam feitas com muito cuidado, já que é uma responsabilidade muito grande, pois “um erro ali as vezes é uma criança que não volta para casa”.

2.4.3 Antônia, a psicóloga da equipe

“Eu acho que a psicologia ela é uma profissão, que é assim a base do serviço sabe [SAFA]? E eu acho que foi essa a grande contribuição da psicologia, quando a psicologia deu voz para essas crianças dizendo: olha adultos, está tudo errado, isso não pode ser nada desse jeito, né?”

Antônia é uma mulher de 55 anos. Seus cabelos estão sempre arrumados em um corte curto bem moderno, acompanhados com batons marcantes nos lábios, que posteriormente foram escondidos pela máscara contra a covid-19. As suas roupas também dão destaque ao visual moderno, sendo sempre mais formais e elegantes. Antônia, como acaba sendo chamada na maioria das vezes, é natural do Espírito Santo, mas seu pai foi transferido a trabalho para a cidade de Juiz de Fora bem na época do vestibular da filha. Antônia então se mudou para a cidade e cursou psicologia, se formando há trinta e três anos atrás.

Antônia relata que teve dúvidas na hora do vestibular entre arquitetura e psicologia, já que concluiu junto com o ensino médio o curso técnico de edificações. Seu pai sempre teve um interesse muito grande de estudos na área da filosofia, o que acabou inserindo Antônia desde cedo nessa área. A psicologia, ressaltou, seria uma “curiosidade pessoal” que ela sempre teve, pois “sempre me senti muito atraída sobre como que a nossa cabeça, realmente, funcionava, entendeu? Muito para além da questão cerebral, orgânica, sentimentos, emoções, processos, né?”.

Para Antônia, ser psicóloga é uma realização e o que mais agrada a ela na profissão é dividido em duas frentes. Em um primeiro lugar, o que ela mais gosta é poder trabalhar com “a psique”, que ela determina como a “parte científica” que vem desde o início dos seus estudos na área. Em segundo lugar, ela destaca que o resultado humanista também é muito importante, pois através da sua atuação ela consegue ver o resultado da ação, sendo isso uma realização pessoal e profissional. Juntas, essas duas partes da profissão fazem com que ela consiga enxergar a sua contribuição no mundo na área em que ela escolheu atuar de uma maneira efetiva.

A psicologia no Brasil, segundo Antônia, ainda não avançou o suficiente, sendo para ela esse um destaque negativo para a profissão. Trabalhando na área social, como é o caso do SAFA, ela destaca que tudo a incomoda no cenário dos serviços de assistência social brasileiro. Esse incômodo para ela é fundamental, pois a auxilia no desafio de atuar na área e contribuir para mudanças. Mas assim como Laura e Aurora, ela também destaca que há uma pouca valorização do profissional, principalmente no aspecto institucional em que precisam se vincular. Antônia também conta que precisa trabalhar em outro emprego para complementar a renda. Ela continua fazendo atendimentos clínicos.

Antônia foi a primeira pessoa que teve contato no campo. Ela me auxiliou desde o começo quando manifestei interesse na pesquisa. Nas primeiras explicações que ela me deu sobre como funcionava o SAFA, sempre destacou a importância da parte “científica” da psicologia nessa experiência de acolhimento. Ela me dizia que eu tinha que me preparar para o que ia encontrar, pois no SAFA vemos uma gama muito grande de cenários que nem imaginamos. Desde sempre ela assinalava para mim que as situações poderiam me “chocar”, pois mesmo ela sendo psicóloga com experiência

em vários lugares, ainda era tomada por emoções em diversos momentos. Sendo assim, ela sempre me alertou que até mesmo para o profissional de psicologia, atuar nesse serviço era algo “muito forte” no dia a dia, ressaltando a importância e a necessidade dos sujeitos atendidos poderem ter um atendimento psicológico.

Sua trajetória profissional e de estudos é bem extensa, iniciando no ano de 1988, recém-formada, quando começou a se dedicar à clínica psicológica e à um trabalho em um hospital psiquiátrico. Essa é uma fase que Antônia destaca como marcante, pois ela teve a oportunidade de estudar por 10 anos com Nise da Silveira no Museu de Imagem do Inconsciente. Nise da Silveira, resumidamente, foi uma médica psiquiatra que revolucionou o tratamento mental no Brasil, desenvolvendo uma nova política de reforma psiquiátrica. Antônia destaca que trabalhar com Nise foi uma experiência incrível e muito importante para sua trajetória. Durante esse período, ela ajudou não só na produção da política da reforma psiquiátrica como também em documentos importantes que são usados até hoje na área. Foi, segundo ela, um “momento glorioso” da sua vida profissional.

Posteriormente, Antônia se especializou também em psicologia infantil e começou a se dedicar a reabilitação infantil, trabalhando com crianças deficientes. Em 2000, destaca que foi convidada pela AMAC, a antiga empresa que executava a maioria dos serviços da assistência social de Juiz de Fora, para dar um treinamento para os cuidadores e educadores do primeiro abrigo de crianças de Juiz de Fora. Essa foi sua primeira experiência profissional na assistência social, que acabou fazendo com que permanecesse na empresa atuando como técnica.

Por muito tempo, Antônia trabalhou em vários serviços dessa área relacionada a crianças e acolhimento, mas diz que começou a ficar um pouco frustrada e, depois de um problema de saúde, tomou a sua decisão de pedir transferência para uma área mais voltada para a prevenção. Ela passou então a trabalhar com os antigos “curumins”, que são os serviços de convivências de crianças atuais, igual ao que funciona no 1º andar do escritório do SAFA.

Essa desmotivação sinalizada por Antônia é algo que ainda a acompanha atualmente no SAFA, pois diz respeito ao trabalho em conjunto com o Judiciário. Ela acredita que os técnicos da assistência social acabam sendo utilizados para suprir

uma carência de funcionários do judiciário, o que acaba gerando uma diferença grande entre funções, nível de exigência e responsabilidade, além do nível salarial que é bem diferente entre um técnico do judiciário e da assistência social. Antônia acredita que isso gera vários problemas, pois influencia diversas áreas e atuações diferentes, gerando de certa forma uma ação exploratória do judiciário para com os funcionários da assistência social municipal. No SAFA, há uma falta constante de funcionários do Juizado que possam dar o suporte necessário à equipe do serviço, fazendo com que muitas vezes os casos sejam geridos somente pela equipe técnica, sem atuação de um técnico judiciário, sobrecarregando a equipe e ocasionando erros que poderiam ter sido evitados.

Nessa mudança de fase na vida profissional, Antônia destaca que se sentiu muito motivada a trabalhar nos serviços que oferecem proteção básica, para que pudesse atuar de forma a prevenir os rompimentos dos vínculos familiares. Depois de atuar tanto tempo com situações em que esses vínculos já tinham sido desfeitos, acreditava que atuando antes dos problemas que ela observava nos abrigos, poderia prevenir assim novas situações de acolhimento. Ela destaca que a área da psicologia social deveria servir para isso:

É porque é o que eu acho que é a função da psicologia social, né? Acho que a psicologia ela é preventiva. Ela é uma profissão que ela tem, ela está a favor da prevenção da saúde mental. Ela não é uma ciência que está a favor de cura, mas que está a serviço de prevenção, de cuidado, dos agravos, né? (Entrevista com Antônia, 27/11/2020).

Ela ficou nessa área por sete anos e saiu após ser chamada para auxiliar na implantação municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trabalhando na área de gestão. Ela assumiu a coordenação dos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de Juiz de Fora. Sua atuação era como técnica, auxiliando na implantação do serviço do CRAS na cidade e atuando junto com a prefeitura para efetivar o serviço.

Antônia diz que após sair do CRAS, ela estava focada em voltar para clínica. Mas recebeu um convite da ADRA para que pudesse atuar no SAFA. Segundo ela:

“eu não pensei duas vezes, entendeu? Porque é um programa bem diferenciado, né, daquele da Casa de Acolhimento. E tinha a necessidade também de ter um trabalho, de ter um salário, né? A questão financeira, o sustento da família” (Entrevista com Antônia, 27/11/2020).

O trabalho no SAFA começou então em junho de 2019, no momento de transição para a equipe atual. Ela destaca que foi muito legal para ela participar dessa nova construção do serviço. Ela acredita que esse momento inicial foi conturbado, mas acabou gerando esse novo cenário muito mais propício a uma construção do trabalho de forma conjunta pela equipe:

Ah assim, quando eu vim para o SAFA, a ADRA é uma instituição nova, ela está entrando no município, a intenção da ADRA era formar uma equipe que pudesse fazer toda a construção e metodologia de trabalho, porque não tinha o Know-how, ela não tinha o Know-how técnico, ela contratou pessoas para fazer isso.[...] Então eu cheguei aqui muito cru né? Jogaram um monte de coisa em cima da mesa e eu ia, não tinha, as coisas ainda não existia, né? Tecnicamente, elas não estavam acontecendo. Então quando eu cheguei com uma outra equipe nova, né? Chegando junto comigo, logo depois veio a Aurora e aí, a gente está montando esse trabalho, estamos esse tempo todo montando esse trabalho. Porque a gente já tem o conhecimento prévio, né? Então, a gente está trazendo assim, criando o trabalho dentro dessa instituição, né? (Entrevista com Antônia, 27/11/2020).

Impulsionado por essa construção em conjunto, Antônia diz que isso proporcionou uma ótima relação com as outras técnicas do serviço. Para ela, o trabalho tem de se desenvolver de forma interdisciplinar, algo que acontece no SAFA hoje, mas isso ocorre concomitantemente, sem que haja sobrecarga para nenhuma das técnicas. Ela destaca que a presença desse contraponto no olhar, que é proporcionado pelo profissional de outra área, é muito importante para o trabalho no SAFA. Tal dinâmica que auxilia a equipe a enxergar os casos de forma muito mais ampla, beneficiando assim os sujeitos assistidos.

Nesse sentido, segundo Antônia, a sua função no SAFA como psicóloga é focada em atender e acompanhar as crianças em acolhimento, sendo sua maior meta atuar de forma preventiva para preservar a saúde mental delas. Para isso, ela também

precisa durante os atendimentos cuidar das sequelas que o rompimento dos vínculos familiares, ocasionado pelo acolhimento, geram. Ela também realiza atendimentos com os familiares dessas crianças, tentando preservar a saúde mental desses sujeitos: “Cuidar da saúde mental desses pais, dessa família né, que é o autor dessa violação então é minha função trabalhar a subjetividade dessa família, que levou ela a condição detonadora do processo” (Entrevista com Antônia, 27/11/2020). Essa parte dos atendimentos é o que ela mais gosta de fazer no dia a dia do SAFA, assim como as outras técnicas. As ações com os sujeitos acabam sendo vista por elas como a melhor parte do serviço.

Com isso, Antônia trabalha em equipe com as outras técnicas, realizando os estudos de caso, reuniões e ações em conjunto, resultando na emissão de um parecer destinado ao Juizado. Esse parecer e os relatórios já falados anteriormente pelas outras técnicas, são para Antônia focados em descrever “[...] como está evoluindo essa família, qual a condição dessa família para continuar tendo direito de guarda dessa criança ou não” (Entrevista com Antônia, 27/11/2020). Essa parte da função como psicóloga do serviço traz à tona a questão anterior que Antônia disse ter com o judiciário, pois ela acredita que algumas dessas tarefas acabam transformando-a em um “perito”, o que, para ela, é problemático com a sua real função:

A gente acaba atuando como perito, né? A gente acaba atuando como um perito do judiciário. É eu tenho que fazer um relatório dentro do padrão do judiciário, eu não sou perito, então eu tenho que me apropriar da linguagem, tenho que me apropriar do discurso que o juiz vai entender, né? Isso é um campo de especialidade, eu não me formei com isso e nem fui contratada para isso, mas que é inerente ao serviço, pelo menos é entendido assim pelo judiciário, eles exigem assim né? Mas não seria essa minha função, mas acaba que por conta de uma questão política, institucional, acaba sendo. (Entrevista com Antônia, 27/11/2020).

Podemos ver que essa questão já acompanha Antônia como profissional em outros serviços. Aurora e Laura também indicam haver uma tensão com essa relação entre o judiciário e a atuação delas, mas não é algo tão questionado por elas em específico, como são as questões levantadas por Antônia. É essa a parte do serviço

que Antônia menos gosta de fazer e vale o destaque para sua fala referente ao incômodo que isso gera, ao ser perguntada sobre o que menos gosta de fazer no SAFA:

Os relatórios para o judiciário! Decidir a vida das pessoas sabe? Decidir se volta para o pai, não volta para o pai. Porque assim esses pais precisam de tanta ajuda, que vai muito além da minha competência, né? Então assim não se rompe relações familiares, né? Me tira o sono! Você decidir o destino das pessoas, decidir a vida das pessoas, é muito complicado. É isso! (Entrevista com Antônia, 27/11/2020).

É importante lembrarmos que o SAFA acaba gerando a necessidade dessas profissionais trabalharem em diferentes frentes, tais como a frente com o judiciário. Mas no dia a dia, o que se destaca é a atuação com três grandes sujeitos envolvidos no acolhimento: a família acolhedora, a família de origem/extensa e as crianças e/ou adolescentes acolhidos. A percepção de Antônia dessa dinâmica é interessante, ela diz que possui “quatro clientes no SAFA”, que são exatamente esses três sujeitos e o Juizado. Ela indica que eles são “clientes” diferentes, pois exigem dela como profissional ações e demandas diferentes, que devem ser produzidas por ela para atender a esses sujeitos.

2.3 Entre diferenças e semelhanças: as técnicas do SAFA

Neste capítulo começamos a ver um pouco mais os sujeitos que fazem parte da equipe técnica do SAFA em Juiz de Fora. Contrapondo a visão funcionalista de carreiras e tentando observar através de uma perspectiva mais interacionista, com o auxílio de Everett Hughes (2005), tentamos observar o caminho que trouxe esses indivíduos até o SAFA, ou em outras palavras: acompanhar o desenrolar de suas carreiras. Esse caminho é composto não somente pelo mundo do trabalho desses sujeitos, mas também os percursos que deve considerar os desvios, rupturas, continuidades, descontinuidades e linearidades percorridos pelos sujeitos em suas

vidas nem um pouco lineares. As trajetórias dessas três mulheres são apresentadas aqui pois são elas as “operadoras do direito” (VALENTE, 2014) do SAFA, e em nossa pesquisa não estamos interessados em ver somente a efetivação das leis que determinam essa nova modalidade de serviço de acolhimento. Isso porque essas mulheres não são máquinas que reproduzem a lei em seu dia a dia, mas como operadoras do direito que passam “a ser expressão do dever do Estado na efetivação do direito” (VALENTE, 2014, p. 63). Nos interessa acessar o cotidiano, a construção e o desenvolvimento desse serviço de acolhimento em Juiz de Fora e, portanto, a vida dessas mulheres presentes em todas as relações estruturais do serviço. Acessamos então as diversas etapas, as voltas, os desvios e retomadas que não só trouxeram, como mantem e influenciam, essas mulheres em seu trabalho no SAFA.

As trajetórias dessas três mulheres se cruzam pela primeira vez ao começarem a trabalhar no SAFA, formando a equipe técnica responsável pelo serviço na cidade de Juiz de Fora. Nesse sentido, para pensarmos o momento atual de suas carreiras e os efeitos desse encontro das três juntas, podemos elaborar uma comparação entre as semelhanças e diferenças de suas trajetórias. Inicialmente podemos pensar as “contingências de carreiras” (BECKER, 2008) dessas mulheres, que são: “[...] aqueles fatores dos quais depende a mobilidade de uma posição para outra. Contingências de carreira incluem tanto fatos objetivos de estrutura social quanto mudanças nas perspectivas, motivações e desejos do indivíduo” (BECKER, 2008, p. 35).

Avançando para a hora da escolha de curso na faculdade, as três funcionárias contam que o processo teve incertezas, influências familiares e mudanças ao longo do tempo. Aurora conta que sua escolha foi cercada de dúvidas, pois sua família tem muitos advogados e a maioria da família queria que ela fizesse direito. Já seu pai, desejava que ela cursasse administração já que ela gostava muito da área de exatas. Através de uma amiga que queria fazer Serviço Social, ela conheceu a profissão e percebeu que tinha a ver com o direito, mas “não era um direito né, que você precisava ser advogado e tal, aquela coisa de topetudo, por que eu achava advogado muito nariz em pé, eu não gosto dessa coisa toda”. Já o serviço social se mostrou uma forma de trabalhar em uma área parecida com o que a maioria da família queria que ela trabalhasse, mas sem a parte que ela não gostava, pois ela viu que através do serviço social, “poderia defender os direitos das pessoas, só que de uma outra maneira,

mostrando que existe política pública para isso, sabe?”. Ela ingressou na faculdade particular, pois precisava que o curso fosse noturno para continuar trabalhando, já que a família não tinha condições de mantê-la financeiramente enquanto estudava. Durante a faculdade possuía algumas dúvidas, mas assim como Laura, ela se encontrou na parte prática das aulas, quando começou a estagiar e ver “na realidade o trabalho”. Segundo ela, ao avançar pelos estágios percebeu que era aquilo o que ela queria mesmo: “Eu adorei! Aí, ferrou, né?! Aí ferrou, porque você ganha pouco e trabalha muito, e aí, você fica nessa vida aí!”.

Já Antônia também indica que sua escolha foi feita por uma certa influência da família. Seu pai sempre se interessou e estudou sobre filosofia, inserindo-a desde muito cedo na área das humanidades. Ela possuía mais habilidade, interesse pela área e curiosidade sobre como funcionava a “nossa cabeça”. Mas ela tinha dúvida entre psicologia e arquitetura, pois também fez um curso técnico em edificações. Ela fez vestibular para arquitetura, em Vitória, cidade onde morava. Mas seu pai foi transferido e ambos vieram morar em Juiz de Fora. Na nova cidade, resolveu fazer vestibular para psicologia mesmo e começou a faculdade. A parte científicista e de pesquisa da psicologia sempre a atraiu muito, sendo também uma influência do seu pai. Esse interesse pessoal pelos fenômenos psíquicos é o que ainda hoje faz com que ela adore sua profissão.

Já a história de Laura tem mais desvios em seus percursos, pois até ingressar no serviço social passou pelo curso de filosofia e teve que terminá-lo por um pedido da família. Ela tentou ir para o direito, mas acabou mudando de ideia no percurso após conhecer uma assistente social. Ela é, entre as três funcionárias, a que teve um processo mais demorado até se “encontrar” nos estudos para a profissão que escolheu. Parece que as incertezas estavam constantemente presentes nesse momento de escolha e trajetória de estudos. Foi após já estar na universidade cursando filosofia, que ela percebeu que este curso não era o que ela via nos filmes e, portanto, não era o que ela realmente gostava. Houve uma desilusão com sua formação inicial em filosofia. Ela identifica que tinha uma visão muito “romantizada” do campo, o que a fez se enganar achando que seria feliz nessa área. Terminou a faculdade, pois seguiu o que sua família achava melhor na época. Mesmo formada, voltou ao cursinho para estudar e conseguir passar no vestibular de outro curso. No

primeiro momento, tentaria novamente direito, já que imaginava que era o que desejava. Mas, durante o cursinho, ela conta com entusiasmo que conheceu em uma palestra a dona do estabelecimento, que era assistente social e professora, fazendo com que ela descobrisse a profissão. Resolveu então mudar de escolha no vestibular e passou em serviço social logo em seguida, ingressando finalmente no que ela viu, através dos estágios, ser a verdadeira dimensão da profissão que gostava e tinha escolhido.

As narrativas das três sobre suas escolhas profissionais mostram como as suas experiências durante esse percurso se ligam com o desempenho de suas funções atuais. Além das entrevistas, que teve a pergunta direta sobre a escolha profissional, houve momentos que elas me contaram coisas do passado como uma lembrança importante para auxiliar a compreensão do que tinha ocorrido atualmente no SAFA. As incertezas, as mudanças de escolhas, as influências familiares etc., fazem parte da profissional atual já formada e que passou por todo esse caminho, são algumas das “contingências de carreira” (BECKER, 2008) que ajudaram na mobilidade dessas mulheres até seus trabalhos atuais.

Avancemos então para os dias atuais e comparativamente podemos perceber que as três técnicas da equipe possuem mais de um emprego. Em suas trajetórias, ressaltam a necessidade de trabalhar em mais de um lugar por causa da questão salarial. É uma questão importante na biografia das três o pouco valor dado a profissão, tanto da psicóloga, quanto da assistente social. Uma das semelhanças entre elas é a de que as três dizem que o que mais desagradava na profissão é a pouca valorização financeira e profissional. Isso é responsável, segundo elas, por grande parte das dificuldades encontradas na carreira. As três possuem outros empregos junto com o SAFA: Laura trabalha em outro serviço psicossocial da cidade; Antônia faz seus atendimentos clínicos particulares; e Aurora trabalha como assistente administrativa em outra área.

Além de terem que conciliar o SAFA com outro serviço, há nas trajetórias de carreira dessas três mulheres várias passagens em que a desvalorização da profissão as afeta. Antônia ressaltava que além das dificuldades gerais da profissão de psicóloga, ao atuar na área psicossocial (como é o caso do SAFA), que é a área da “assistência”,

faz com que ela sinta muito mais os entraves dessa desvalorização, pois na área clínica ainda existe uma valorização maior do profissional em termos financeiros. Ela destaca que há grandes diferenças no reconhecimento da psicologia nas atuações da assistência social, sendo essa atuação vista com bem menos valor do que a atuação clínica.

As outras duas técnicas também ressaltam a desvalorização não só da profissão de assistente social, como também na atuação dessas profissionais na área da assistência. Essas profissionais destacam que não há nem um teto salarial nacional para a atividade, o que impacta nos salários baixos. Nesse sentido, as duas ressaltaram que para entrar no mercado de trabalho como assistentes foi difícil. Aurora destacou o salário era mais baixo que trabalhar no comércio, função que ela já desempenha durante a faculdade. Dentro da trajetória como assistentes sociais, também há o destaque para os estereótipos da profissão. Há o que Laura chama de “falta de respeito das outras profissões com o serviço social”, em que, como já destacamos, significa que nas relações com outras profissões o serviço social não é visto como tão importante e que haveria com isso a ideia de que as profissionais “nascessem para ajudar o pobre”.

Segundo Antônia, os problemas dos serviços psicossociais podem ser vistos concretamente na cidade, pois em Juiz de Fora não haveria ações contundentes de proteção social, além de serviços que atuem realmente em uma proteção social dos sujeitos assistidos. Isso gera vários problemas que tem de ser todos solucionados pela assistência social, pois o sujeito que não foi “protegido” passa a ser um sujeito que necessita da assistência social do município. Nesse sentido, ela diz que há uma desvalorização da área, pois acha que deveria existir mais investimentos e uma maior mobilização para que ocorram mais ações de prevenção junto a sociedade.

Já sobre o que mais as agradam no exercício de suas profissões, as técnicas têm respostas diferentes. Laura ressaltava que o serviço social faz com que ela consiga ver o sujeito junto com seu contexto social, por isso o que ela mais gosta é conseguir auxiliar o sujeito a acessar o seu direito. Segundo ela, “é como se a gente fosse uma ponte entre o equipamento e o sujeito, que é entre o direito e a pessoa”. Aurora também destaca que o que mais gosta é poder garantir os direitos das pessoas, poder

lutar pelos direitos através das políticas públicas. Já a psicóloga Antônia destaca que tem duas coisas que ela mais gosta na sua profissão, a primeira seria a parte científica da psicologia, a parte do estudo e pesquisa da psicologia pois ainda há um grande interesse de sua parte em “conhecer cada vez mais o funcionamento da psique”. A segunda coisa que mais lhe agrada é o resultado humanista de sua ação, é ver que está sendo útil com sua atuação profissional, poder ver o resultado de sua ação.

Através de suas escolhas profissionais, as trajetórias dessas três mulheres se cruzaram no SAFA, o que é importante não só para suas trajetórias individuais e os sujeitos que passam a ser atendidos por elas, mas também para o SAFA em Juiz de Fora, que passa a ser operado de uma forma diferente. Como ressalta Gilberto Velho:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (VELHO, 2003, p.47).

O trabalho das três compõe uma nova fase do serviço na cidade, uma “nova equipe do SAFA de JF”. Há no discurso das três um contraste entre as duas fases mais recentes do serviço na cidade: a primeira, o desafio inicial da ADRA em gerir esse serviço, é visto por elas como uma fase cheia de problemas, com muitas dificuldades e com uma gestão centralizada. Laura fez parte dessa fase inicial. Já a segunda fase é vista por elas como muito mais eficiente, onde o trabalho e a gestão do serviço passaram a ser feitos em coletivo pela equipe técnica. Essa fase se iniciou com a chegada de Antônia e logo em seguida de Aurora. O discurso que as três fazem sobre o início dessa nova equipe no SAFA é marcado por uma ênfase no trabalho feito de uma nova forma, com o foco no trabalho em conjunto das três. Há uma valorização das três técnicas em poder realizar o trabalho de forma coletiva e interdisciplinar, em que, apesar da separação de tarefas, há uma participação igualitária das três no serviço.

Mas isso não faz com que elas neguem os problemas e limitações que ainda enfrentam no serviço, mas destacam que essa nova formação da equipe é a

responsável por conseguirem realizar um trabalho tido como mais técnico e profissional, além de atuarem de forma muito mais eficiente. Diretamente podemos ver que isso resulta em não existir uma separação hierárquica entre a psicologia e o serviço social, o que já foi um grande problema para Laura na primeira fase do serviço. Laura destaca que não era reconhecida como profissional na primeira fase do serviço por ser mais nova do que as outras integrantes da equipe e por existir uma certa hierarquia entre áreas em que a psicologia era vista como superior. Portanto, ser assistente social não era reconhecido profissionalmente como importante para o serviço por aquela equipe do início do projeto.

Mas, nessa nova fase do SAFA há uma defesa por parte das três de que existe uma necessidade muito grande nos serviços de acolhimento de crianças: desenvolver um trabalho interdisciplinar entre o serviço social e a psicologia. As técnicas relatam que as demandas do acolhimento não podem ser tratadas de forma individual por uma área, e a junção das duas proporcionaria uma visão psicossocial que faria com que, efetivamente, o sujeito fosse visto com mais profundidade. Com esse olhar das duas áreas e, conseqüentemente, de duas (ou mais) pessoas diferentes, elas fariam com que vários pontos de vista fossem analisados de forma conjunta e aí sim, tomada as decisões necessárias. Para elas, esse cenário do usuário seria melhor atendido pois conseguiria acessar os direitos de forma mais completa e não “compartimentada”, o que traria mais acesso aos benefícios desses serviços. Isso acontece diariamente na discussão dos casos. As três trazem visões diferentes analisam o caso e, na maioria das vezes, conseguem um acordo das decisões. Além disso, o trabalho individual do serviço social e da psicologia consegue identificar demandas uma da área da outra, fazendo com que o atendimento seja mais completo.

Nessa nova fase também se destaca que não há uma centralização da coordenação administrativa nas mãos da Aurora, pois ela compartilha as demandas e decisões com as outras duas técnicas, o que faz com que toda a equipe esteja sempre a par das questões do serviço. Em comparação, elas ressaltam que isso era um problema na primeira fase do serviço, já que só a coordenadora produzia os relatórios oficiais e não compartilhava as informações entre a equipe. Essa então é uma das coisas que as três sempre ressaltam, a importância desse trabalho em equipe, dos benefícios que sentem ao conseguir dialogar e entrar em consensos técnicos e

profissionais entre as três, fazendo com que consigam dividir e auxiliar uma a outra nas inúmeras responsabilidades que essa modalidade de acolhimento impõe a equipe técnica.

Isso reflete também na visão que elas possuem da divisão de tarefas e divisão das “áreas” no serviço. Há um consenso de que trabalhando de forma coletiva, conseguem fazer com que nenhuma das três se sinta sobrecarregada. O destaque que dão em seus discursos para essas qualidades da nova fase revela que elas agora se sentem unidas e capacitadas para o cargo que ocupam. As inseguranças do início já não as dominam mais e o trabalho em equipe faz com que as dificuldades e as alegrias sejam compartilhadas, fazendo com que elas vejam que essa nova fase, apesar dos problemas encontrados, está sendo feita com qualidade por elas.

Mas mesmo nesse cenário mais promissor, na nova fase do serviço as três possuem “tarefas” que mais gostam e menos gostam de desempenhar no dia a dia do acolhimento. Fica claro que há uma espécie de separação entre as tarefas “técnicas” e “administrativas” e que as três preferem a parte “técnica” do serviço. A parte que elas chamam de técnica são as que se referem aos atendimentos dos sujeitos e quando discutem os casos, em resumo, as partes que são “funções” típicas da assistência social e da psicologia. Já a parte “administrativa” é a parte burocrática que o acolhimento do SAFA exige. Para além dos relatórios psicossociais, há a necessidade de fazer relatórios mensais, semanais e para o judiciário. Essa parte é definida por elas como algo “fora” da profissão. Uma delas diz que algumas dessas demandas deveriam ser feitas por técnicos judiciários, mas por falta de pessoal elas precisam suprir essas tarefas também.

Aurora, que é a que mais precisa cumprir demandas administrativas, diz que o que menos gosta é “lidar com as burocracias da instituição”, aqui ela se refere a ADRA que gere o serviço. Já Laura ressalta que se dá bem fazendo os relatórios burocráticos, que é algo que faz parte de sua organização e o que faz com que ajude no dia a dia. Mas, ela tem dificuldade com demandas das crianças que incluem “saúde”, pois diz não ter “conhecimento” de algumas questões das crianças que são encaminhadas para saúde, por isso as vezes encontra dificuldade de entender qual o melhor encaminhamento a fazer para não prejudicar essas crianças. Já Antônia diz

com convicção que o que mais gosta de fazer são os atendimentos aos sujeitos, a parte técnica. Em contrapartida, ela diz não gostar dos relatórios para o judiciário, mas não só pela burocracia, mas pela seriedade de “decidir a vida das pessoas”. Segundo ela, nesses momentos ela vê que a sua atuação as vezes não é o suficiente para ajudar as famílias de origem, porém, mesmo assim ela precisa tomar uma decisão:

Decidir se volta para o pai, não volta para o pai. Porque assim esses pais precisam de tanta ajuda, que vai muito além da minha competência, né? Então assim, não se rompe relações familiares, né? Me tira o sono! Você decidir o destino das pessoas, decidir a vida das pessoas, é muito complicado (Entrevista com Antônia em 27/11/2020).

Nesse cenário, mais uma das coisas que se destacam na perspectiva das três sobre o SAFA é que elas identificam que não desempenham apenas o trabalho para qual se formaram. Isso diz respeito a algumas tarefas que a empresa exige e a falta ou a mudança constante dos assistentes administrativos do escritório, mas também se refere as funções judiciais e “decisórias” que o acolhimento exige. Esses primeiros problemas administrativos são encarados pelas três como empecilhos que dificultam o trabalho, mas que conseguem ser contornados pelo trabalho em equipe. Essa parte administrativa é mais direcionada para Aurora, já que é a coordenadora do serviço, o que faz com que ela sempre tente resolver os problemas sem sobrecarregar as outras duas. Para ela, um dos grandes problemas é a sua idade, ela se sente insegura pela pouca idade e por nunca ter atuado como coordenadora. Há uma tensão nas relações de Aurora com a empresa e com os outros ambientes da assistência social municipal, o que ela identifica como sendo uma dificuldade de reconhecerem ela como autoridade, como a coordenadora do serviço. Ela destaca que não aprendeu essa parte administrativa na faculdade, portanto, mesmo gostando de algumas coisas é o que mais ela tem dificuldade em trabalhar.

Já as tarefas que também geram tensão se referem às funções judiciais e de decisão que precisam ser tomadas pela equipe. Elas possuem uma percepção coletiva de que suas profissões não as formaram para essas tarefas. Com as funções ligadas ao judiciário, a questão é que muitos problemas ocorrem por elas não terem conhecimento da área e não contarem com um suporte jurídico. Tais problemas

podem acarretar nos acolhimentos, como uma maior demora em algum processo, uma falta de informação ou falta de realizar algum procedimento. Há também a questão que o acesso ao judiciário, que é fundamental para o andamento de várias questões do acolhimento, as vezes é difícil, o que acaba atrapalhando também o trabalho das três. No trabalho de campo acompanhei inúmeras visitas à Vara da Infância, em que as técnicas não conseguiam falar com ninguém ou não conseguiam acesso aos documentos que precisavam. Isso fazia com que o tempo fosse perdido e precisassem retornar novamente ao local para tentar resolver a demanda.

Nesse sentido também, a questão “decisória” é bem complexa para a equipe. Elas destacam que não são “juízas” e em alguns casos é exigido decisões acerca dos casos que não competem a área de atuação delas. Isso acontece também pois o “tempo” do judiciário é diferente do “tempo” dos serviços de assistência social, então as vezes se espera judicialmente uma resolução rápida de um problema mais demorado para se resolver, ou há uma solução mais adequada para os sujeitos segundo a equipe técnica, mas precisa se esperar o tempo do judiciário. Há um consenso entre essas três mulheres que em alguns casos os sujeitos precisam de mais assistência do que o SAFA consegue prover, isso quer dizer que vai além das três exercerem bem o seu papel profissional. Por isso, o destino dessas pessoas não deveria ser responsabilidade tão direta delas.

É nesse cenário complexo que as três atuam juntas no dia a dia do serviço. Em nossa comparação, é importante perceber como cada uma vê sua própria atuação na equipe. Há uma diferenciação na atuação de cada uma das três nas tarefas do serviço. A divisão das tarefas não é um problema para elas, a maioria acaba sendo feita em conjunto, mas há uma nítida diferença nas atuações com os sujeitos assistidos. De forma geral, podemos perceber que a psicóloga é a que tem que atender todos os sujeitos, seja a família acolhedora, as crianças acolhidas e as suas famílias de origem e extensas. Mas, mesmo assim, Antônia diz que seu foco é a criança, mesmo nos outros atendimentos é sempre visando o “bem-estar da criança”. Já Laura diz que a assistente social deve atuar mais no lado social e socioeconômico, por isso ela não tem contato com as crianças, já que esse contato seria mais para a psicologia. Isso faz com que ela sinta dificuldade com algumas demandas que precisam lidar diretamente com a criança. Na entrevista, ela chega a falar que “não atua com a

criança e com o adolescente”, então não teria uma relação direta com eles. Seu foco seriam os adultos, atuando para que eles possam acessar seus direitos e os de seus filhos.

Aurora diz que sua função no serviço é ficar responsável por “tudo”, já que tem de coordenar o serviço, se responsabilizar por todos os funcionários, pela parte burocrática de gestão do funcionamento da estrutura do escritório e de todo o resto que envolve o serviço. Ela destaca ainda que é a guardiã legal das crianças e também desenvolve o trabalho técnico como assistente social. É ao falar de tudo que envolve a sua função no dia a dia que ela destaca: “Eu costumo dizer assim, trabalho está bom? A culpa é da coordenação. O trabalho está ruim? A culpa é da coordenação também!”. Como ela também prefere a parte “técnica” dos atendimentos, também ressalta que a sua atuação técnica, por ser a coordenadora, acaba sendo com todos os sujeitos assistidos pelo serviço.

Nesse cenário, podemos ver no dia a dia que há um contraste entre a “área” da psicologia e a da assistência social na equipe. O diálogo é constante e há a clara defesa de um trabalho coletivo, que é o que acontece na realidade. Mas, mesmo que elas desempenhem o trabalho de forma coletiva, há a presença das duas “áreas” como específicas para algumas tarefas. Há um constante diálogo entre as três, tanto com questões pessoais, quanto profissionais, mas também há um contraste entre “assuntos” e “atendimentos” direcionados à psicologia ou ao serviço social. Há uma tensão gerada por esses diferentes “papéis” dentro da equipe. Não é nada que gere conflitos diretos ou problemas para a relação das três, mas que produz certos momentos de apreensão para que nenhuma das três “invada” a área da outra. Acredito que isso seja mais uma preocupação, em comum entre as três, para que se mantenha a “harmonia” da equipe, já que todas defendem arduamente a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo como o melhor caminho para o SAFA.

Nesse sentido, podemos ver que Antônia, Aurora e Laura possuem mais uma coisa em comum: a preocupação com realizar seu trabalho de forma mais técnica possível. Podemos perceber que em vários momentos as três se preocupam em enfatizar que o trabalho que fazem é muito complexo e, para ser feito com excelência, precisa ser feito com uma “abordagem técnica, objetiva, científica, profissional”. Elas

veem a questão da “profissionalização” de suas funções como algo fundamental, há uma pressão para serem reconhecidas como profissionais que estão atuando tecnicamente. Porém, a estrutura do serviço faz com que as relações entre os sujeitos acolhidos e a equipe técnica seja constante, forte e, geralmente, por muito tempo, o que acaba acarretando na criação de laços pessoais e afetivos também.

As três demonstram que em suas trajetórias sempre tiveram uma preocupação em estabelecer as relações como profissionais, mas que o SAFA trouxe uma nova perspectiva nesse quesito. As relações das técnicas com os sujeitos acolhidos, suas famílias de origem e as famílias acolhedoras é marcada por uma intimidade gerada pelo acompanhamento constante, longo e que é mediado por visitas domiciliares regularmente. As três estão, pelo menos uma vez na semana, na casa das famílias acolhedoras, fazendo seu trabalho enquanto tomam um café e conversam na sala da casa dos sujeitos assistidos. Acredito que isso é uma questão maior quando olhamos para as relações que elas desenvolvem com as famílias acolhedoras. É nesse momento que a proximidade afetiva que se desenvolve entre a equipe e esses sujeitos se revela como uma preocupação para o “profissionalismo” de suas funções. Isso faz com que as técnicas sempre se esforcem para existir, pelo menos nos momentos diretos de atuação, uma certa “distância” das relações pessoais que se construíram entre elas e aqueles sujeitos. As três sempre buscam enfatizar a objetividade do trabalho que desenvolvem e, principalmente com as famílias acolhedoras, há uma necessidade dessa ênfase ser maior para que auxilie a desmitificação do ideário de que o SAFA é uma “caridade” feita por essas pessoas.

O caminho percorrido por essas três enquanto estão trabalhando no SAFA nos faz perceber que as interações entre os sujeitos e as relações criadas a partir do acolhimento de uma criança são muito importantes para o funcionamento desse serviço. Mas como Aurora disse em sua entrevista: “Todas as relações aqui são complicadas e se você não souber lidar, você perde uma família, perde uma criança.”.

A rotina é marcada por uma série de negociações que são feitas por esses sujeitos, que geram rupturas, descontinuidades e novas relações. Uma “mudança nos planos” está sempre presente, seja na mudança de horário de uma visita por conta de algo urgente, ou seja, no acolhimento de uma criança depois do horário de

funcionamento do escritório. Afinal de contas, as três estão trabalhando com a vida de pessoas, estão entrando na casa dessas famílias, interrompendo o almoço, mudando a rotina, levando ou tirando uma pessoa a mais para dentro de uma casa, e elas sabem disso. Por saberem disso e de toda a “complexidade” e o que elas chamam de “dureza” que envolve as situações de acolhimento de uma criança, é necessário um envolvimento com esses sujeitos. Mesmo que preguem a objetividade, o cientificismo, elas também identificam que não conseguem realizar suas funções sem se “envolverem” com os casos, sem criarem relações que sejam estáveis com esses sujeitos, pois nenhuma intervenção conseguirá ser feita. Laura é a que mais aparenta possuir relações fora do SAFA com esses sujeitos, principalmente com as famílias acolhedoras. Ela fala sobre a importância de um vínculo forte nas relações desde o início. Segundo ela: “As relações devem ser harmoniosas, né? A pessoa não pode ter um ranço de você, porque senão ela vai dificultar. Ela vai tomar uma raiva de você ali que ela vai dificultar, ela vai te atender porque ela tem que te atender”. Mas para ela há uma diferenciação entre os vínculos: há o vínculo por serem do SAFA, que é exercido quando estão trabalhando; e há o vínculo para além do serviço, um vínculo pessoal.

Por fim, podemos ver no comparativo dessas trajetórias as diferenças e similaridades entre essas três mulheres que hoje colocam em prática o SAFA em Juiz de Fora. Podemos ver aqui, e continuaremos observando no próximo capítulo, o quanto essas diversas etapas vividas por essas profissionais refletem em suas atuações profissionais. São essas três mulheres as principais responsáveis pela execução dos objetivos formais do SAFA que discutimos no capítulo anterior. Mas, essas mulheres não são máquinas de reprodução de uma política pública e, portanto, seus “projetos” (VELHO, 2003) individuais se cruzam com os outros projetos dentro do “campo de possibilidades” (VELHO, 2003) que estão localizados. É por isso que, ao pensar em conjunto as trajetórias das carreiras dessas três mulheres, conseguimos acessar novas informações sobre o SAFA em Juiz de Fora, algo nos ajuda a entender além da estrutura dessa política pública nacional. Por fim, não podemos esquecer, que os caminhos que essas mulheres ainda estão trilhando podem, ou não, ser sinuosos e estão ainda se constituindo e modificando, assim como Gilberto Velho (2003) nos disse: ““Os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam

através de seus projetos. A transformação se dá ao longo do tempo e contextualmente” (VELHO, 2003, p.48).

3. Investigando parentalidades

No final da primeira semana de trabalho de campo, após as reuniões programadas para aquela sexta-feira, a equipe me avisou que estávamos com tempo livre. Sextas-feiras eram dias programados para reuniões de encerramento semanal e planejamento das atividades para a próxima semana. Porém, a equipe sempre deixava um tempo disponível para dar conta das demandas que por acaso tenham sido acumuladas durante a semana em andamento. Me avisaram, então, que como estávamos livres, iriam me explicar o passo a passo dos procedimentos que elas precisam realizar quando ocorre um acolhimento, para que eu pudesse na próxima semana já estar atenta, pois chegariam duas crianças.

Pela primeira vez, então, comecei a ouvir o que elas faziam assim que o telefone tocasse e alguém avisasse que uma criança estava chegando para ser acolhida. O “passo a passo” cronológico das ações realizadas foi contado por elas com o auxílio de exemplos de acontecimentos que eu já tinha acompanhado durante a semana. Mas a conversa teve um lembrete constante: de que eu deveria descansar para me preparar, pois só na próxima semana eu veria, de fato, como era o trabalho delas e “toda a loucura que fica quando chega uma nova criança”. Naquele dia, rascunhei uma espécie de mapa mental no meu caderno de campo para ajudar a ilustrar esse “passo a passo”. Esse mapa foi refeito tantas vezes, que acabei percebendo que ele não dava conta de tudo, já que a partir da segunda-feira e da “loucura” da chegada de uma “nova criança”, o passo a passo acabou ganhando muitos mais contornos do que aqueles que cabiam em uma folha de caderno.

Foi na correria do dia a dia que comecei a perceber que o trabalho que essas mulheres desenvolviam não era estruturado por nenhum “passo a passo”, mas sim por “problemas e soluções”. Apesar de toda a parte da burocracia que o programa tem que seguir, a qual elas conseguem lidar com maestria apesar

das dificuldades, a sequência das ações desenvolvidas em cada dia de trabalho visa sempre solucionar os problemas que vão aparecendo no acolhimento dessas crianças. Isso porque, a meu ver, após o trabalho de campo tanto presencial quanto à distância, todos os dias o objetivo do trabalho delas era o de “cuidar das crianças”. O cuidado desempenhado pelas técnicas e pelas famílias acolhedoras é que criam, modificam e mediam as relações dentro desse processo de acolhimento.

Ao exercerem o cuidado desses sujeitos, essas profissionais produzem diferentes perspectivas dentro do SAFA. Como o SAFA em Juiz de Fora é um serviço exercido de forma coletiva, podemos perceber que essas diferentes perspectivas coexistem na construção desse serviço. Com isso em mente, identifiquei uma espécie de característica que está presente nas ações da equipe técnica durante todo o acolhimento, desde o momento que o telefone toca avisando que uma criança precisa ser acolhida, até o momento final em que essa criança é liberada do acompanhamento das profissionais: há uma investigação constante. Mais precisamente, acredito que há uma investigação que ocorre no *modus operandi* da equipe do SAFA no que se refere às relações de parentesco dos sujeitos envolvidos pelas questões mobilizadas pelo projeto. Dentro de todo o processo de cuidado que é realizado pela equipe com os sujeitos acolhidos, há uma necessidade recorrente de se acumular informações que sirvam como fundamentos, uma espécie de acumulação de *indícios*, *indicativos* e *sinais* que auxiliam as profissionais em suas análises psicossociais para, assim, tomarem suas decisões. Nesse capítulo, iremos acompanhar esse processo que é desenvolvido pela equipe do SAFA em Juiz de Fora de buscar *indícios*, *indicativos* e *sinais* em torno da questão familiar como sendo uma espécie de “investigação de parentalidade”.

A ideia de uma “investigação de parentalidade” é um conceito por mim formulado e que tenta dar conta de dois momentos distintos no SAFA: o primeiro, ligado às famílias que sofrem a intervenção social ao terem seus filhos retirados de seu convívio e acolhidos; o segundo momento é o dos sujeitos que voluntariamente realizam esse acolhimento em suas próprias famílias. Essa expressão “investigação da parentalidade” tenta contemplar as inúmeras

nuances desenvolvidas pela equipe técnica do serviço durante cada caso de acolhimento. Esse termo me auxilia a problematizar o processo que é desenvolvido pela equipe técnica e afeta esses sujeitos que estão envolvidos pela situação de acolhimento. O processo de investigação de parentalidade não é linear e nem oficialmente estruturado pela equipe, mas ele se apresenta de forma constante em todas as dinâmicas do serviço. Porém, reforçando, ele se diferencia em dois tipos: a investigação da parentalidade das famílias de origem; e uma outra investigação de parentalidade, direcionada às famílias acolhedoras. Podemos ver que são dois processos intercalados, mas que mostram dois lados diferentes da mesma moeda, permitindo assim pensar de modos distintos as formas como o tema do parentesco emerge dentro desse contexto social específico. Através das diferentes perspectivas e visões de mundo que as técnicas possuem sobre essas famílias, tentarei mostrar neste capítulo como se dão esses dois processos de investigação no dia a dia do SAFA.

O acolhimento dessas crianças e adolescentes acontecem dentro de relações complexas de cuidado. Ao desempenhar o papel de cuidadora, a equipe identifica uma dimensão muito importante desse processo: as *relações de afetividade* e o *estabelecimento de vínculos*. Essa ideia de “relações de afetividade” e o “estabelecimento de vínculos” é algo cunhado por elas mesmas a partir da observação de suas próprias práticas e que me foi apresentado desde o início do campo como dois dos pilares do serviço. Percebemos que as técnicas trabalham fixamente com a questão do *afeto* e do *vínculo* nessas relações de cuidado, e assim produzem uma visão majoritariamente estabelecida de que o parentesco é efetivado através de relações de *afetividade* e de *vínculos* entre os sujeitos.

Por isso o parentesco para a equipe não é baseado somente na ideia do biológico ou na de cuidado. Mesmo que, lembremos, o SAFA tenha de agir justamente nos casos em que, juridicamente, o cuidado é o problema, como são os casos de negligência. Nas palavras de uma das técnicas, as crianças e adolescentes precisam de *afeto*, só assim se cria *um vínculo real* de parentesco e não somente um vínculo biológico, pois “parentesco biológico não é uma prerrogativa para o *afeto*”. Para a equipe, uma das coisas sempre a ser

destacada é que as crianças e adolescentes precisam de “*afeto*, de *vínculo*, pois a questão do pertencimento para essa fase da vida é muito importante”.

Mas, como se dá essa criação de vínculos através do *afeto* dentro de um contexto como esse de afastamento das crianças? A equipe deixa claro em vários momentos, até mesmo em relatórios oficiais, que essas relações de afetividade estão relacionadas com a convivência vivida entre os sujeitos e as crianças. As profissionais relatam que “o *afeto* não se compra, é conquistado através da convivência que proporciona a criação desses *vínculos*”. Por isso, esses vínculos, em alguns casos, podem não ser criados com a família de origem, mas podem estar presentes durante o acolhimento com as famílias acolhedoras.

Porém, durante o trabalho de campo, pude presenciar que há casos em que as técnicas do SAFA dizem haver esse vínculo através do *afeto* mesmo nas redes familiares de origem das crianças que estão afastadas por negligência em relação ao cuidado. Pois, para as profissionais, é possível que haja em um mesmo cenário a falta do cuidado com essas crianças e a presença de relações fortes de *afeto*. Nesse caso, o parentesco não é invalidado, há a indicação de que há o *indício* de uma relação de parentalidade estabelecida, baseada e firmada nas relações afetivas entre esses sujeitos e suas crianças, mas que, por variados motivos contextuais, o bem-estar daquela criança não pode ser assegurado por essas famílias no momento. Sendo assim, é necessário a resolução desses “problemas” para a volta da criança ao lar originário, mesmo com o parentesco sendo reconhecido e validado pela equipe logo de imediato.

Os *afetos* e *vínculos* tão falados pela equipe são fundamentais para minha compreensão dessa dinâmica. Pois compreendo justamente que a investigação de parentalidade trata-se do processo pelo qual a equipe averigua as relações de *afeto* e *vínculo* entre famílias e crianças, seja as famílias de origem ou as famílias acolhedoras. São os *afetos* e os *vínculos* envolvidos no processo de acolhimento que são mensurados e analisados pela equipe através do que chamo de investigação da parentalidade.

Esses *afetos* e *vínculos* não se restringem a análise do parentesco entre as famílias de origem e suas crianças/adolescentes acolhidos. Pois no processo de investigação de parentalidade também são levados em conta as relações da equipe técnica com as famílias. E essas relações estabelecidas entre a equipe e os sujeitos envolvidos no acolhimento produzem *afetos* e *vínculos* que também afetam diretamente as “investigações”. Sendo assim, mesmo com uma grande preocupação em agirem de forma mais técnica possível, os próprios *afetos* e *vínculos* entre a equipe e as famílias são levados em conta. Veremos nesse capítulo que a relação de *afeto* e *vínculo* entre a equipe e as famílias é sintetizada pela ideia de *confiança* e sua importância para uma tomada de decisão da equipe.

A ideia de *construir vínculo* também é uma linguagem nativa muito usada. É o indicativo da possibilidade da existência de um vínculo futuro que é criado a partir da presença de *afetos* entre esses sujeitos. Vale lembrar que a investigação de parentalidade visa identificar/validar a existência de uma relação de parentalidade que não é baseada somente no sangue. No momento do acolhimento, essa validação passa pela análise se o cuidado e bem-estar dessa criança pode ser suprido por esses sujeitos. Por isso, precisamos ter em mente que cuidado não é oposto a ideia de *afeto* e *vínculo*, o cuidado contém essas dimensões. O entendimento da equipe sobre a existência de *vínculos* é interligado com a existência ou não de *afetos*. O *vínculo* pode ser restaurado, criado e até recriado, mas para isso, as profissionais acreditam ser necessário a presença de *afeto* entre os sujeitos envolvidos. Assim, para o processo de investigação de parentalidade, compreender o que são esses *afetos* e *vínculos* é fundamental. Portanto, também é uma de nossas propostas nesse capítulo entender como *afetos* e *vínculos* são elementos essenciais para a dinâmica de investigação da equipe do SAFA.

Nesse sentido, acredito que nossa análise nesse trabalho se volta de modo mais amplo à questão do cuidado. Como mencionei no início desse capítulo, as relações no dia a dia do SAFA são todas baseadas em proporcionar o melhor cuidado para essas crianças e adolescentes. Os mesmos eixos que abordei acima sobre a investigação da parentalidade são colocados agora sobre

as relações de cuidado: cuidados exercidos pelas famílias de origem; e os cuidados exercidos pela família acolhedora.

No primeiro momento do acolhimento, temos o eixo das famílias de origem. Após colocar essa criança em uma família acolhedora, o problema mais importante para a equipe é o de identificar qual foi a motivação da decisão judicial que gerou o acolhimento. O debate sobre a questão do cuidado está diretamente ligado a esse afastamento da criança de sua família de origem e subsequente processo de “investigação de parentalidade” que se inicia nesse momento. As denúncias que levam a retirada da criança de sua família de origem, quando são indicadas legalmente por “maus tratos” ou “negligência”, estão relacionadas às formas de cuidado que a rede familiar de origem possui.

Há, então, uma ideia de que as pessoas da família de origem são mais ou menos aptas ao cuidado com essas crianças, sendo os seus “jeitos” (FERNANDES, 2011) de cuidar avaliados constantemente e, a partir do acolhimento, também investigados. Esse é um debate feito por Camila Fernandes ao identificar que existem *jeitos* diferentes de cuidado com crianças, mas nem todos esses *jeitos* são moralmente aceitos:

O jeito não recai somente no modo particular de realizar determinadas coisas ou ações no mundo, mas consiste num dos principais índices desta grande cartografia relacional na qual o cuidar se fortalece. Falar do jeito de alguém cuidar de uma criança é falar da moral de outrem, é estabelecer um juízo. O jeito é o mediador da esfera coletiva para intimidade e ao mesmo tempo é o signo que dissolve estas fronteiras. O jeito é da ordem da moralidade e exprime a avaliação de um registro sutil e delicado, que versa acerca da forma de orquestrar o amor, o carinho, o toque, o zelo, a educação, a imposição de limites, a alimentação, o respeito, a vigília dos horários da criança, os olhares, a impositação de voz. Nesse sentido, o jeito de cuidar de outrem é um qualificador de relações. (FERNANDES, 2011, p.39)

É o estado que estabelece esse “juízo” sobre os *jeitos* de cuidado válidos ou não. Como no SAFA as famílias acolhedoras corporificam esse estado, pois

estão a serviço dele, esse “juízo” é influenciado pelas próprias percepções dos sujeitos que colocam o serviço em prática, uma vez que amparados na legitimidade dada por estarem junto ao estado, suas compreensões acerca do *jeito certo* de cuidado são validadas.

Esses *jeitos* seriam da ordem privada dessas famílias, sendo por isso que esse “juízo” é o que valida a intervenção social do estado no âmbito privado, já que essa intervenção é de ordem moral. Os *jeitos* de cuidado dessas famílias que serão afastadas são avaliados como não sendo o *jeito certo* e aceito socialmente. Com isso, a parentalidade deles será questionada e investigada também, já que esse *jeito certo* deveria ser uma qualidade natural de uma parentalidade idealizada.

Acredito, então, que ao analisarmos essas relações de cuidado no âmbito do SAFA estamos pensando também sobre as relações de parentesco desses sujeitos. Nesse momento do acolhimento podemos ver que essas relações de parentesco estão se desenvolvendo principalmente nas relações do dia a dia, para além do parentesco biológico que foi dado, o que nos auxilia a ilustrar a noção que Carsten (2000;2014) desenvolve acerca da “relacionalidade”, isto é, aquela em que podemos ver a influência do cotidiano nas relações de parentesco. Essa perspectiva trazida por Carsten ressalta a ideia de que o parentesco não é reflexo somente do biológico, mas sim algo construído. O parentesco seria influenciado por uma série de fatores externos que constituiriam as relações entre esses sujeitos, as “relacionalidades”. Para nossa pesquisa, essa noção é de grande auxílio, pois aumenta o nível de compreensão sobre quais relações entre sujeitos fariam parte das relações de parentesco no contexto do SAFA, já que a dinâmica do projeto estimula a formação de parentalidades que não seriam fundadas somente no biológico, estando também ligadas diretamente com as diversas relações desenvolvidas socialmente. Durante o acolhimento no SAFA, essas crianças e adolescentes estão em um contexto de suspensão da rotina desses sujeitos, em que suas relações estão sendo reconfiguradas, produzindo novas dinâmicas de parentescos durante e após o acolhimento.

A ideia de *jeito*, além de presente subjetivamente nas relações das técnicas do SAFA, aparece também em alguns momentos – até mesmo utilizando da nomenclatura *jeito* – para dar conta do outro eixo: as famílias acolhedoras. O *jeito* é usado pela equipe para destacar determinadas famílias acolhedoras que possuem mais *jeito* com determinadas situações de acolhimento, sejam, por exemplo, com crianças de idades específicas ou casos mais difíceis na opinião delas. Mas assim, como afirma Fernandes (2011), no SAFA esses *jeitos* também são constantemente alterados conforme o desenrolar das situações, ao mesmo tempo em que vão ditando as transformações das relações entre os sujeitos:

A expressiva reversibilidade do jeito torna difícil sua captura; o dispositivo é dotado de grande mutabilidade e a cada momento se altera, dadas as condições de sua expressão e acontecimento, contudo, é também com base no jeito que as relações se transformam. (FERNANDES, 2011, p.39)

Essas mudanças de *jeitos* são uma constante no dia a dia do SAFA. Há na construção das relações entre os sujeitos e a equipe mudanças geradas pelo desenrolar dos acontecimentos. A cada novo problema resolvido, ou nova informação encontrada, as percepções das profissionais sobre os *jeitos* das famílias vão se modificando. Até mesmo o desenvolvimento das relações mais pessoais que criam *vínculos* para além da relação de trabalho influenciam e são influenciadas por essa mudança de perspectiva de aprovação ou não desses *jeitos*. Mas, mesmo assim, há uma idealização também pela equipe de uma noção preferível do *jeito* de cuidado. Nesse contexto de ideais formulados por profissionais, podemos pensar que estamos lidando com o que Becker (2008) chama de “empreendimentos morais”. Isso é notado muitas vezes nas divergências entre a equipe técnica do SAFA e a equipe da Vara da Infância, e até mesmo com a legislação que rege o SAFA já debatida aqui anteriormente. Quando ocorrem essas divergências, a equipe técnica sempre me explicava que era um “problema de interpretação”, ou que a Vara da Infância necessitava de

mais profissionais de psicologia e assistência social, não só do direito, para que assim pudessem dar suporte a esses casos.

Nesse contexto de *jeitos* de cuidar entre famílias de origem e acolhedoras é que a “investigação de parentalidade” se desenvolve. Ao longo do processo de coletar informações e solucionar os problemas, as ações da equipe visam sempre, segundo as técnicas, *dar respostas, justificar os pareceres psicossociais, embasar a conduta de cada caso*, entre outros termos. Veremos, então, que esse processo de investigação da parentalidade é feito a partir de uma mensuração de *afetos* dentro dessas famílias, ou seja, a equipe decidirá se há *relação de afetividade* ou não entre as crianças e adolescentes e suas famílias de origem.

Como já ressaltamos até aqui, há dois eixos diferentes que precisamos separar para conseguir entender essa dinâmica de investigação de parentalidade. Nesse capítulo, mesmo focando nos casos e em suas relacionalidades de idas e vindas, também precisamos separar as famílias acolhedoras e as famílias de origem para a análise. Essas relações se entrelaçam o tempo todo e tentarei mostrar isso no decorrer do texto, porém, existem dois processos de investigação de parentalidade em curso e distintos entre si no SAFA, como apontei. Portanto, fiz a escolha de separar textualmente para conseguirmos vislumbrar didaticamente a investigação de parentalidade por completo. Relembrando que a equipe técnica atua com dois *modus operandi* diferentes: há a construção de uma “investigação de parentalidade” muito específica direcionada às famílias de origem; e uma outra construção, diferente, direcionada às famílias acolhedoras. Por fim, ainda acredito que esses dois “modelos” familiares estão sendo contrastados de forma recorrente durante todo esse processo.

Fizemos um percurso nessa pesquisa em que o enfoque sobre o acolhimento em família acolhedora se iniciou no âmbito geral e caminhou rumo ao âmbito particular. Portanto, entraremos agora neste capítulo nas particularidades não só do serviço realizado em Juiz de Fora, mas também nas particularidades dos casos acompanhados pela equipe técnica. É bom sempre

ressaltar que, apesar do meu contato com as famílias de origem, as famílias acolhedoras e as crianças acolhidas, meu maior contato, convívio e interação durante a pesquisa se deu com a equipe técnica do serviço. Isso reflete em meu texto etnográfico e, principalmente aqui, nos próprios dados da pesquisa que revelam, majoritariamente, a visão das técnicas do serviço acerca dos casos.

Creio que vale ressaltar que cada caso possui suas particularidades e suas versões, dependendo do ponto-de-vista das instâncias mobilizadas pelo SAFA. Mas, em nossa pesquisa, nos mostra ser expressivo pensarmos como as circunstâncias de vida desses vários sujeitos fazem com que as suas relações de parentesco sofram reconfigurações mediadas por novos sujeitos que surgiram através do acolhimento em família acolhedora.

3.1 Investigando parentalidades nas famílias de origem

Como já explicado anteriormente, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SAFA) é acionado pelo Juizado da Infância e da Adolescência de Juiz de Fora quando há a necessidade de acolhimento de uma criança. Ao realizar esse acolhimento e acompanhar a chegada dessa criança na família acolhedora selecionada, a primeira ação da equipe é a de realizar o que eles chamam de *busca ativa*, já mencionada em nosso texto também. Essa ação visa fazer literalmente uma *busca* pela rede familiar dessa criança, tentando encontrar a parentela e visando encontrar *informações sobre a vida* daquela família. Tem-se início, então, no contexto das famílias de origem, o que venho desenvolvendo e chamando de “investigação da parentalidade”.

A *busca ativa* deve ser feita logo que o acolhimento acontece, segundo as técnicas, pois dentro dos primeiros 15 dias de acolhimento, a equipe tem de encaminhar o primeiro relatório para a Vara da Infância e da Juventude, indicando o Plano Individual de Ação (PIA). Porém, nas palavras de uma das técnicas, a equipe tende a esperar o prazo de no máximo uma semana após o

acolhimento, para que possam ver a “reação da família de origem, para ver se eles mesmos aparecem atrás de notícias da criança”.

Essa primeira espera sobre as possíveis *reações* (ou a *não-reação*, se a família não entrar em contato), já é levada em conta como uma primeira *impressão* sobre o caso em investigação. Por isso, de forma geral, a equipe coleta dados oficiais da parentela que precisam ser colocados no processo, buscando conhecer um pouco da dinâmica familiar e tentando entender o que ocasionou o acolhimento, bem como, por fim, indagar os parentes que foram encontrados se eles possuem a intenção de ter a guarda da criança de volta. Normalmente, essas primeiras visitas de *busca ativa* são momentos de muita tensão e a equipe age da forma mais *impessoal* possível, em busca de uma formalidade que, após isso, no decorrer do processo de acolhimento, muitas vezes é deixada um pouco de lado.

A equipe sempre destacou que esse primeiro momento é “muito importante”, já que esses primeiros contatos influenciariam em todo o acolhimento. Além das informações que precisam recolher, esse primeiro momento visa identificar o *comportamento* desses sujeitos frente a essa situação atípica de terem suas crianças *afastadas*. Essa informação sobre o *comportamento* é fundamental para que possam, em conjunto com as outras informações encontradas, “pensar as primeiras ações com essa criança”.

Uma das questões que se destacaram aos meus olhos foi de que nesses primeiros momentos, geralmente, ainda não há a possibilidade de a família de origem realizar uma visita à criança, pois essas visitas têm de ser permitidas pelo Juiz, só que isso já é pedido pelos familiares de origem, geralmente, no primeiro contato com a equipe. Porém, as técnicas precisam negar essa visita e ainda não conseguem dar uma data específica para a primeira visita, já que não dependem somente da equipe. Isso acaba gerando momentos tensos e alguns conflitos. Esses momentos são denominados pela equipe como a *revolta inicial* da família de origem.

Na semana anterior ao início da pandemia, a equipe acolheu uma bebê recém-nascido. Junto com todas as incertezas da pandemia referente de como se daria o trabalho a partir das limitações trazidas pelo isolamento social, houve também, nesse caso, uma nova grande dificuldade nesse primeiro contato. Esse processo de *revolta inicial* acabou sendo bem forte, por inúmeros fatores, incluindo as dificuldades geradas pela pandemia. Logo de início, a equipe possuía a informação de que a família de origem era moradora de um distrito bem distante do centro da cidade de Juiz de Fora, mas não havia um endereço oficial dos familiares. Os pais biológicos não possuíam acesso a telefone e nem internet, fazendo com que o primeiro contato fosse muito difícil de ser feito. Antes da pandemia iniciar, a equipe não conseguiu localizar familiares desse caso nas visitas domiciliares e nos endereços que havia registros. Logo em seguida, o trabalho remoto foi iniciado, com regras ainda não estabelecidas que acarretaram mais dificuldades.

Porém, havia relatos de que os familiares estavam indo em alguns locais atrás de informações da criança: hospitais, conselho tutelar e associação de moradores. Então, a equipe sabia que havia uma *busca* e interesse por essa criança, mas por falta de uma residência fixa e acesso ao telefone, o primeiro contato foi dificultado. O contato inicial se deu, então, por meio de telefone de vizinhos que eram amigos da família de origem e intermediaram o acesso através de um orelhão que o distrito possuía, pois, a localidade também não tinha sinal de telefone muito bom, o que continuou dificultando as investigações.

Por fim, após esses problemas estruturais, a equipe fez o primeiro contato, conheceram então um pai e uma mãe que estavam muito nervosos e irritados por estarem a dias sem notícias de sua filha e sem entender o porquê da bebê ter sido retirada deles. Assim, todo o cenário de incertezas que esse primeiro contato já normalmente traz foi intensificado nesse caso, o que gerou uma revolta muito grande na família de origem. Os conflitos iniciais foram vários e resultaram em uma relação bem distante da família de origem com a equipe técnica, situação que, segundo as técnicas, acabou prejudicando o trabalho delas. Podemos ver, então, nessa situação bem limite, os entraves iniciais do processo de investigação da parentalidade com as famílias de origem. A revolta

inicial de terem sua criança ou adolescente retirado do convívio junto com a falta de informação ou acesso aos procedimentos que precisam ser feitos acabam fazendo com que se produza um clima de desconfiança mútua entre a equipe e esses familiares. A investigação se inicia levando em conta as primeiras *reações* desses sujeitos nesse momento tão cercado de tensões que é a retirada da criança ou adolescente de sua família. O primeiro relatório ao judiciário é produzido a partir dessas primeiras impressões e, com base nisso, a equipe precisa decidir qual conduta seguirá inicialmente.

Há também a questão da duração do acolhimento, que é geralmente questionada pela família nesse primeiro momento, sendo novamente não respondida pela equipe, pois “não há uma previsão”. Nas palavras da equipe, esses atendimentos feitos às famílias de origem durante a *busca ativa* são “para realizar esclarecimentos e orientações acerca do acolhimento”. Os *esclarecimentos* visam explicar para essas famílias como se dá o processo de acolhimento em família acolhedora. Já as *orientações*, dizem respeito a parte judicial do processo, que a equipe tem de explicar quais as medidas que a parentela pode tomar, como procurar um advogado ou defensor público, fazer o pedido de visitas supervisionadas ao Juizado para que sejam efetivadas mais rapidamente, entre outras questões procedurais. Essas orientações geralmente dizem respeito às limitações da equipe perante o processo, como é o caso das informações do tempo de acolhimento ou data de uma visita. Nesse momento, o tom mais formal domina as conversas de maneira a isentar a responsabilidade da equipe técnica e direcionar as tensões para o lado do judiciário, que é quem tem o poder nessas questões legais.

Pensando na questão das noções de família manejadas no SAFA, cada família de origem é recebida pela equipe de forma diferente, a depender do *cenário* encontrado. Esse *cenário* já começa com as primeiras informações recebidas do Juizado da Infância e da Adolescência, que já tratamos anteriormente. Porém, há sempre um *pé atrás* com essas informações pela equipe, pois geralmente elas são poucas e, às vezes, bem incompletas. Mas, mesmo com essa desconfiança, inicialmente, de forma geral, há uma visão negativa dessa família, já que, teoricamente, eles fizeram alguma coisa errada

que gerou o acolhimento. Essa visão é conjunta da equipe e motivada pelo fato estrutural do processo de acolhimento: essa família perdeu a guarda da criança, então, “há algum problema com eles”.

Essa primeira visão, resultante desse primeiro contato é basilar no início desse processo de “investigação da parentalidade”, que começa com essa busca ativa que falamos. Se há um problema que gerou o acolhimento, teoricamente o trabalho principal do SAFA é o de solucionar esse problema para que haja a garantia do *bem-estar* da criança ou adolescente junto à família.

Isso se destacava sempre que uma criança era acolhida e apresentava, segundo a equipe, *sinais físicos* dos problemas que geraram o acolhimento. Esses *sinais* não necessariamente precisavam ser *sinais* graves de violência, mas questões mais sutis como: cabelo mal cortado ou sem cuidado; criança que chega sem sapatos; a roupa que usava quando foi retirada da família estar muito suja; baixo peso para idade; alguma alergia; presença de piolho; entre outras coisas. Esses *sinais* são até mesmo questionados pelas técnicas, pois, em algumas situações, elas identificam que as denúncias foram motivadas, justificadas e aceitas por *sinais* muito fracos, mas que provavelmente haveria problemas maiores por detrás dessas situações e que os órgãos que fazem as denúncias não conseguiam comprovar, tendo que utilizar assim desses *sinais físicos*.

Podemos melhor constatar que há uma certa percepção negativa desses *sinais* pela equipe quando as crianças novatas são comparadas com outras crianças já acolhidas que chegaram sem apresentar algum desses *sinais*. Como no início do acolhimento são poucas as informações que a equipe tem sobre o caso, a aparência física e esses *sinais* são uma das primeiras informações que elas possuem para começar a construir o cenário que ocasionou o acolhimento. Esses *sinais* acabam marcando, como por exemplo, o caso da menina Carolina de 4 anos que chegou com piolhos, sendo esta uma característica que me foi relatada várias vezes e que sempre voltava nas conversas como um *indício* dos maus tratos, sendo lembrada constantemente também nos primeiros encontros com os responsáveis pela criança.

Aqui precisamos lembrar que as famílias de origem, que são afastadas provisoriamente da criança, além de perderem a convivência diária com ela, passam a ter sua parentalidade questionada por esse processo de investigação. Elas são chamadas a cooperar com o serviço para que juntos possam resolver as questões que geraram o acolhimento, visando sempre o “melhor para o bem-estar” dessa criança.

Os primeiros momentos do processo de investigação de parentalidade que é dirigido às famílias de origem são direcionadas pela equipe com o propósito de realizar um escrutínio da trajetória de vida desses sujeitos, tentando juntar o máximo de informações possíveis que auxiliem o embasamento de suas ações durante o acolhimento da criança. Este momento inicial é enfatizado pelas técnicas por meio de um discurso que ressalta que elas estão em busca de analisar o parentesco não por meio do DNA, em que se comprovaria um laço biológico, mas, sim, por meio da existência de uma denominada *afetividade* entre esses sujeitos, que seria capaz de comprovar a ligação de parentesco.

Nesse momento inicial, o processo de investigação se foca em juntar as informações de como foram *encontradas / achadas* essas relações de parentesco. Essas informações servem de base para a produção de todos os relatórios produzidos pela equipe do SAFA e são levadas em conta no processo judicial que engloba o acolhimento da criança. É por esses relatórios que a equipe do SAFA e da Vara da Infância e da Juventude de Juiz de Fora baseiam suas *análises e indicações* de conduta em cada caso. Para qualquer decisão, seja ela a indicação da volta da criança para a família de origem, o pedido de prorrogação do tempo de acolhimento ou até mesmo o apontamento de haver a necessidade de uma família substituta (adoção), há sempre a necessidade de serem baseadas e justificadas por essas *evidências* encontradas durante a investigação de parentalidade desses sujeitos em análise.

Com o foco direcionado para as famílias de origem, podemos ver até o momento que a investigação de parentalidade para essas pessoas acaba impondo uma série de compromissos e tarefas. A família de origem tem de, perante a equipe técnica, assumir e realizar as demandas conforme as

orientações da equipe. Essas demandas são variadas, mas as que mais estão presentes são as seguintes: 1) realizar as visitas às crianças, que só são permitidas mediante autorização do juiz, mas, segundo a equipe, tais visitas são importantes para o processo, sendo supervisionadas e realizadas no escritório do SAFA; 2) a família de origem tem de manter uma frequência regular dessas visitas, assumindo o compromisso de estar no escritório nos dias e horários marcados; 3) há também o atendimento individual ou familiar feito pela psicóloga do programa; 4) as ações direcionadas da assistente social que também exigem participação; 5) quando necessário, há o encaminhamento desses familiares para alguns outros serviços do município para ter acompanhamento médico ou de assistência social, o que acaba muito das vezes exigindo a adoção ao tratamento ou acompanhamento; 6) há audiências ou reuniões na Vara da Infância que exigem a presença dos familiares; entre outras demandas.

Assim, caso a família não se comprometa e cumpra com os planos, ela corre o risco de não ter a criança de volta. Há alguns conflitos em relação a esses compromissos, pois, muitas das vezes, eles exigem uma disponibilidade de tempo e recurso que esses sujeitos não possuem. A maioria do atendimento que é feito pela equipe técnica do SAFA tende a ser realizado na própria residência da família e em horários possíveis de presença. Presenciei até mesmo algumas vezes a equipe ficando até depois do horário do expediente para conseguir fazer um atendimento. Mas, mesmo com o auxílio da equipe, há contextos em que a frequência e o acesso a algumas demandas não podem ser realizadas pelos sujeitos, principalmente por motivos financeiros, como não ter dinheiro para a passagem ou até mesmo não ter disponibilidade de horário no trabalho para conseguir frequentar algum serviço.

Nesse cenário, acredito que o tempo se mostra como uma questão muito importante para a família de origem. Para que a criança possa retornar para casa, a família tem de assumir a responsabilidade de seguir o plano de ação (PIA) idealizado pela equipe. Isso envolve esses compromissos que devem se estabelecer na rotina desses sujeitos. Mas, na maioria das vezes, para cumprir com essas ações, há uma quebra no cotidiano dessa parentela. O dia a dia se modifica ao incorporar as novas *tarefas* que devem ser cumpridas por esses

sujeitos visando o retorno da criança. Esse é um processo difícil e que exige tempo para se estabelecer, então, no início do acolhimento, os familiares cobram da equipe uma volta mais rápida dessa criança para casa. Porém, muitas vezes, isso não é possível, por inúmeras questões, o que acaba dificultando que a família de origem cumpra os planos estabelecidos pela equipe, pois, os familiares não podem suspender suas vidas por muito tempo em busca de cumprir as exigências do SAFA e do Juizado em si. Essa é uma questão prevista na organização do Programa e recorrente nos casos que acompanhei, pois há momentos em que há mais ou menos empenho e participação dos parentes de origem no processo como um todo. Isso acaba mudando o cenário de análise da equipe constantemente.

Vale salientar que as visitas domiciliares aos familiares de origem são vistas sempre como momentos de mais tensão e seriedade por parte da equipe. A investigação da parentalidade direcionada a eles não é muito sutil e em alguns momentos até os próprios familiares de origem reclamam de estarem sendo *vigiados, investigados*. Isso ocorre principalmente no início do processo em que são feitas uma enxurrada de perguntas a eles pela equipe. Geralmente, nesse início, há vários pequenos conflitos entre a rede familiar de origem e a equipe, até que se estabeleça uma *relação de confiança* entre eles. O clima de “investigação” acaba permanecendo, mas, após estabelecerem uma melhor relação com a equipe e começarem o processo de acompanhamento, essa investigação assume uma camada mais normal no cotidiano das famílias de origem, em que passam a ser vistas como necessárias para a volta da criança para casa.

Pude acompanhar várias visitas às famílias de origem. Havia em sua maioria momentos tranquilos, mas também tiveram momentos mais tensos. Uma das famílias não quis nos receber e nem mesmo ouvir direito sobre o que era a visita. Houve uma visita em que a família nos recebeu no portão, sem deixar que nós entrássemos dentro de casa, o que já mencionei como sendo um mau sinal. Por fim, houve um caso que o primeiro contato que tivemos com a família de origem foi através de um advogado e, a partir daí, houve uma constante “ameaça” da família de origem de usar o advogado contra o SAFA. Vale ressaltar

que a equipe sempre avisa no primeiro contato que os familiares de origem têm direito a um defensor público ou podem ser representados por um advogado, já que existe um processo judicial que encadeia o acolhimento. Mas a presença de advogados como representantes das famílias não é frequente, a equipe não consegue se lembrar de outros casos como este.

Segundo a coordenadora do programa, alguns familiares têm “medo” delas, como me foi relatado ao final de uma visita supervisionada no escritório. A coordenadora destacou que essa imagem de autoridade investigativa às vezes prejudica o trabalho do SAFA, como foi o caso da visita em questão, em que a família de origem ficou retraída e apreensiva durante todo o tempo em que as profissionais permaneceram efetivamente na sala. Já no final da visita, quando as profissionais foram dispersando para outras áreas do escritório, a parentela começou a se soltar na interação com a criança e a brincar mais ativamente com ela. A coordenadora também me explicou que geralmente nas visitas, ela sente que está sendo vista como a *tia má*, pois tem que avisar que a visita está terminando, já que a atitude de ter de encerrar o contato, pegar no colo a criança e a levar embora do escritório, encerrando o tempo pré-estabelecido de visita, é visto como uma escolha “pessoal” da profissional. Então, seria por isso que ela estaria agindo com “maldade” com os familiares e não só “cumprindo o seu papel”, como ela mesmo destacou.

A coordenadora Aurora sempre me alertou para ter cuidado, pois, tanto as famílias de origem, quanto as crianças afastadas, geralmente começavam vendo a equipe como sendo *as tias más*. Em entrevista, ela disse também que a família de origem/extensa vê a equipe como “monstro”:

Só que a família de origem, diferente da família acolhedora, elas veem a gente como monstro, né? Porque a gente é o lugar que pegou o filho deles. Então, eles já chegam aqui querendo bater na gente, literalmente. Mas, depois, quando eles conhecem, quando a gente explica o que é o serviço, eles mudam a posição e aí começam a ver como o serviço em si e eles entendem o papel e o lugar deles. Mas, até chegar essa construção, é um pouquinho delicado o trabalho. (Entrevista com Aurora, 27/11/2020).

Essas situações são mais comuns no início do acolhimento, geralmente sendo contornados pela equipe no decorrer do acompanhamento. Podemos perceber que o processo de investigação de parentalidade se inicia a partir de turbulências e desconfianças mútuas. Há, por um lado, a desconfiança dos familiares sobre a violência de terem suas crianças retiradas de casa pelo SAFA, sobre os procedimentos burocráticos e sobre o que são essas atividades que precisam passar a cumprir. E, do outro lado da cena, há a desconfiança dos agentes do serviço para esses familiares “negligentes”, tentando saber qual o *grau* de afetividade entre a família. Os dois lados iniciam o processo com visões negativas sobre os propósitos e sentidos de justiça de um serviço como este. Os casos bem-sucedidos precisam ultrapassar essas barreiras construídas inicialmente para que consigam se desenvolver da melhor forma possível para os dois lados.

Laura também destaca que com as famílias de origem sua relação enquanto técnica é mais difícil do que é com as famílias acolhedoras. Segundo ela, é mais difícil criar um *vínculo* com esses sujeitos, mas essa criação é fundamental para que ela consiga desenvolver seu trabalho. Ao final da minha primeira vez acompanhando uma visita domiciliar a certa família de origem, Laura me explicou que esse caso não seria fácil, pois os familiares não tinham deixado a equipe entrar na casa, nos atendendo no portão do imóvel. Isso seria um grande *indício* de problemas. Na entrevista, ela também ressalta essa questão, indicando que teriam dificuldades na construção desse vínculo:

Então se você vai em uma primeira visita você já tem que tentar fazer vínculo dali. Porque aí você consegue ter uma relação de eles te convidarem para entrar na casa, faz muita diferença. Quando você faz um atendimento fora da casa da pessoa, na porta, ou quando você entra, porque quando você entra você está entrando na intimidade da pessoa. E quando você fica da porta para fora, você não entrou na intimidade da pessoa, ela está te atendendo ali, porque ela tem que te atender, ela não te convida para entrar. [...] Então assim, o primeiro contato e até porque a gente tem que fazer assim um contato bom no início porque a família de origem te vê como a moça ou a equipe que levou a criança embora. Então, é você que levou a criança embora. Então, não quer saber se foi vara da infância, polícia,

enfim. Por que quem que aparece imediatamente após a saída da criança? É a família acolhedora. Então, assim, a família perdeu a criança, né? Teve a criança retirada, ela está com ódio, ela está com raiva, ela está machucada. E aí, no dia seguinte, quem bate na porta? Ou quem fala no telefone? Nós! Então assim, para onde eles vão direcionar o ódio, a raiva, a angústia, o rancor, né?, dor, para nós! Então, a gente tem que receber isso, deixar eles, se eles tiverem que xingar, eles vão xingar. Para depois, pois não adianta cortar eles. Deixa eles xingarem! Na hora que eles pararem, aí você tem que se apresentar, explicar porque que você está ali, explicar que a criança está bem e aí, você começa e tenta criar vínculos! (Entrevista com Laura, 27/11/2020).

Laura ilustra bem como é o cenário dessa *construção do vínculo* com a família de origem/extensa, sempre acaba tendo que ser feita em um momento muito conturbado. Para a família de origem é um momento crítico, confuso, tenso e que ressalta a grande impotência deles diante da situação, pois tiveram as crianças *retiradas* deles e apareceram pessoas dizendo o que eles vão ter que fazer de agora em diante. Toda a equipe se mostra sempre preocupada nesses primeiros momentos de contato, já que também é um momento incerto para elas, que estão começando a entender a situação daquele caso.

Um dia de chuva forte em Juiz de Fora, no final do meu primeiro mês de trabalho de campo, fez com que Laura e eu ficássemos sozinhas em uma lanchonete, esperando conseguir voltar para o escritório. Aproveitamos para lanchar e conversar enquanto o motorista não conseguia chegar. Começamos a perceber que, por conta do horário, talvez, não conseguíssemos ir até a próxima visita domiciliar marcada para aquele dia. Laura me explicou que a casa era de difícil acesso e ainda por cima em um bairro que alagava muito, o que provavelmente iria afetar os planos do restante do dia.

Ao me explicar sobre as dificuldades de acesso a algumas casas, Laura começou a me contar sobre a casa de Nilza, que, segundo ela, era seu caso mais marcante. Nilza era parte de uma família de origem de um dos primeiros casos acompanhado por ela no SAFA, durante a atuação da equipe anterior. Laura contou que não houve nenhum tipo de *vínculo de confiança* entre a equipe e Nilza, mas havia uma relação de dependência estabelecida entre a Nilza e até

mesmo outros serviços de assistência social da cidade. Laura me contou que desde o primeiro momento, teve muito medo das visitas domiciliares, pois tinha relatos de que Nilza teria agredido uma funcionária de outra equipe. Esse caso acaba reaparecendo em outras conversas que Laura teve comigo. Até mesmo em sua entrevista, ela destaca que esse caso deveria ter tido outro acompanhamento e solução. A relação entre a equipe e essa família de origem era tão crítica que apesar de não ter tido violência física, Laura diz que elas foram muitas vezes “convidadas a se retirar da propriedade” e, portanto, isso dificultou o trabalho, pois a equipe acabou tendo acesso a pouquíssimas informações. O caso acabou tendo um desfecho ruim, pois depois do final do acompanhamento da equipe as crianças foram retiradas novamente da família, pois estavam sofrendo violência física em casa. Laura sempre se comove ao contar esse caso, pois acredita que deveria ter sido mais firme no seu posicionamento e não ter deixado as crianças voltarem para a família.

Uma das próximas fases desenvolvidas pela equipe durante o acolhimento também é, muitas vezes, instável e não contínua. Após as estabilizações das tensões iniciais, a equipe irá decidir se há condições de tentar uma aproximação para que a criança volte para a família de origem. Com isso, se inicia um novo momento. É o momento em que se realiza o trabalho em conjunto com as duas redes familiares (a família acolhedora e a família de origem) e a equipe técnica, para que os vínculos de parentesco sejam *reconstruídos*. Esse processo também é um momento de incertezas, isto é, se realmente essa reaproximação será efetivada, os laços reconstruídos e legalmente será feita a volta dessa criança para a família de origem.

Entre essas idas e vindas, temos a criança, que é retirada da sua referência de sistema de parentesco originária e colocada em uma espécie de sistema de parentesco *suspense*, *provisório*, pois, ao mesmo tempo que possui novas figuras e integrantes, as antigas referências ainda estão presentes e tentando se reconfigurar a essa nova dinâmica. As técnicas se sensibilizam em alguns casos ressaltando que há crianças acolhidas que estão *destruídas* e que ninguém sabe o que fazer para *reconstruir* uma criança. O objetivo seria, então, causar menos dano possível com suas ações, para tentar ajudar essa criança a

lidar com os danos do impacto dessas situações críticas que geraram o acolhimento. Estar acolhida não é a situação ideal, portanto, a equipe acredita que precisa tomar cuidado para não piorar essa situação difícil.

É importante lembrarmos da presença da criança nesse cenário complexo. Parece que a criança aparece no acolhimento como realmente sendo a corporificação da família como um valor. O afastamento dessa criança da família de origem se dá, segundo a legislação e o discurso dos serviços públicos, para a *proteção* dela própria. Porém, todo o processo que faz com que essa criança possa voltar a sua rede familiar é mais uma vez um trabalho de “investigação” dessa parentela, propondo planos de ação para que a família se adeque ao que o serviço de acolhimento (em maior escala) e o Juizado (que sanciona e supervisiona as decisões) acreditam ser o ambiente familiar ideal. Logo, se a investigação de parentalidade no início do processo consiste em verificar o grau de *afetividade* e *vínculo* da família de origem com a criança, agora, é ratificar isso visando uma decisão final.

Selecionei um dos casos acompanhados em campo, em que acredito ser mais claro o entendimento de como é essa atuação da equipe com as famílias de origem. Através dele, podemos ver também como se dá o processo que chamei de “investigação de parentalidade” desses sujeitos. O caso a ser analisado é o da menina Carolina, 4 anos, em que a família de origem é composta por diferentes sujeitos que querem a guarda da criança. Há, de um lado, a *genitora* da criança e, do outro lado, os avós paternos. A situação de acolhimento se deu por uma denúncia de negligência feita pela *genitora* da criança, que estava na casa dos avós paternos. A denunciante tinha sido expulsa da casa dos avós paternos após denunciar o filho deles, pai de Carolina, por agressão. Como não possuía lugar para ir viver com a filha, teve de deixá-la aos cuidados dos avós paternos. Na época, o *genitor* estava preso por conta dessa denúncia, mas, segundo a equipe, foi procurado pelo serviço através da Vara da Infância e da Juventude e disse não ter interesse na guarda da criança. Os primeiros investimentos da equipe foram em “investigar” quais eram os problemas que impediam a mãe biológica de retomar a guarda dessa criança, já que ela era a família de origem direta, tinha interesse na guarda e a denúncia

que gerou o acolhimento se deu quando a guarda estava com os avós paternos. As ações iniciais giravam em torno de visitas domiciliares à *genitora*, atendimentos no escritório, bem como encaminhamento de atendimento em outros serviços de assistência social da cidade.

Aqui uso o termo *genitora* pois é um termo nativo utilizado pela equipe para se referir a mãe biológica, bem como *genitor* é o termo utilizado para se referir ao pai biológico. Fui corrigida algumas vezes em campo pelo uso indevido dos termos “mãe” e “pai”, pois, segundo a equipe, eles não utilizam nunca essa expressão para que não haja confusão com outras figuras nesses núcleos de parentesco. Porém, no dia a dia, ao se referirem a família de origem, há, de forma informal, o uso desses termos, mas nos relatórios e em reuniões oficiais eles são realmente abolidos do discurso.

De forma geral, essa investigação inicial identificou os principais problemas para que a guarda de Carolina fosse para a *genitora*, segundo a equipe eles são: a falta de estrutura econômica por parte da mãe, que tinha, na época, 19 anos; ela não possuía residência fixa, pois morava de favor na casa da família do namorado, que não aceitava que a criança fosse para lá; e, por fim, não possuía emprego que pudesse ajudar na aquisição de moradia própria e sobrevivência econômica para ela e para a filha.

Não pude acompanhar o começo deste caso, mas cheguei em um momento de tensão da equipe com a família de origem, tanto com a *genitora*, quanto com os avós paternos. Para explicar a tensão que estava ocorrendo nesse caso, a equipe me relatou que decidiu investir primeiramente na aproximação e solução dos problemas da *genitora*, pois foi “constatado o forte vínculo” que ela possuía com a criança e que a criança possuía com ela. Segundo a equipe, isso foi constatado, pois há uma “intensa relação de afetividade entre as duas”. Desde o primeiro momento, a mãe se propôs a fazer tudo o que foi estabelecido pela equipe, buscava informação da criança diariamente e, assim que foram aprovadas as visitas, ela não faltou nenhuma vez. A criança também perguntava da “mãe” (e não da *genitora*) o tempo todo, mesmo estando adaptada na família acolhedora. A relação que tinha com a

genitora, segundo as técnicas, se mostrou forte o suficiente para que, mesmo distantes fisicamente, a *genitora* fosse uma figura constante no dia a dia dela. Carolina também teve episódios de adoecimento e até hospitalização que não foram fechados diagnósticos pelos médicos, mas que a equipe acredita serem “problemas psicológicos pela falta da *genitora*”, pois geralmente ocorriam após um longo tempo sem visita.

As visitas supervisionadas também foram muito importantes para a investigação da equipe, pois a interação entre “mãe e filha”, fez com que se confirmasse para a equipe a existência real de vínculos de parentesco entre as duas, tendo em vista que “foi observado presencialmente fortes vínculos estáveis”. Essa era uma opinião recorrente nos relatórios oficiais. Esses vínculos são baseados na estreita relação de afetividade que, segundo a equipe, foi recíproca entre as duas. Carolina também reconhece a *genitora* como *cuidadora* na forma como relata os acontecimentos que vivia com sua mãe, até mesmo quando reclama que sente saudades da “mãe dar banho”, “pentear o cabelo” e “brincar” com ela. Segundo a equipe, Carolina também não demonstrou ter passado por nenhum tipo de “negligência” nessa relação com sua *genitora*, até mesmo a denúncia foi feita pela própria mãe, que acusou os avós paternos de negligência.

Foi o acúmulo dessas *evidências*, coletadas no que estou chamando de processo de “investigação de parentalidade”, que as ações da equipe se embasaram para avaliar as relações de parentesco entre mãe e filha, chegando ao consenso de validar essa parentalidade de Carolina e sua mãe biológica para além do fator biológico por meio da percepção dos *afetos* e vínculos das duas. Essa percepção dos *afetos* e *vínculos* nesse caso foram identificados por alguns indícios como: pela vontade de visitar o máximo de vezes possível durante o acolhimento; a presença de um empenho por parte da *genitora* de querer cumprir com os acordos feitos com o SAFA; o interesse da *genitora* em manter contato diário com a equipe para saber notícias tanto do andamento do caso quanto de como estava a criança; entre outros.

Vale ressaltar que utilizo os termos mãe e filha aqui, pois é como me foi relatado e anotado em caderno de campo. Como disse, em alguns momentos esse termo *escapava* das técnicas do serviço e era utilizado. Esses termos escapavam geralmente em casos que eu já percebia anteriormente a percepção por parte da equipe da existência de afetividade entre esses sujeitos. Há uma demarcação clara entre usar a palavra genitora quando os laços fossem estritamente biológicos sem nenhuma afetividade. Portanto, há casos, como esse, em que as técnicas após identificar o *vínculo* entre a criança e a genitora passam a adotar as expressões “mãe e filha” que são termos menos técnicos, mesmo tendo me indicado que isso não devia ser feito.

Pelos relatórios da época e as conversas da equipe, a análise conjunta chegou à conclusão de que havia um “ideal” de maternidade na relação entre a *genitora* e a criança. Esse “ideal” englobaria algumas coisas: a imagem da *genitora* para com a criança; uma grande preocupação que a genitora tinha com o acolhimento da criança; a vontade de se ver que era encontrada nas duas; o empenho da *genitora* em conseguir um sustento para poder construir um lar adequado para sua família; entre outras coisas não enumeradas pela equipe. Podemos ver que a *genitora* de Carolina demonstrou à equipe que possuía “*jeito*” (FERNANDES, 2011) para cuidar de sua filha, precisando de auxílio para que isso pudesse ser efetivado.

De certa forma, a equipe demonstra mensurar esses *afetos* dizendo se há ou não uma *relação de afeto* entre as pessoas através do próprio reconhecimento de “quem são” e como “sentem” esses sujeitos. Podemos entender um pouco melhor isso analisando por outro lado como se deu o processo do SAFA com os avós paternos de Carolina. O processo de investigação de uma parentalidade real entre Carolina e os avós paternos aconteceu de forma diferente do realizado com a mãe biológica. Segundo a equipe, os avós desde o começo sempre se mostraram “muito indignados” com o SAFA, principalmente pelo fato de o acolhimento estar sendo imposto a eles – já que Carolina foi retirada da casa deles. Para os avós, isso foi um erro, já que possuíam *condições* de criar a criança. As visitas dos avós a Carolina foram autorizadas pelo Juiz de forma rápida. Mas, mesmo assim, os avós não se

mostravam abertos a fazer parte das ações propostas pela equipe do serviço. Eles recorreram, desde o início, a atuação de um advogado, deixando claro que “lutariam” pela guarda da neta pois, para eles, não havia necessidade do acolhimento da criança, além de acharam que possuíam o direito da guarda da criança em comparação com a *genitora*. Eles também sempre faziam acusações à mãe de Carolina, não havendo um diálogo possível entre as duas partes em prol de pensar um “bem-estar da criança com toda a família”, como era o ideal, segundo a equipe. Junto a essas questões analisadas pela equipe, a Carolina no início “não gostava das visitas” dos avós, não tentava interagir com os dois e parecia não os reconhecer como sendo sua rede familiar. As visitas iniciais foram marcadas por muita intervenção da equipe para que a criança interagisse com os avós, e geralmente ela interagia mais com as técnicas do serviço do que com eles.

Somou-se a isso, segundo a equipe, o fato de que durante a investigação da Vara da Infância e da Juventude foi identificado que o avô possuía ficha criminal, além de ter auxiliado na agressão por parte do filho à *genitora* de Carolina, o que só “complicou a análise” do SAFA. Em certa medida, essas *evidências* acumuladas pela equipe não foram muito favoráveis a uma visão de existência de uma relação de parentesco para além do biológico, entre Carolina e os avós paternos. Segundo a equipe, faltaria nessa relação evidências dos *vínculos* e *afetos* construídos pela relação prévia entre neta e avós. Algumas dessas características são as seguintes: Carolina não identificava os avós como figuras de seu convívio; não reclamava da demora das visitas dos avós, o que provava a *falta de vinculação*; Carolina também não mostrava uma relação prévia de *afeto* com os avós, não dizia sentir saudades deles, mesmo após o início das visitas; o contato físico entre eles nas visitas era mínimo e não demonstrava *intimidade*; entre outras características.

Temos, então, um cenário mais favorável para a mãe do que para os avós de Carolina. Porém, um tempo depois, cresceu uma tensão entre a equipe e a mãe de Carolina, ocasionando um novo rumo na história desse acolhimento. Segundo as técnicas, após a *genitora* conseguir um emprego formal e ter, então, condições de se manter financeiramente, a equipe mobilizou vários recursos,

como outros órgãos e serviços públicos do município e doações próprias, para conseguir auxiliá-la a mobiliar uma casa alugada. Essa ação foi feita para auxiliar a *genitora* a se estabelecer de forma que houvesse um ambiente propício para a volta da criança. Junto a isso, a *genitora* também passou a realizar acompanhamento psicológico e psiquiátrico no município, fazendo o uso de medicações antidepressivas. Porém, após toda essa mobilização por parte da equipe e com o acolhimento, a *genitora* de Carolina passou, de acordo com a equipe a “manifestar grande instabilidade e descontrole emocional, relatando conflitos no seu relacionamento com seu novo namorado, tentativas de automutilação e reações violentas com o namorado e a família dele”.

Pelo que pude perceber, de certa forma, a *genitora* de Carolina desenvolveu uma relação mais pessoal com os funcionários do SAFA. As três técnicas, o motorista e até mesmo a família acolhedora estavam muito chateados com os novos rumos da situação. Duas técnicas passaram a dizer que se sentiam “enganadas pela *genitora*”, pois ela teria passado a ser uma pessoa que não demonstrou “ser antes”, no início do processo de *verificação*. Para a equipe, a *genitora* de Carolina chegou a dizer que tem consciência de seu “comportamento errado”, mas afirmou não ter “controle” sobre isso. Após essa “manifestação de instabilidade”, a *genitora* evadiu dos serviços psicológicos e psiquiátricos da cidade, bem como parou de frequentar os atendimentos do SAFA e as visitas supervisionadas da filha. As tensões na relação da equipe com a *genitora* só pioraram ao longo do tempo, pois ela não fazia contato com a equipe e nem os retornava. Com esse sumiço, Carolina começou a ter episódios mais recorrentes de “febres emocionais” e a pedir cada vez mais a visita da sua mãe. Com isso, a “indignação” da equipe e da família acolhedora só aumentou com o tempo. Podemos ver que durante a investigação de parentalidade de Carolina, a *genitora* parecia ter todos os requisitos para ter a guarda da menina, já os avós não possuíam quase nenhum deles. Entretanto, a investigação se mostrou falha, nos termos das técnicas, já que a *genitora* não poderia mais ter a guarda da filha, e isso gerou frustração na equipe e uma sensação de insucesso nesse caso.

Esse caso em específico, de certa forma, é especial, pois as técnicas se envolveram pessoalmente com a mãe e isso impactou na reação ao processo malsucedido de volta para casa. Atualmente, a *genitora* encontra-se mais *estável*, conseguiu ir morar sozinha na casa alugada com as doações do SAFA, mas está grávida do ex-namorado, com quem tem brigas e agressões físicas sérias que resultaram em processos jurídicos.

Essa situação colocou em prova a *análise* realizada anteriormente pela equipe, já que o cenário ideal não se concretizou. As análises feitas pela equipe, então, tiveram de mudar. Como já mencionei anteriormente, todos da equipe técnica e até mesmo de fora dela, que estão envolvidos nesse caso, se sentiram um pouco “enganados” pela *genitora*, porém, isso também gerou um impasse entre as técnicas, que tiveram de tentar reformular a análise feita através da investigação de parentalidade já concluída. As evidências são as mesmas, a relação de parentalidade para além do biológico entre Carolina e sua mãe é indiscutível. Mas, depois do ocorrido, já não havia mais a possibilidade de a *genitora* assumir a guarda da criança, ao mesmo tempo em que a parentalidade dos avós paternos não pode ser comprovada para além do biológico, pois não haveria relação de *afeto* e vínculo entre eles.

Nesse cenário um pouco nebuloso, as três técnicas possuem opiniões diferentes acerca de qual seria a melhor coisa a se fazer. Para duas das técnicas, não há chance de a *genitora* estar em algum momento efetivamente apta a ter a guarda de Carolina. Uma técnica até afirma que ela “nunca indicará que a Carol vá para a mãe”, pois ela não tem mais *confiança* na *genitora*, sendo assim não pode confiar a criança a essa pessoa. Percebemos então que a verificação de parentalidade em busca de vínculos não leva em conta somente os vínculos entre a família de origem e a criança. É importante no SAFA a construção de *vínculos* entre equipe e a família de origem para o reconhecimento da possibilidade do fim do acolhimento. Esse *vínculo* entre a família de origem e a equipe é mensurado pelo sentimento de *confiança* que passam a ter, ou não, por aquela família, por isso a frustração do caso de Carolina.

Mas, no cenário desse caso, elas também identificam que não se pode mais permanecer com Carolina em acolhimento, sendo que há sujeitos que integram a rede de parentesco original que estão dispostos a ter a guarda dela, além de possuir condições para tal. Portanto, para essas duas técnicas, Carolina deveria ser indicada a ficar com os avós paternos, dando início, então, ao processo de aproximação entre eles, para que se “reconstruam as relações de *afeto*” entre a neta e os avós. Tendo êxito essa aproximação, as técnicas não têm dúvidas que o melhor a se fazer seria a ida de Carolina para a casa dos avós.

Já a terceira técnica estava muito insegura com essa situação. Ela afirmou que, diferente das outras duas, ela não tem *confiança* nos avós e nem acredita que já tenha havido alguma relação de *afeto* entre eles e a neta, pois a criança demonstrava não reconhecer a ligação que possuía com eles. Podemos ver que há uma análise por parte dela sobre a falta do *vínculo* como a falta de *confiança* e também uma análise dos *afetos* da relação entre a criança e os avós. Além disso, mesmo tendo ficado muito abalada por ter sido *enganada* pela mãe, que em suas palavras foi *dissimulada* perante o processo todo de investigação, ela não vê questionamentos na *maternagem* dessa mãe, pois ela é “uma boa mãe com a Carolina”. Ela acha que a genitora mereceria a chance de “ser mãe, de cuidar”, mesmo nessa situação complicada. Porém, ela também não acha seguro colocar a guarda para a *genitora*, pois não pode assegurar que o bem-estar da criança iria ser preservado. Com o avanço das conversas, essa técnica me revelou que o que ela queria, como uma situação ideal, seria uma “parceria formal entre os avós e a mãe”, em que os avós se comprometeriam a deixar que a mãe tivesse contato com a Carolina; e que a mãe se comprometeria a aceitar o cuidado dos avós nesse momento, enquanto ela tenta se estabilizar em busca de retomar a guarda da filha. Ao tentar defender sua opinião para mim, essa técnica me informou que a mãe de Carolina é uma *cria do sistema*, pois foi uma criança e adolescente em acolhimento institucional, já que os pais dela eram dependentes químicos. Eu não possuía essa informação e ao meu espanto, essa técnica, então, me explicou que precisava reconhecer o *esforço* e a *vontade* que a mãe teve em manter o *vínculo* com essa filha. Pois, a *falta de estrutura* – seja

econômica, social ou psicológica – seria resultado de fatores externos às ações dela e, mesmo assim, nesse cenário conturbado, ela conseguiu *construir uma relação verdadeira de afeto* e parentesco com sua filha. Para essa técnica, os últimos acontecimentos não fizeram com que a mãe destruísse a relação de *afeto* que tem com Carolina, mesmo que isso, nesse cenário, não fosse o suficiente para mãe e filha poderem ficar juntas.

Esse caso nos mostra que há alguns conflitos de opiniões entre as técnicas acerca de quais laços devem ou não ser respeitados, dependendo de cada caso. O caso da família de origem da Carolina exemplifica isso, nos mostrando que há sujeitos que estão atualmente impossibilitados de realizar com eficiência o cuidado dos filhos por problemas externos à parentalidade, mas que possuem vínculos fortes de parentesco, baseados principalmente no *afeto*. Mas, mesmo apesar desses vínculos, não é seguro para a criança voltar ao convívio dessas pessoas.

Podemos ver que mesmo concordando com isso, alguns integrantes da equipe podem não querer deslegitimar essas parentalidades, pois ela é válida e muito importante na vida dessas redes familiares. Ainda assim, dentro da lógica que funciona o SAFA, a equipe tem de chegar a um acordo de qual direção tomar, definindo uma solução. No caso da Carolina, que ainda está em acolhimento, a decisão tomada foi a de investir no processo de aproximação da criança com os avós paternos, trazendo esses avós mais para perto do SAFA, reabrindo a “investigação de parentalidade” em busca de conseguir acumular evidências que ajudem a avaliar se estar com os avós é um cenário seguro para a criança. Por fim, a equipe pretendia estabelecer uma parceria entre os avós e a *genitora* para que possam mutuamente se ajudar em prol do bem-estar de Carolina, sendo auxiliados pelos investimentos de ajuda psicossocial com a *genitora* de Carolina.

Podemos perceber, então, que nas famílias de origem, o *afeto*, que para a equipe do SAFA é fundamental para estabelecer a relação de parentesco, e o *cuidado* que é tido pela equipe como determinante para garantir o bem-estar da criança, podem não estar presentes em um mesmo cenário. A *missão* da equipe

é perceber se o cenário dessa família de origem que está sendo investigada é um lugar *afetivo* ou não.

A questão do *cuidado* tem a ver com o juízo moral em torno de possuir ou não *afetos*, mas há uma relação que a própria equipe técnica desenvolve: em um mundo ideal, as relações de *afeto* estabelecidas proporcionariam o alicerce da construção de um cuidado moralmente aceito, resultando em uma relação familiar que protege o bem-estar da criança. Mas não é isso o que acontece no mundo desses sujeitos que são acompanhados pelo SAFA, o *afeto* nem sempre é o suficiente para validar esse cuidado e as relações familiares estabelecidas. Acredito que nos auxilia ao enxergar essa situação através do processo de investigação de parentalidade. Vendo a investigação de parentalidade como mais um dos braços que produzem as “narrativas hegemônicas” sobre as famílias que Claudia Fonseca (1999, 2006a, 2006b etc.) desenvolve, já que essas narrativas hegemônicas “governam nossa percepção de arranjos familiares, especialmente na área de políticas públicas para o atendimento a jovens e adolescentes abrigados” (FONSECA, 2006b, p.157).

3.2 Investigando parentalidades nas famílias acolhedoras

A dinâmica da equipe com as famílias acolhedoras se inicia com o interesse dessas pessoas que procuram o escritório para se inscreverem. Segundo a equipe, é preciso cumprir cinco requisitos iniciais para se tornar uma família acolhedora, são eles: “ser solidário; morar em Juiz de Fora; ter entre 21 e 65 anos; ter boa saúde física e mental; não fazer parte do cadastro de adoção; e, por fim, não ter antecedentes criminais”. Esses são os requisitos baseados na legislação do programa e que são determinantes para começar o programa. Se forem cumpridos, as famílias são aprovadas para começar o processo que as tornam aptas ao acolhimento. De certa forma, não há um discurso homogêneo de todas as integrantes da equipe sobre um “ideal” de família que seja totalmente

perfeita para ser uma família acolhedora, ou até mesmo, como observei, não há uma ideia concreta sobre o real papel das famílias acolhedoras.

Com esses “ideais” em aberto, a equipe acaba também desenvolvendo nesses primeiros contatos um processo de investigação de parentalidade para com esses sujeitos, semelhante ao realizado com as famílias de origem. A análise que autoriza ou não a participação dessa família no serviço, encaminhando o pedido para a Vara da Infância e da Juventude, é totalmente de responsabilidade da equipe do SAFA. Aprovar ou não uma família é uma questão muito delicada para essas profissionais, já que elas dependem desses sujeitos voluntários para realizar o acolhimento, mas, ao aprovar a participação desses sujeitos, a equipe também autoriza que eles sejam responsáveis pela guarda de crianças que muitas vezes estão em situações delicadas. O acolhimento tem de ser realizado para auxiliar essas crianças e não *criar mais problemas* nesse momento já conturbado, tendo em vista que a função da família acolhedora para as técnicas “não é só cuidar”. Nesse sentido, fica claro uma preocupação durante os primeiros acolhimentos de alguma nova família, pois elas estão sendo *testadas*. Após um momento de primeiro contato entre a equipe e uma família interessada em acolher, uma das técnicas me disse que elas têm de ter “o olho afiado para escolher, para ver essa família de todos os ângulos”, já que não podem correr o risco de que algo saia errado no acolhimento.

Esse processo de investigação para se conseguir a validação da equipe começa através do primeiro requisito inicial que mencionei agora a pouco: *ser solidário*. As técnicas destacam que precisam descobrir nesse momento de averiguação qual é a motivação dessas pessoas: “temos que saber o porquê a pessoa está fazendo isso, pois são crianças que dão trabalho!”. Nesse momento, a ideia de *ajudar* e de *caridade* são problematizadas pela equipe. Geralmente as famílias acolhedoras chegam querendo participar para *ajudar* essas crianças, isso tem a ver com o *ser solidário*. A equipe valida essa intenção, mesmo explicando que não é tão fácil assim esse processo de *ajuda*. Mas a grande questão para as técnicas é a ideia de *caridade*, pois para elas essa percepção atrapalha muito o processo. A equipe se propõe a “desconstruir esse conceito de caridade trazido por eles”. Há uma verificação de *afeto* e *vínculo* também aqui

que segue uma hierarquia, em que a solidariedade é vista como nobre, já a caridade não, ela é rechaçada.

Nesse sentido, os esforços das três técnicas nesse início se dão com o objetivo de validar a “atitude de solidariedade dessas pessoas”, mas investigando se a motivação por trás dessa atitude pode ser aceita ou não. Um dos exemplos que uma das técnicas deu foi de que a equipe tem de descobrir se os motivos são “filantrópicos” ou se esses sujeitos querem utilizar o serviço para “preencher os vazios dentro de suas próprias famílias”. Mesmo que a caridade seja um problema, atos de filantropia se mostram mais *seguros* do que os atos baseados nesses *vazios familiares*. Pelo que pude perceber, esses *vazios* aos quais se referem as técnicas tem a ver com pessoas que não tiveram filhos, que querem adotar, ou cujos filhos já são mais velhos e saíram de casa. De certa forma, o foco é nas relações afetivas e, portanto, a carência afetiva gerada por esses vazios são *afetos* malvistos para o desempenho de um possível *acolhimento saudável* das crianças por essas famílias voluntárias.

Mas, essa motivação para o acolhimento, mesmo que aceita para fins do funcionamento do serviço, é um constante questionamento informal da equipe. A psicóloga do serviço, por exemplo, diz não entender a real motivação das famílias acolhedoras, pois não é nada fácil se dispor a participar desse processo, que está em um dos momentos mais delicados de suas vidas. Na opinião profissional dela, as crianças estão passando por todo esse processo de retirada da família de origem e chegam na casa das famílias acolhedoras sem possuir o seu único vínculo da vida, que são os familiares/cuidadores de origem. Sem esse *vínculo* ela diz que a criança está “perdida, sem referência” e são as famílias acolhedoras que têm que lidar com isso. De repente, “vinte e quatro horas por dia, sem pausa!”. Por isso, para a psicóloga: “As famílias acolhedoras não sabem no que estão se metendo! Para elas está tudo bem, elas vão ajudar”, mas, na visão da profissional, essas crianças são, na maioria das vezes, *crianças destruídas*, sendo muito difícil realizar o cuidado delas. Mas, mesmo assim, as famílias acolhedoras continuam aceitando lidar com essas situações tão complexas, acolhendo novos casos.

Mesmo apesar das *dúvidas* iniciais sobre a *motivação* desses sujeitos para serem famílias acolhedoras, desde o começo do processo a equipe já possui uma visão positiva deles, um certo apreço por se disporem a receber essas crianças. Após serem aprovadas pela equipe e pelo Juizado, as famílias acolhedoras passam a estar aptas a acolher, dando início a uma nova dinâmica entre a equipe e esses sujeitos. Essa nova dinâmica se diferencia da anterior, pois nesse novo momento as famílias já possuem o reconhecimento de sua parentalidade como sendo *adequada* para acolher as crianças que estão prontas para fazer parte do serviço.

Aqui vale ressaltar que a equipe deixou claro para mim várias vezes que “renda alta não é um critério para ser uma família acolhedora, nem o arranjo familiar”. Os requisitos oficiais são aqueles estabelecidos anteriormente, o que não diz nada a respeito de renda ou *arranjo familiar*. O que me refiro ao reconhecimento dessa parentalidade através da investigação desenvolvida é que as técnicas tentam colher o maior número de *evidências* que comprove que esses sujeitos possam proporcionar um “ambiente seguro” junto ao seu núcleo familiar dentro de suas casas para que possam exercer todo o cuidado e auxílio que essa criança ou adolescente possa precisar durante o acolhimento.

Mesmo que não haja exigências de um perfil específico de estrutura familiar, atualmente todas as famílias acolhedoras cadastradas em Juiz de Fora possuem em sua composição “o marido” e “a esposa”. Não há nenhum homem ou mulher solteiros que desempenhem esse papel. A renda das famílias também é bem diversa, mas não há um controle ou levantamento da equipe sobre a questão da renda. Geralmente a equipe se refere ao “arranjo familiar” para falar sobre o modo pelo qual aquela família irá cuidar da criança, tendo em vista que elas têm a liberdade de ter babás, pedir ajuda para familiares e vizinhos para o cuidado da criança, entre outras atitudes, ou seja, o cuidado não tem de ser feito somente pelo “marido” e pela “esposa” cadastrados no serviço.

Quando iniciei o trabalho de campo, me recordo que a equipe me apresentou logo de cara os casos das crianças acolhidas e suas respectivas famílias acolhedoras para que eu pudesse associar os nomes com as pessoas,

pois eu deveria conhecer “todo mundo que visitamos”. As famílias acolhedoras, pelo menos oficialmente, possuem cada uma “dois responsáveis, que é o casal”. Fui apresentada então aos “nomes” das famílias, por exemplo, há a família acolhedora de “Andréia e Diego”, a família acolhedora de “Débora e Eric” e assim sucessivamente.

Essa espécie de nomeação das famílias acolhedoras que é feita pelas técnicas é feita de duas formas distintas. A primeira é a forma pela qual a maioria delas é nomeada, geralmente pelo nome da mulher. Então, por exemplo, quando é montado o cronograma semanal de visitas, nomeia-se assim: “Visita domiciliar para a FA (família acolhedora) Andréia”, ou “Visita domiciliar a FA Débora”, etc. Já a segunda forma, consiste em nomear utilizando o nome dos dois integrantes da família ou utilizar o “sobrenome”, como “Os Serafim”. Essa nomenclatura está presente no dia a dia do serviço, não somente nas anotações de organização das visitas. A equipe sempre se refere a cada família da forma como convencionaram nomeá-las, tanto nas conversas informais, como nos momentos de reuniões oficiais. Não sei como se dá essa escolha, pois quando cheguei em campo, todas as famílias acolhedoras já estavam “nomeadas”. Mas, fica claro nas visitas que a escolha de usar ou não o nome de um componente só da família ao invés do nome de todos os integrantes oficiais tem a ver com a presença ou não desses integrantes nas dinâmicas do acolhimento.

No dia a dia do serviço podemos perceber que em sua maioria são as mulheres que assumem sozinhas as responsabilidades, nas visitas da equipe, nas capacitações, no contato mais direto com as crianças, enfim, nas funções a serem cumpridas pela família acolhedora. A presença das mulheres é bem maior, tanto que alguns “nomes” dos homens de algumas famílias acolhedoras eu não consegui conhecer, mesmo já tendo visitado todas as casas dessas famílias inúmeras vezes. Porém, as exceções a esse padrão se destacam para a equipe, pois ao se depararem com uma família acolhedora em que o casal cadastrado se apresenta sempre com os dois juntos nas interações, cumprindo as funções do serviço de forma conjunta, elas nomeiam tal família de forma a reconhecer essa dinâmica e destacam algumas vezes a participação ativa desses integrantes. De certa forma, pude perceber que no dia a dia essa questão

influencia nas percepções e análises da equipe técnica sobre essas famílias. Mas, ao mesmo tempo, essa percepção por parte das técnicas não é uma questão definitiva, pois essa nomenclatura pode mudar (e geralmente muda) durante os processos de acolhimento. Podemos ver então que a nomenclatura também está ligada com as relações que se estabelecem entre essas famílias acolhedoras e os sujeitos.

Sobre o seu vínculo com as crianças e adolescentes acolhidos que estão nessas famílias acolhedoras, Laura frisa que não possui muito contato, já que sua atuação é mais distante da criança. Mas, como ela está presente nas visitas e no dia a dia, após a aproximação inicial – que pode ser conturbada – ela acredita que acaba sendo vista pelas crianças como uma tia legal igual as outras, se estabelecendo uma relação estável, mas não muito profunda.

Para falar de sua relação com as famílias acolhedoras, a assistente social Laura aponta que é de extrema importância a existência de um *vínculo* estabelecido entre as profissionais e essas famílias. A investigação da parentalidade também leva em conta os *vínculos* e *afetos* da equipe com esses sujeitos. Atualmente, ela acredita ter um *bom vínculo* com todas as famílias ativas, mas ressalta que esse bom vínculo profissional acaba gerando um *vínculo* pessoal.

Essas profissionais desenvolvem também seus próprios *vínculos* e *afetos* com as pessoas envolvidas no serviço e isso faz com que haja apreensão nas relações que se tornam mais pessoais. Há sempre a presença do temor de nessas relações não ser profissional o suficiente, não ser objetiva, não agir com a razão, não estar atuando como técnica. Laura destaca que acha importante estabelecer esse *vínculo* em todos os aspectos, porque as relações têm que ser harmoniosas nos dois âmbitos, o pessoal e o profissional, para que um não afete o outro. Mas, há um limite, pois para ela, durante a atuação profissional, todos os sujeitos precisam entender que ali é o *vínculo* do serviço e não o pessoal.

Os *afetos* e *vínculos* entre a equipe e as famílias são identificados geralmente como por meio de duas características principais: o *contato direto* e

constante e a *confiança*. A criação de uma relação entre a equipe e os sujeitos que possuem um contato constante, direto, sem *empecilhos* de horário, disponibilidade, ou até mesmo *vontade* de receber a equipe a qualquer hora do dia, é identificado por elas como um sucesso na construção do vínculo. São os sujeitos que a equipe sabe que pode telefonar a qualquer hora do dia para resolver qualquer problema, que sabe que consegue remanejar uma visita domiciliar pois a família está “disposta a ajudar realmente” o SAFA. Esse contato menos burocrático, que dura mais tempo do que os horários de visita semanais, geralmente cria uma relação que engloba coisas para fora do lado profissional, estabelecendo trocas mais forte entre os sujeitos, já que é uma relação de mão dupla. Por isso, as famílias também se sentem à vontade para ligar a qualquer hora, mesmo fora do horário comercial; para pedir para mudar o horário de visita, entre outras coisas.

Já a construção da *confiança* é mais complexa e está sempre sendo colocada em xeque através dos acontecimentos do acolhimento. Mas, a *confiança* é vista desde o início como um grande indicativo de como será a atuação da equipe com aqueles sujeitos. Há casos em que desde o início as profissionais dizem *não sentir confiança* ou *sentir confiança* em determinados sujeitos e então, durante as mudanças do cenário, essas relações foram se reconfigurando. Temos que lembrar que esses vínculos e *afetos* que vão sendo construídos nas relações da equipe com os sujeitos envolvidos no acolhimento são mediados pela preocupação constante de não prejudicar o trabalho, o “profissionalismo”, então elas precisam ser relações mais benéficas possível para o serviço, já que são relações intensas pelo contexto e podem ser afetadas muito facilmente.

Para Aurora, a sua relação com as famílias acolhedoras mostra uma grande necessidade de demarcar limites. Para ela, essa relação tem que ser definida como profissional, pois, muitas vezes, ela precisa fazer algumas cobranças que acabam gerando tensões. Por isso, se a relação não estiver bem definida e esclarecida por todas as partes, pode gerar conflito. Por se tratar de uma relação intensa em que o público invade o privado, pode haver grandes tensões que prejudiquem a vida das crianças acolhidas. Ela destaca que a

distinção entre relação pessoal e profissional precisa ser feita para que consigam conciliar as variadas nuances do dia a dia do acolhimento, pois, segundo ela, “[...] às vezes a gente vai ter que cobrar, às vezes a gente vai ter que dar um abraço, então vai variar de acordo com cada caso”. Mais uma vez destaco que há uma grande preocupação com as consequências de suas relações e atitudes com as famílias já que um erro ou acerto impacta de forma direta a vida desses sujeitos.

Selecionei a descrição de três famílias acolhedoras para que possamos compreender a dinâmica da análise da verificação de parentalidade por parte da equipe com esses sujeitos. Em primeiro lugar, vale destacar que duas dessas famílias são nomeadas somente com o nome da mulher e a outra é nomeada com o nome do casal. Trouxe essa diferença para que seja mais fácil entender como essa questão influencia nas percepções e análises da equipe técnica sobre essas famílias, mas para mostrar que também não são questões definitivas, pois essa nomenclatura pode mudar.

A “família acolhedora Débora”² é uma das famílias integrantes mais antigas do serviço. Ela até mesmo já realizou outros acolhimentos anteriores ao SAFA, que eram pertencentes a serviços que obedeciam a outras regras estabelecidas pelo município. Ao todo, Débora já acolhe crianças em sua casa desde 2013, por isso não sabe de cabeça a quantidade de crianças que já passou por lá, mas, segundo ela, lembra de cada uma delas e de suas “histórias de acolhimento”.

Entre um café e outro, ela me contou várias histórias recheadas de acontecimentos tristes e felizes que a fizeram se emocionar, fazendo com que minhas visitas a sua casa demorassem muito mais do que o usual das visitas domiciliares. Para Débora, mesmo que ela já tendo acolhido muitas crianças, isso não muda o fato de continuar sendo um processo muito complicado o ato

² Essa é a família acolhedora da criança Carolina que tratei no ponto anterior.

de cuidar dessas crianças. Isso se dá pelo fato de ao acolher, ela ter de tentar auxiliar durante o complexo processo de afastamento da família de origem, que muitas vezes ocasiona vários traumas para essa criança. É, por isso, que, segundo ela, ao final de cada acolhimento, ela sempre diz “chega”, diz que irá parar de “lidar com isso”, mas sempre acaba “pegando mais um”. Débora destaca que não entende por que ela e as outras famílias acolhedoras “continuam fazendo isso”, que elas “precisam mesmo ser estudadas porque é inexplicável”. De todas as famílias acolhedoras que teve contato, Débora é a única que admite essa dificuldade em relação a lidar com os “traumas da criança”. Essa preocupação pessoal tem consequências na forma como a equipe a enxerga, pois acreditam que ela “entende” melhor os problemas que podem ser encontrados em cada acolhimento.

A equipe do SAFA identifica a família acolhedora Débora como uma das “melhores” atualmente no serviço. Ela é bem-vista, pois conseguiu lidar com casos “complicados”, tendo já acolhido diversas crianças e não ter apresentado nenhum problema com relação a equipe ou com o acolhimento em si. Débora também, segundo a equipe, costuma se envolver muito afetivamente com os acolhimentos. As crianças sempre conseguem desenvolver relações de afetividade com ela e os outros integrantes de sua família, o que é considerado um grande êxito do processo de acolhimento do SAFA.

De certa forma, Débora, através de sua relação estável com a equipe, também consegue “manejar” as técnicas para, por exemplo, conseguir as informações que quer. Já realizei uma visita na casa de Débora em que fomos só eu e a psicóloga. Quando chegamos lá, Débora já se mostrou muito contente por ter um tempo “sozinha” com a profissional, já que, segundo a acolhedora, a psicóloga era a integrante da equipe que sempre “conversava abertamente” sobre o desenrolar do caso da criança que estava sendo acolhida. Já em outra visita, eu fui acompanhando somente a assistente social. Logo Débora indagou para a técnica: “Como estão realmente as coisas? Só você me conta de verdade! Me diz como está o ‘coração’ de vocês na decisão da guarda?”. Geralmente, as técnicas se sentem elogiadas, ficando felizes pela relação firme que construíram e acabam se abrindo mais nesses momentos, mesmo que todas as informações

oficiais devam ser, e são, compartilhadas com as famílias acolhedoras. Porém, o que Débora quer saber é como estão as coisas “não oficiais”, para se inteirar o máximo possível do caso.

Sobre o acolhimento em si e a falta do nome do marido de Débora na nomenclatura, podemos refletir a partir de algumas informações que obtive nas visitas domiciliares. O marido de Débora e seus filhos auxiliam no acolhimento, mas ele não está presente nas visitas e nem nos contatos diretos com a equipe por causa do trabalho. As técnicas dizem que quem decide as coisas é sempre Débora e o marido a apoia. Acredito ser por isso que a “nomeação” da família está no nome dela. A “nomeação” somente por meio do nome da mulher não é indicativa de uma “má” família ou uma visão negativa da equipe para esses sujeitos. Na verdade, me parece que essa nomeação é um grande reflexo da feminilização que é a realidade do acolhimento, para que as técnicas possam dar “nome” ao conceito de “família acolhedora”, ressaltando características sem um juízo de valor moral. Portanto, essa nomeação parece ser resultado da relação direta que se estabelece entre a equipe e a família acolhedora, por isso nas famílias em que os dois responsáveis (marido e mulher) são igualmente participativos, a equipe os nomeia com os dois nomes.

Então, essa é uma família que a equipe tenta sempre direcionar os casos de acolhimento visto por ela como mais “graves”. Essas são as famílias que nos termos das técnicas são designadas como: “as famílias que não dão trabalho”; “as famílias que pegam junto com a equipe”; “famílias que se resolvem”; entre outros termos. Esses termos são construídos em cima de critérios morais, tais como: de certo, de errado, de como deve ou não uma família se portar, entre outros. Pois, mesmo a equipe tendo uma visão ampla de família e reconhecendo as várias possibilidades de modelos familiares que encontram no SAFA, isso não inibe a existência de ideais morais de família, como vemos no uso desses termos sobre as famílias acolhedoras, isto é, de que há noções de famílias acolhedoras ideais ou não. Essa classificação também é parte do processo de investigação de parentalidade realizado pela equipe. Aqui, a análise se baseia para além de ser uma família que consegue ou não *dar afetos*, ela também é avaliada pela equipe em sua eficiência no desempenho da função de acolhimento.

Mais um exemplo dessas famílias acolhedoras consideradas ideais é a “família acolhedora Andréia e Diego”. Essa é uma família que está no seu primeiro acolhimento, mas a cada nova visita domiciliar ou contato telefônico que a equipe faz com eles, sempre há uma “boa novidade”. Eles estão acolhendo uma criança de um caso visto também como difícil, que já tinha ficado em outra família acolhedora antes, mas que teve que ser mudada de acolhimento. O casal participa ativamente das “tarefas” dadas pela equipe a eles, estando na maioria das vezes presentes os dois juntos nas visitas domiciliares. Eles levam voluntariamente a criança acolhida no escritório para a realização das visitas supervisionadas com os familiares de origem e até mesmo conseguiram uma bolsa de estudos em uma creche particular para que a criança frequentasse a mesma creche que a filha deles já frequentava.

A equipe no início do meu trabalho de campo sempre me avisou para prestar bastante atenção nas famílias que estão realizando o primeiro acolhimento, como é o caso de Andréia e Diego, porque a primeira experiência é sempre marcante para esses sujeitos. Mas, com Andréia e Diego, a equipe destaca ser um caso “atípico”, pois eles são realmente muito “proativos” e estão desenvolvendo o primeiro acolhimento de forma “muito eficiente”, sendo considerados uma “ótima nova família”, já que as novas famílias ainda são vistas com um pouco de desconfiança. Essa desconfiança também faz parte dessa avaliação moral das famílias acolhedoras. No caso de Andréia e Diego, as expectativas da equipe foram superadas pela proatividade do casal, que constantemente cumprem as “obrigações” como família acolhedora, praticamente sem nenhum auxílio da equipe.

Por fim, selecionei também a “família acolhedora Ester” a fim de ilustrar as avaliações de parentalidade no acolhimento. No meu primeiro dia de trabalho de campo, havia uma apreensão no ar, pois no final de semana anterior havia chegado um recém-nascido para acolhimento. A equipe precisava saber como tinha sido os primeiros momentos de convivência do bebê com a família acolhedora. Esse bebê foi recebido pela “família acolhedora Ester”, que já faz parte do SAFA há algum tempo. Ester conta com o auxílio de suas filhas adultas que ajudam no cuidado com a criança e de seu marido, que apesar de trabalhar

bastante, também tenta ajudar na rotina. Porém, como no caso da “família acolhedora Débora”, é Ester quem “toma as decisões” com o programa, por isso também acredito que tal nomeação também foi feita.

A primeira visita domiciliar que acompanhei até a casa de Ester foi para realizarmos a entrega de donativos e quem nos atendeu foi o marido que havia acabado de chegar do trabalho. Ester não apareceu para falar com a equipe, pois, segundo o marido, ela estava “ocupada cuidando do bebê”. A equipe não estranhou o comportamento, mas eu sim. Posteriormente, questionei isso às técnicas, que me relataram que Ester era “um pouco difícil de se lidar”, mas era uma “boa pessoa e cuida muito bem das crianças acolhidas”.

Ocorreu, então, a segunda visita. Antes de chegarmos na casa da família, a psicóloga pediu que a assistente social *comandasse* a visita e o diálogo com Ester, já que achava que ela não gostava muito dela, desviando das perguntas. Essa foi a visita que a minha presença foi mais questionada durante o trabalho de campo. Ester me perguntou várias vezes o que eu “fazia mesmo”, qual era o “motivo” de eu estar acompanhando a equipe e nenhuma de minhas respostas pareceu ser suficiente para ela. Essas perguntas ocorreram no meio da visita que estava acontecendo de forma diferente das anteriores que acompanhei. Houve momentos de real tensão entre a psicóloga e Ester, por exemplo, ao *examinar* o bebê, a psicóloga tinha o objetivo de verificar seus reflexos e tônus muscular, mas, mesmo conversando com a assistente social, Ester interferia nas ações realizadas com o bebê. Foi uma visita um pouco atípica e que no final gerou um silêncio da equipe, o que não era normal dentro do carro nas voltas ao escritório.

Com o passar dos dias, minhas relações em campo foram se estabelecendo e a psicóloga me explicou o “motivo” por trás da tensão entre ela e Ester naquela visita. Segundo a psicóloga, o último acolhimento de Ester também foi um recém-nascido, que ao final do processo foi encaminhado para a adoção. Foi nesse momento que as coisas começaram a dificultar entre a equipe e Ester, pois o processo de adoção se deu de forma rápida, logo indicando um primeiro casal interessado na criança. Esse casal realizou a aproximação com o

bebê, mas Ester começou a ser contra esse processo, elencando vários “defeitos” do casal. Por fim, o casal desistiu da adoção do bebê. Foi, então, que Ester disse à equipe do SAFA que ela mesma desejava adotar a criança, o que não é permitido pelas regras do serviço. Esse foi um momento delicado, pois, segundo a psicóloga, Ester sabia que não podia adotar o bebê, mas “a cabeça pensa e o coração sente”. Ela não podia controlar o desejo de querer continuar convivendo com a criança.

Essa é uma reação vista por essa técnica como “natural”, pois mesmo que não haja o desejo de adoção, a maioria das famílias acolhedoras deseja “manter contato” com a criança acolhida. Segundo a psicóloga, o problema foi que Ester *não deu conta* de pensar em se separar do outro bebê, não bastava para ela manter algum tipo de contato posterior com a criança, ela não queria abrir mão do cuidado para outra pessoa. Foi, então, que a psicóloga foi a responsável por ser a *malvada* da equipe, tendo uma “discussão séria” com Ester e sua rede familiar, indicando que se ela continuasse com essa atitude, iriam tirar o bebê de sua casa para que pudesse ser feito o processo de aproximação para a adoção de forma efetiva. Para a psicóloga, Ester precisava desse *sacode*, mas ficou muito “brava e magoada” com a equipe. A criança logo foi adotada por um novo casal. Por causa dessa situação, que ainda é um pouco recente, a psicóloga me afirmou que não queria que esse novo bebê fosse acolhido por ela, pois achava que Ester ainda não estava pronta para um novo acolhimento. Mas, como não tinham outras opções, ela foi consultada pela equipe e aceitou de modo imediato o acolhimento. Ester não foi descrita como uma das melhores famílias, como foi o caso das outras que selecionei aqui. Ela não foi classificada como uma família que *não dá trabalho*. Mas, também, não foi classificada como uma *péssima família*, pois além dessa questão anterior, não havia nenhuma outra queixa ou posição da equipe que a classificasse como uma família acolhedora ruim.

Observando essa situação podemos ver que, na análise das técnicas, os *vínculos* e *afetos* entre as famílias acolhedoras e as crianças são importantes e esperados, mas eles não podem ser vistos como duradouros e profundos, já que a situação é provisória. Há um tipo de *vínculo* e *afeto* que é valorizado como ideal nessa relação, já que o apego extremo como o caso de Ester não é bem-

visto. As famílias precisam construir relações de *afeto* com essas crianças, mas não podem se sentir como mães/pais/irmãos da criança. O vínculo entre as crianças e as famílias acolhedora é importante para desenvolver a relação dentro do acolhimento, ele tem de ser baseado no *afeto*, pois é uma das coisas que essas crianças e adolescentes estão mais precisando no momento. Mas esse *afeto* e *vínculo* não podem ser confundidos como um vínculo oficial de parentalidade, já que o acolhimento é provisório e não é possível uma adoção. Há um grande problema para a equipe quando esse *vínculo* começa a se estabelecer como uma espécie real de parentalidade, como vi acontecer quando começam a chamar de pai/mãe; quando a família acolhedora tenta impedir adoção. Isso tem de ser resolvido rápido para que não tome maiores proporções e afete o bem-estar da criança, geralmente a solução é a troca da família acolhedora responsável pela criança.

Podemos ver que no processo de investigação da parentalidade há dois tipos de avaliação moral feita pela equipe, pois uma é direcionada as famílias de origem e outra é direcionada às famílias acolhedoras. Pude ver que os dramas da família de origem me foram apresentados assim que eu cheguei em campo. Mesmo quando se trata de situações mais delicadas, a equipe fala abertamente sobre o assunto. Porém, quando chegamos em determinados assuntos relacionados a uma família acolhedora, há uma dificuldade de tratar do assunto. As dificuldades entre a equipe e as famílias acolhedoras são vistas como ineficiências do próprio serviço do SAFA, pois, afinal, as famílias acolhedoras estão prestando um serviço. Nesse sentido, voltemos à questão da parceria entre o estado e essas famílias, que é feita visando realizar esse acolhimento de forma eficaz. A família acolhedora é uma espécie de funcionária do estado, então, reconhecer as falhas delas é reconhecer as falhas do estado, é indicar que o serviço da equipe do SAFA não está sendo desempenhado com excelência.

Além disso, mesmo esse episódio com a família acolhedora Ester sendo uma situação bem crítica para o serviço, avaliado como algo que não deveria ocorrer e ainda poderia colocar em risco o bem-estar da criança, a análise da equipe continua sendo que essa família acolhedora está apta para acolher. Tanto

que Ester voltou a acolher novamente, sem ter acontecido nenhuma outra investigação ou análise da família em si. Mesmo que haja uma certa desconfiança nesse novo acolhimento, a “família acolhedora Ester” ainda é vista como apta para o serviço e os “problemas” ocorridos com ela não invalidam suas qualidades, pois como já mencionado anteriormente, ela é uma “boa pessoa e cuida muito bem das crianças acolhidas”.

Nesse sentido, podemos perceber que as estruturas de parentesco das famílias acolhedoras e seus “jeitos” (FERNANDES, 2011) de cuidado já possuem a validação necessária feita anteriormente pela própria análise da equipe do SAFA. Porém, essa validação prévia não exclui a equipe de continuar com os ideais de família acolhedora, pois eles já estão aprovados, mas o que importa para a equipe é o desempenho dessas famílias. A eficácia de cada família acolhedora é primordial, pois ela é resultado da eficácia da própria equipe.

Há uma avaliação moral dessas famílias acolhedoras, pois a equipe no geral acredita haver nessas famílias já selecionadas uma espécie de naturalização da qualidade dessa rede familiar. A equipe pouco tensiona as dinâmicas individuais dessas famílias, pois elas já são vistas como realmente acolhedoras, são *afetivas* por excelência. Portanto, apesar das questões que se apresentem, se elas continuarem sendo um local seguro, protegendo, cuidando, dando apoio para essas crianças e auxiliando na *reconstrução* desses sujeitos que estão passando por esse momento tão delicado na vida, elas serão vistas como boas famílias acolhedoras.

Todas essas *funções* são *treinadas, lembradas e construídas* constantemente nas capacitações mensais realizadas pela equipe técnica e que conta com a presença de todas as famílias acolhedoras. Um dos lemas, não só dessas reuniões, como de toda a divulgação feita do serviço é o seguinte trecho do poema “Saber Viver”, que é retirado do primeiro livro publicado por Cora Coralina: “Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.” (CORALINA, 2014).

FIGURA 7 – CARTAZ SAFA JUIZ DE FORA

Família
ACOLHEDORA

"Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove".
- Cora Coralina

Ser acolhida provisoriamente por outra família é essencial para uma criança que precisa ser afastada de seu ambiente familiar.

Seja uma Família Acolhedora

(32) 30319302

JF Prefeitura Secretaria de Desenvolvimento Social

ADRA BRASIL

AGÊNCIA ADVERTÍCIA DE DESEMPENHO E RECURSOS ASSISTENCIAIS

 The image is a vertical poster with a light grey top half and a red bottom half. At the top, the word 'Família' is written in a red cursive font, followed by 'ACOLHEDORA' in a bold, dark red sans-serif font. Below this is a quote in black text by Cora Coralina. A vertical line on the left side of the middle section contains the text 'Ser acolhida provisoriamente por outra família é essencial para uma criança que precisa ser afastada de seu ambiente familiar.' To the right of this text is an illustration of a woman with short brown hair hugging a man with dark hair from behind. The bottom half of the poster has a red background with faint icons of various objects like a house, a car, a book, and a lightbulb. It features the text 'Seja uma Família Acolhedora' in a white cursive font, a white telephone handset icon, and the phone number '(32) 30319302'. At the bottom left are the logos for 'JF Prefeitura' and 'Secretaria de Desenvolvimento Social'. At the bottom center is the logo for 'ADRA BRASIL'. At the bottom right is the logo for 'AGÊNCIA ADVERTÍCIA DE DESEMPENHO E RECURSOS ASSISTENCIAIS'.

Fonte: acervo de divulgação do SAFA de Juiz de Fora (2020)

Esse é o principal cartaz de divulgação oficial do SAFA. A citação de Cora Coralina, no topo do cartaz, é usada em vários momentos do serviço:

apresentação em locais públicos, primeiro contato com os candidatos à família acolhedora, nas capacitações, nas entrevistas à imprensa etc. É um dos lemas que norteiam como deve ser o serviço prestado pelas famílias acolhedoras, em que *basta ser*, todas essas características selecionadas, para poder ser compreendida como uma família acolhedora. Ao ser apresentada essa citação, a equipe sempre se refere à *necessidade* dessas crianças encontrarem pessoas dispostas a “serem” isso, é “sendo” essas coisas ideais, que se é uma ótima família acolhedora.

FIGURA 8 – CARTAZ SAFA NACIONAL



Fonte: acervo de divulgação do SAFA de Juiz de Fora (2020)

Já esse segundo cartaz também é utilizado em divulgações pelo SAFA de Juiz de Fora. Mas vale destacar que essa mesma imagem e frase são utilizadas por SAFAS de outros municípios e estados do Brasil. Segundo as técnicas, o cartaz era utilizado pela primeira equipe que iniciou o serviço na cidade. A imagem é utilizada para que o serviço consiga atrair mais voluntários que possam ser famílias acolhedoras. A ideia de acolher *provisoriamente* durante a tempestade é o ponto chave de divulgação. Até mesmo em reportagens em jornais da cidade, podemos ver que é utilizado a ideia de que algumas crianças precisam de uma família temporária, que seria a família acolhedora, tal como um guarda-chuva na tempestade.

Podemos ver que há um destaque no cartaz ao caráter de ser um momento *transitório* para todos os sujeitos envolvidos, incluindo aqueles que ajudam. Essa ideia destacada é algo que é trazido desde a legislação que define o serviço. Até mesmo o trabalho da equipe do SAFA é desempenhado e apresentado por eles mesmos como algo provisório e transitório. Relembremos também que a base das orientações iniciais que passam aos familiares de origem é de que esse é um *momento provisório*, sendo necessário um “empenho nessa transição” para que as coisas voltem “ao normal”.

Mas, temos que nos lembrar que esse “normal” não é necessariamente o “passado”, a vida não pode voltar a ser o que era antes. Isso porque geralmente os familiares têm de solucionar os problemas anteriormente vividos para que a criança volte ao seu contexto de origem. Além disso, a rotina continuará com a presença da equipe acompanhando-os, mesmo após a volta da criança, pois há uma verificação constante para *checar* se está “indo tudo bem” com a família. O impacto desse momento provisório tem impactado tanto nas famílias de origem quanto nas famílias acolhedoras.

3.3 Cuidando e Investigando Parentalidades

As famílias acolhedoras, as famílias de origem e as crianças e adolescentes acolhidos se encontram em um momento de liminaridade entre o passado, o presente e o futuro, pois suas estruturas de parentesco e rotinas diárias estão sendo alteradas e suspensas. Ao fazer parte do SAFA, há a construção de uma nova dinâmica de convívio familiar que se dá no momento presente – seja com o afastamento da criança para as famílias de origem ou a introdução de uma criança nova na família acolhedora. Mas, ao mesmo tempo que vivem essa influência no presente, o processo desenvolvido pelo SAFA também analisa, questiona e reflete sobre o passado dessas famílias. Tudo isso com o objetivo de que a equipe e esses sujeitos possam, em conjunto, desenvolver um novo cenário para o futuro: um novo momento em que o bem-estar da criança esteja preservado.

Acredito que temos que reconhecer o grande impacto do acolhimento no SAFA ser um momento transitório, liminar e de suspensão na vida desses sujeitos. Desde o início do meu trabalho de campo tive a impressão de ver em cada caso o desenrolar de um “rito de passagem”, mas não fielmente como a antropologia nos traz através dos inúmeros trabalhos sobre rituais e suas complexidades. Com isso em mente, tentei me debruçar nesse debate algumas vezes, tentando dissolver o meu incômodo de “ver” algo de ritual no acolhimento do SAFA.

Foi quando enxerguei que o meu incômodo se dava, justamente, por esse ser um momento sem definição na vida desses sujeitos. Não é o começo, não é o meio e nem o fim de nada, é um momento de suspensão na vida desses sujeitos. Sendo assim, acredito que meu questionamento acerca de qual o lugar dessas pessoas durante o acolhimento pode ser melhor compreendido com o auxílio de Victor Turner (1974) e sua ideia de liminaridade. De forma simplificada, destaco que Turner diz que a liminaridade são “passagens liminares e “liminares” (pessoas em passagem) que não estão aqui nem lá, são um grau intermediário.” (TURNER, 1974, p.5). É um momento que fica na margem dos ritos de

passagem. Posteriormente, essa noção foi estendida pelo autor para fora dos rituais clássicos, porém, mesmo assim não abrange literalmente o que vemos aqui no SAFA.

Mas, para nossa pesquisa, acredito ser relevante pensarmos com a ideia do autor de que há na estrutura social uma possibilidade de lugar de liminaridade, em que os sujeitos estão passando por um processo transitório, estando de fora de suas posições sociais que ocupavam anteriormente. Eles estão ocupando um lugar indefinido que está sendo reelaborado. São sujeitos que estão temporariamente fora da estrutura social, até mesmo podendo ser visto como um lugar de “morte” para, depois, acessarem um novo lugar fazendo parte novamente da estrutura social.

Como vejo isso no SAFA? Vejo justamente no meu incômodo com os novos e velhos “papéis” produzidos durante o acolhimento. Essa criança/adolescente está sendo “filho(a)” de quem? Ela vai voltar a ser filha de sua família de origem? A família de origem com a mãe, o pai, vai poder voltar a ser uma família? Eles vão poder voltar a ser mãe e pai desses sujeitos? A família acolhedora vai voltar a não ter “filhos” em sua casa? Qual é o lugar que essa criança/adolescente acolhida está ocupando durante o acolhimento e qual será o lugar que irá ocupar com o fim do acolhimento? São essas e várias outras perguntas que aparecem ao olharmos para essa transição de papéis sociais que extrapolam a noção de tempo presente, passado e futuro. O acolhimento temporário gera um momento em que não conseguimos categorizar esses sujeitos, identificar seus papéis que estão em plena suspensão, reconstrução e construção de novos atributos.

Além disso, a ideia de um momento provisório também reflete com questões na própria equipe. No dia a dia, há inúmeras conversas entre as técnicas de casos de acolhimento antigos, mas que atualmente não se sabe mais *notícias*, pois a equipe não teve mais contato com a criança e/ou com as famílias de origem ou substitutas. Em alguns momentos, podemos perceber que há uma lembrança de que as técnicas precisam ser profissionais e não se *apegar*, pois as relações são temporárias. No entanto, muitos são os casos em que as

profissionais da equipe acabam criando relações pessoais com os sujeitos e continuam tendo contato de maneira informal e pessoal.

Essa mesma questão da transição e suspensão do cotidiano também afeta as famílias acolhedoras. Ao adicionar novos membros em sua rede familiar (as crianças acolhidas), muda-se não somente o número de moradores da casa, pois antes essas famílias eram integradas, por exemplo, por um casal e um filho. Mas, também, muda-se a dinâmica da casa, pois as pessoas se dispõem a receber uma criança e a se responsabilizarem pela guarda legal e socialmente, atuando como “figuras familiares” de modo temporário, não é só o cuidado. Nessa situação, a vida desses familiares se modifica em seu mais banal cotidiano, com a presença de mais um integrante, tendo em vista que a dinâmica da intimidade e até mesmo da vida pública se altera.

Nas famílias acolhedoras, as crianças estão precisando de uma família ideal para se recuperar, são as famílias que devem ajudar. Já nas famílias de origem, as famílias são as que têm que ser ajudadas, para que se adequem e possam voltar a exercer a função de cuidado de suas próprias crianças. As famílias de origem precisam de ajuda para que suas crianças não precisem mais da ajuda de outras famílias.

No processo de investigação de parentalidade, a equipe do SAFA constrói uma avaliação moral das famílias de origem para realizar uma espécie de diagnóstico de parentalidade. É através das evidências encontradas pela investigação que a equipe diz ao juiz se esses sujeitos são “bom pai”, “boa mãe”, se há uma “rede familiar adequada” para indicarem se a criança deve ou não sair do acolhimento. Já nas famílias acolhedoras, o processo de investigação de parentalidade é feito com mais intensidade no primeiro momento, para juntar evidências que comprovem a aptidão desses sujeitos para participarem do projeto. Após estarem aptos a acolher – e já sendo uma família acolhedora oficialmente – mesmo que haja uma *desconfiança inicial*, em que a equipe *testa* esses sujeitos para ver como estão se saindo na função, há uma consideração geral de reconhecimento dessa rede familiar como boa e uma *afinidade* decorrente da livre vontade desses sujeitos em acolher essas crianças. As

avaliações dessas famílias acolhedoras continuam sendo construídas, mas diferente dos critérios das famílias de origem, aqui a equipe dimensiona as famílias como mais ou menos eficientes no modo pelo qual estão desempenhando sua função de cuidado dentro do SAFA.

Tendo em vista este cenário, as percepções da equipe técnica do SAFA acerca das famílias de origem e das famílias acolhedoras não são estáticas, elas variam conforme os *casos*. Baseados na *questão do afeto* que aparece constantemente na fala dessas profissionais, cada caso é visto de acordo com como ou quanto essa criança está com sua afetividade fraturada nessa família de origem. Essa criança, então, irá para uma família acolhedora, que também será vista pela equipe na sua capacidade de ajudar nessa espécie de tratamento que visa solucionar essa afetividade fraturada.

A equipe, visando o “bem-estar” da criança, tem como objetivo pegar esses *afetos fraturados*, *afetos mal desenvolvidos*, *afetos arrefecidos* que norteiam a relação de parentesco da criança, visando desenvolver uma reconstrução desses *afetos*. É colocando a criança em uma família vista como ideal (família acolhedora), família essa que consegue *dar conta do recado* e, portanto, consegue dar *afetos* para essa criança, que o SAFA trabalha no primeiro momento. Juntamente a isso, a equipe técnica tenta dar conta de ajudar a família de origem a reconstruir esses *afetos* para com a criança. A equipe faz uma mensuração dos afetos entre esses sujeitos, o que acaba fazendo com que valorizem moralmente essas relações de parentesco.

Mas, é importante lembrar que há casos, como já vimos anteriormente, em que *afeto* não é suficiente para garantir o bem-estar da criança com a sua família de origem. Então, nem essa reconstrução proposta pode ser a solução. Portanto, com a família de origem, além de auxiliar nas fraturas presentes nas relações de afetividade, é também trabalho da equipe *reestruturar* essas famílias de modo a garantir condições mínimas de sobrevivência, que garantam o bem-estar da criança.

Para conseguir executar tudo isso, o trabalho da equipe do SAFA opera até o final nessa estrutura de investigação de parentalidade, seja da família ideal a ser acolhedora – para auxiliar essa criança de forma mais eficiente possível – seja na tentativa de melhor conhecer a família de origem, para torná-la ideal ao retorno da criança. Até o último momento de acolhimento de uma criança, a equipe está coletando evidências sobre essas redes de parentesco. As visitas constantes não acabam com o fim do acolhimento, as crianças que retornam à família de origem ou vão para família extensa, continuam recebendo visitas regulares da equipe, que tem de continuar a realizar esse acompanhamento até quando o juiz do caso estiver satisfeito com as *evidências* apresentadas pela equipe em seus relatórios e decidir que não é mais necessário o *acompanhamento* do SAFA.

Por fim, vale ressaltar que esse processo que chamei de “investigação de parentalidade” é o modo pelo qual a equipe técnica se articula para colocar em prática o SAFA. É pensando nessa dinâmica de investigação realizada pela equipe que consigo também perceber os diversos sentidos de família, parentesco e infância que são mobilizados constantemente no dia a dia do escritório. Todos os sujeitos que acompanhei no campo podem ser vistos dentro desse processo de investigação. É através de todas as etapas dessa “investigação” que as técnicas também têm que desenvolver suas ações profissionais, seja como psicóloga, como assistente social ou como “coordenadora”. Isso se dá, pois, operam em conjunto de forma a dar conta de todas as funções que o acolhimento em família acolhedora requer delas, já que é através desses processos constantes de investigação que o serviço opera no dia a dia.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, acompanhei a equipe técnica do SAFA de Juiz de Fora para pensar sobre a experiência desse novo tipo de acolhimento de crianças e adolescentes feito em famílias acolhedoras. Quando criamos um projeto de pesquisa, idealizamos um caminho mais reto possível, planejamos caminhar por ele e chegar ao final com as nossas respostas. Mesmo as intercorrências sendo mais comum do que prevemos quando somos estudantes, o impacto delas são imprevisíveis. O SAFA era um objeto de pesquisa desconhecido por mim, o maior impacto com certeza foi a covid-19 e tudo o que ela trouxe junto. Mas o caminho da pesquisa me levou a um novo lugar, fazendo com que novas perguntas fossem feitas.

Desde o início desse texto há um esforço para apresentar da forma mais clara como se dá esse acolhimento, já que além de novo, para funcionar ele precisa de diferentes sujeitos e ambientes que precisam se articular em conjunto. Nesse sentido, apesar de pensarmos a experiência desse acolhimento para todos esses sujeitos envolvidos, fomos levados não somente pela entrada em campo e os desafios de continuar o trabalho remoto, mas como também pelo nosso próprio objeto, a refletir sobre como é construído o acolhimento dessas crianças.

Em outras palavras, ao tentar entender o SAFA, observamos a construção pela equipe técnica do serviço de um complexo sistema de cuidado de crianças e adolescentes que de conta de um momento delicado como é a necessidade de um acolhimento. É um ambiente plural que não dá para ser tratado como único ou ideal, por isso não tentamos aqui trazer respostas de qual seria a forma ideal de acolhimento, de indicar erros ou acertos vistos no caso de Juiz de Fora. Por isso procuramos apresentar como as diferentes vozes, experiências e ações desenvolvidas no dia a dia produzem esse cenário específico de cuidados de crianças. Percebemos desde o início que a cada dia no escritório, nova visita

domiciliar ou relatório que eu lia aparecia sempre uma novidade, uma nova história, um novo interesse. Portanto, ao escolher as curvas no caminho que foram trazidas aqui, construímos uma estrada que nos trouxe a pensar sobre a como se dava o “cuidar de crianças e investigar parentalidades”.

O primeiro capítulo, “O processo de acolher”, foi elaborado para mostrar que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é fruto de um novo contexto que se dá a partir da Constituição de 88. O SAFA se difere do acolhimento “tradicional”, que era feita em sua grande maioria através das instituições conhecidas como abrigos. Essa mudança, que é fruto em especial da legislação, se dá amparada em uma contribuição interdisciplinar, que conta com apontamos sobre a problemática do acolhimento para o desenvolvimento da criança e do adolescente pela psicologia, além dos estudos sociológicos-antropológicos.

Analisamos as mudanças que construiriam essa política pública de intervenção social. Nesse contexto, o SAFA surge como um grande diferencial, o de proporcionar um atendimento individualizado que resolveria a maioria dos problemas da institucionalização de crianças, além de promover o direito a convivência familiar. O acolhimento era visto como nocivo para as crianças e adolescentes, mas necessário para proteção. Portanto, era uma grande necessidade tentar minimizar os problemas desse momento.

Identificamos que uma das grandes marcas desse novo serviço é que o estado precisa contar com o auxílio da sociedade civil, as famílias acolhedoras para acolher essas crianças e adolescentes. Há uma parceria entre o estado e pessoas comuns, famílias que estejam dispostas a *ser acolhedoras*, que ajudam a colocar o serviço em prática. Concluímos então que o SAFA é um serviço de intervenção social que atua para proporcionar o cuidado e acolhimento de crianças e adolescentes que estão afastados de suas famílias de origem sobre ordem de uma “medida de proteção”. Para isso, o serviço mobiliza outras famílias, que são consideradas “acolhedoras” após conseguirem um “selo” de aprovação da equipe técnica e judiciário que determina que elas são capazes de cuidar e proteger essas crianças. Constatamos em nosso campo, nas famílias

acolhedoras, que elas se tornam uma família que serve tanto para cuidar, acolher, quanto para servir de exemplo para aquela família de origem ou extensa.

Se no capítulo anterior percorremos um caminho histórico, enfatizando as legislações que foram germen do SAFA, o segundo capítulo se fundamentou principalmente em nossa participação observante e nas entrevistas realizadas. Sendo assim, o capítulo dois, chamado “O serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em Juiz de Fora”, pode ser resumido na tentativa de responder duas perguntas que se articulam: por um lado, o que é o SAFA de Juiz de Fora? e, por outro lado, quem são as técnicas do SAFA em Juiz de Fora?. Esses questionamentos e essa articulação se deram por conta dos seguintes pontos que merecem ser destacados nessas considerações finais.

A primeira questão é que a minha observação participante teve início antes da pandemia. Portanto, além de conseguir acompanhar o dia a dia daqueles que fazem parte do SAFA em Juiz de Fora, fui considerada como parte de tal equipe pelos diferentes sujeitos envolvidos no acolhimento. Desta forma, primeiramente busquei contextualizar como se deu minha entrada na pesquisa, impressões iniciais dessa experiência, o espaço físico onde se deu, além da rotina vivenciada por mim, junto com a equipe do SAFA. Já que isso é fundamental para tentar entender a estrutura criada pelo serviço.

Porém, outro cenário se fez presente, o da pandemia da covid-19. O início da pandemia se deu em meio a este trabalho em campo, que, assim como grande parte das esferas de nossa vida, teve que se adaptar. Sendo assim, nossa observação participante contou com a importante complementação das entrevistas remotas das técnicas. A necessidade da entrevista individual já tinha aparecido antes da pandemia, mas com a questão do trabalho remoto as entrevistas auxiliaram a manter o vínculo com as interlocutoras, fazendo com que tivéssemos acesso a informações que estavam sendo mais restritas no primeiro momento de incertezas da pandemia. Nas entrevistas, essas mulheres revisitaram suas trajetórias pessoais e profissionais, produzindo suas narrativas a respeito de como “chegaram até aqui”. Ao (re)construir suas histórias, elas

elencam elementos que dão sentido a suas vivências e corroboram com suas vidas atuais. Isso se destaca também pois antes mesmo dessa mudança de cenário, já havíamos observados os papéis essenciais das três mulheres que formam a equipe técnica do SAFA. Elas são, como afirmamos com Valente(2014), as “operadoras do direito”.

Deste modo, o capítulo traz também uma perspectiva interacionista da ideia de carreiras, buscamos pensar o dia a dia dessas mulheres e desse serviço, analisando o caminho que levou esses indivíduos até o SAFA. A partir de nosso trabalho de campo e das entrevistas remotas, objetivamos analisar as trajetórias dessas mulheres, que não máquinas em busca de apenas cumprir a lei que rege o SAFA. Além disso, realizamos uma comparação daquilo que nos foi dado pelas técnicas.

Essa comparação fez com que encontrássemos importantes questões que refletem em como é gerido o SAFA em juiz de fora. Encontramos entre as três algumas semelhanças em suas trajetórias, como a necessidade de um duplo emprego pelo baixo reconhecimento profissional; e também diferenças, como a presente no conflito entre áreas, psicologia, de um lado, serviço social, de outro. Algumas dessas informações nos auxiliam a entender alguns casos e condutas que são mostrados no próximo capítulo. Por fim, acredito que a ideia de “projeto” desenvolvida por Velho (2003) nos ajude a fechar a reflexão de que além de existir nessas trajetórias destrinchadas em nossa pesquisa uma mudança constante ao longo do tempo, não podemos perder de vista que “[...] as pessoas mudam através de seus projetos” (VELHO, 2003, p.48) e com o trabalhar no SAFA, que para as três impactou continuamente seus projetos.

Por fim, o capítulo três, “Investigando Parentalidades”, é onde desenvolvo a ideia da presença dentro do SAFA de um processo de investigação da parentalidade. Nesse sistema criado para prover o cuidado para essas crianças e adolescentes, a equipe técnica do serviço em Juiz de Fora precisa atuar de forma a além de prover o cuidado, como elas mesmo dizem “decidir a vida” deles. Essas três mulheres tem o poder de decidir se a criança continua em acolhimento, se volta para a família de origem ou se vai para a adoção, e isso

de modo geral é o que mais as preocupa. Mesmo que necessite da aprovação do Juiz responsável, quem é responsável pela análise e por “indicar” com base nas “evidências” encontradas são as três: uma psicóloga, uma assistente social e uma coordenadora/assistente social. Elas mesmo questionam a necessidade de não “serem formadas para isso”, de não possuírem formação jurídica, mas mesmo assim serem responsáveis por algo tão importante como é as decisões do acolhimento. Segundo elas, não são decisões que podem ser baseadas somente no lado “técnico” das duas áreas (psicologia e serviço social), por isso são momentos cheios de tensão.

O *modus operandi* da equipe durante o dia a dia envolve uma necessidade recorrente de se acumular informações que sirvam como fundamentos, uma espécie de acumulação de *indícios*, *indicativos* e *sinais* que auxiliam as profissionais em suas análises psicossociais para, assim, tomarem suas decisões. Por isso idealizei o conceito de “investigação de parentalidade” para dar conta desse processo, que acontece tanto nas análises das famílias de origem e extensa, quanto com as famílias acolhedoras. É um termo que foi pensado para problematizar esse processo desenvolvido durante o acolhimento, pois ele afeta todos os sujeitos envolvidos no SAFA, até mesmo as três responsáveis técnicas.

Através da análise desse processo de investigação, podemos ver que a equipe constrói uma avaliação moral das famílias, tanto de origem como acolhedoras. O objetivo é diferente para cada uma: nas famílias de origem a avaliação tem como objetivo realizar uma espécie de diagnóstico de parentalidade, de forma a validar a existência ou não dessa relação, auxiliando assim a decisão da volta da criança ou adolescente para casa. Já com as famílias acolhedoras, há uma avaliação de que essas famílias estejam aptas para acolher, validando a parentalidade desses sujeitos como adequados a receber e cuidar dessas crianças que necessitam do acolhimento. São dois processos de investigação diferentes, mas que mostram dois lados diferentes da mesma moeda, nos auxiliando a ver as diferentes formas que o tema do parentesco aparece nesse contexto social específico.

Destacamos que também entendemos que esse processo de investigação de parentalidade não é linear e nem foi também oficialmente estruturado pela equipe, mas ele se apresenta de forma constante em todas as dinâmicas do serviço. Já que temos que lembrar que esse processo acontece dentro de relações complexas de cuidado criadas pelo cenário de acolhimento dessas crianças e adolescentes. Compreendemos então que há uma centralidade muito importante para o desenvolvimento dessa rede de cuidados: as *relações de afetividade* e o *estabelecimento de vínculos*. Vale lembrar que esses são termos criados pela própria equipe técnica, de forma a criar um parâmetro para a validação de diferentes estruturas de parentesco encontradas por elas durante os acolhimentos.

As relações de *afeto* e *vínculo* se mostraram muito importante nesse cenário, tendo em vista que elas também influenciam na relação que a equipe técnica tem com esses sujeitos, já que tanto com as famílias acolhedoras quanto com as famílias de origem há uma necessidade pelo próprio dia a dia e característica do serviço de se estabelecer relações sólidas que tragam *confiança* para os envolvidos. Se estabelece então que o parentesco só é realmente efetivado através da produção de *relações de afetividade* e de *vínculos* entre os sujeitos. Portanto, a investigação de parentalidade trata-se do processo pelo qual a equipe averigua as relações de *afeto* e *vínculo* entre as famílias e as crianças e adolescentes. São os *afetos* e os *vínculos* que aparecem durante o processo de acolhimento que são mensurados, analisados e comparados pela equipe através dessa investigação.

Ao fim de um trabalho, que se deu em boa parte em uma pandemia, o sentimento de inacabamento se dá muito mais do que já estamos acostumados. Porém, não podemos deixar que esse sentimento encubra um outro significado desta mesma palavra, inacabamento, que encontrei na rotina da observação participativa, em cada visita, em cada conversa, em cada nova descoberta. De fato, a cada nova resposta, várias novas perguntas surgiam. O SAFA é um serviço muito recente em nosso país, fruto de conquistas legislativas que se deram há pouco tempo atrás. Dado esse contexto, já faz com que poucos trabalhos tenham sobre o tema, uma vez que a vida sempre anda em um ritmo

muito mais rápido que nossas pesquisas. No entanto, esse nosso “atraso” natural de ir ao encontro com o objeto, não anula sua relevância. Mais ainda, não anula sua necessidade. Se muito se estudou sobre os tradicionais abrigos de crianças, sobre o processo de adoção e se ainda hoje se faz necessário muitos estudos sobre esses temas, com o surgimento de outra modalidade, não desfaz a necessidade que já estava presente, ao contrário, faz com que novos horizontes devam ser pensados. Na verdade, enquanto há vozes a serem ouvidas, a necessidade dos estudos se imporá.

Quando olhamos o SAFA, várias vozes se fazem presentes, entre elas, as famílias de origem, as crianças e adolescentes, as famílias acolhedoras, as técnicas do SAFA, a Vara da Juventude, entre outras. Nossas interlocutoras principais foram as técnicas, o que fez com que suas vozes ressoassem com mais força do que outras. Isso não significa que as outras devam ser caladas, o que não foi nossa intenção. Pelo contrário. Há muito o que se fazer! Nossa investigação deu apenas um passo em uma jornada que, talvez, nunca acabará. Porém, não podemos deixar de ressaltar que essas vozes revelam aspectos importantes para que a dinâmica desse serviço possa ser conhecida, falada, problematizada e que novos estudos encontrem aqui um diálogo em aberto.

Referências

ALVIM, Maria Rosilene B; VALLADARES, Lícia do Prado. **Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura**. BOLETIM INFORMÁTICO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. nº 22, p. 3-37. 2º Semestre, 1988.

AQUINO, Luseni. A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora de abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: a experiência em nove municípios brasileiros. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 325-365, 2004.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei no 8.242, de 11 de outubro 1991**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências, 1991.

BRASIL. **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**, Brasília: CNAS, Conanda, 2009a.

BRASIL. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Resolução n.109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2019 - Unidades executoras do serviço de Acolhimento em família acolhedora**. Brasília, 2019.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. Ritos de recepção: Nomes, batismos, certidões como formas de inscrição da criança no mundo social. In: SOUSA, Sonia G. **Infância e Adolescência: Múltiplos Olhares**. Goiânia: UCG, 2003.

BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** *Cadernos Pagu*, 21, pp.219-260, 2003.

CAMPOS, Ângela Valadares. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARREIRÃO, Úrsula. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 303-324, 2004.

CARSTEN, J. "Introduction: cultures of relatedness." In: J. Carsten (ed.), **Cultures of relatedness**: new approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge University Press. p. 1-36. 2000.

CARSTEN, J. A matéria do parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCAR**, R@U, 6(2), jul./dez., p. 103-118, 2014.

COHN, Clarice. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 10, n. 9, p. 13-26, 2000.

COHN, Clarice. **A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia**. In: LOPES DA SILVA, A. et al. (Orgs.) Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002, p. 213-235.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

COHN, Clarice. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul-dez. 2010.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global, 2014.

COSTA, N. R. A., & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 22(1), p. 111-118, 2009.

- DANTAS, L. M. S. "Ocupando Lugares Vagos?" Um estudo sobre o "Apadrinhamento Afetivo" em Porto Alegre. In: **27 Reunião Brasileira de Antropologia**, Belém. Anais 27 RBA, 2010.
- DANTAS, L. M. S. . Madrinha é Parente?. In: Raymundo Heraldo Maués, Maria Eunice Maciel. (Org.). **Diálogos Antropológicos**: Diversidades, patrimónios, memórias. 1ed.Belém: L&A, v. 1, 2012.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara. (Orgs.). **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.
- FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes**: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014
- FERNANDES, Camila. "**Ficar com**". **Parentesco, criança e gênero no cotidiano**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.
- FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. UFRGS Editora, Porto Alegre, RS. 2000.
- FONSECA, Claudia. *Mãe é uma só?* Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia USP**, Vol. 13, No.2, p. 49-68, 2002.
- FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, Florianópolis, v. 12, nº 2, p.13-34, maio-agosto, 2004.
- FONSECA, Claudia. Fabricando família: políticas públicas para o acolhimento de jovens em situação de risco. In: Christine Jacquet, Livia Fialho Costa. (Org.). **Família em mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2005a.
- FONSECA, Claudia. Concepção de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Revista Saúde e Sociedade**, ESP-USP, São Paulo, v. 14, n.2, p. 50-59, 2005b.
- FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

FONSECA, Claudia. Conexões intergeracionais em famílias acolhedoras: considerações sobre tempo e abrigagem. **Praia Vermelha (UFRJ)**, v. 13, p. 154-173, 2006b.

FONSECA, Claudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: **Conceito de entidade familiar e seguridade social. Caderno de Direito Previdenciário**. Porto Alegre: TRF – 4ª Região, p. 8-22, 2007.

FONSECA, Claudia. Apresentação: De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu (UNICAMP)**, v. 29, p. 9-26, 2007.

FONSECA, Claudia. Família e Parentesco na Antropologia Brasileira Contemporânea. In: Carlos Benedito Martins; Luiz Fernando Dias Duarte. (Org.). **HORIZONTES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: ANTROPOLOGIA**. São Paulo: ANPOCS, p. 123-154, 2010.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e dos menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 83-121, maio, 1999.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (orgs). **Políticas de proteção à infância – Um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

FREIRE, Lucas de Magalhães. O Ritmo da Gestão: tempo, risco e sofrimento nas “resoluções administrativas” de litígios de saúde em um contexto de “crise”. In. **31ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Brasília: DF, 2018.

HUGHES, Everett C. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. In. **Teoria e Pesquisa**, v 1, n 46. p. 163-173, 2005.

JACOBINA, L. F. ; PAIVA, ILANA LEMOS DE . Aconchego do Lar: Discutindo o Serviço de Acolhimento Familiar. **REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES**, v. 18, p. 1-23, 2019.

LOPES, Paulo Fernando Ribeiro. **De menor a adolescente: o papel da escola na política socioeducativa do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016.

LOZANO-VICENTE, A. Los derechos del niño: cuestiones sobre su fundamentación. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, n. 14 v. 1, p.67-79, 2016.

LUGONES, Maria Gabriela. **Obrando em autos, obrando em vidas: formas y formulas de Protección Judicial em los tribunales Prevencionales de Menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

LUGONES, Maria Gabriela. Matronato: Gestiones maternas de protección estatal. In: Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão práticas e

representações. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 51, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pPgvCpCNGPjh8vXHDfvSC9p/?lang=es> . Acesso em: 20 janeiro. 2019.

MELLO, Simone; SILVA, Enid. Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 99-134, 2004.

MELLO, Simone. O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 135-168, 2004.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Na “casa da mãe”, na “casa do pai” – Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da circulação de crianças. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47 n. 2, 2004.

NASCIMENTO, Maria Livia. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, p 39-44, 2012.

OLIVEIRA, Siro. O Judiciário e a medida de abrigo no âmbito da proteção integral: a experiência do Rio de Janeiro. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 367-377, 2004.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, v. 50, n. 1, p. 225-270. São Paulo: USP, 2007.

PRESTES, Andréia Baia. Sociais, mas ainda mães: relações e afetividade no cotidiano de instituições de abrigamento. In: **II REA - Reunião Equatorial de Antropologia - XI Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**, 2009.

PRESTES, Andréia Baia. **Ao Abrigo da Família: Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

REZENDE, Claudia Barcellos. *Nomes que (des)conectam: gravidez e parentesco no Rio de Janeiro*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 587-607, dez. 2015.

RINALDI, Alessandra de Andrade. A nova cultura da adoção: o papel pedagógico dos Grupos de Apoio à Adoção no município do Rio de Janeiro. **Jurispoiesis**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 13-37, 2010.

RINALDI, Alessandra de Andrade. Novos arranjos familiares e os múltiplos sentidos da adoção. **ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA**, v. 43, p. 101-129, 2017.

RINALDI, Alessandra de Andrade. Adoção: políticas para a infância e juventude no Brasil?. **SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO)**, v. 33, p. 273-294, 2019.

RINALDI, Alessandra de Andrade. Ações de destituição do poder familiar em processos de adoção no rio de janeiro: valores morais e práticas legais. **REVISTA SOCIAIS E HUMANAS**, v. 33, p. 75-91, 2020.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. PUC-Rio; Loyola, 2004.

SCHNEIDER, David M. **Parentesco americano: uma exposição cultural**. Petrópolis: Vozes, 2016.

SARTI, Cyntia Andersen; MONTES, Maria Lucia Aparecida. **Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009.

SCHUCH, Patrice. Como a família funciona em políticas de intervenção social?. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. v. 13, n. 2, p. 309-325, 2013

SILVA, Roberto da. A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 287-310, 2004.

SILVA, Enid. Introdução. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 17-20, 2004.

SILVA, Enid. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 41-70, 2004.

SILVA, Enid. O financiamento dos abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 169-194, 2004.

SILVA, Enid. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a percepção das instituições de abrigo. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 195-208, 2004.

SILVA, Enid; MELLO, Simone. Contextualizando o "Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada". In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 21-39, 2004.

SILVA, Enid; MELLO, Simone. Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 71-98, 2004.

SILVA, Enid; MELLO, Simone; AQUINO, Luseni. Os abrigos para crianças e adolescentes e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, p. 209-242, 2004.

TOREN, Christina. **Mind, Materiality and History. Explorations in Fijian Ethnography**. London and New York, Routledge. 1999.

TOREN, Christina. A matéria da imaginação: o que podemos aprender com as ideias das crianças fijianas sobre suas vidas como adultos. **Horizontes Antropológicos**, n. 34. p.19-48. 2010.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

URIARTE, Pilar. **Substituindo famílias: Continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946-2003**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia social – UFRGS: Porto Alegre, 2005.

VALENTE, Jane. **Famílias Acolhedoras: as relações de cuidado e de proteção no serviço**. SÃO PAULO: PAULUS, 2014.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIANNA, A. de R. B. Direitos, moralidades e desigualdades: Considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: Lima, Roberto Kant de. (Org.)

Antropologia e Direitos Humanos 3 – Prêmio ABA/ Fundação Ford. Niterói: EdUFF, 2001.

VIANNA, Adriana de R. B. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.) **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil.** Rio de Janeiro Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002a.

VIANNA, Adriana. **Limites da menoridade:** tutela, família e autoridade em julgamento. Tese de doutorado defendida no Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2002b.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116. jul-dez. 2011.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. Apresentação. In: Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão práticas e representações. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 51, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ScT4XyMQmC8BBbWCrRyr5Sn/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio, 2021a.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O Duplo Fazer do Gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. In: Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão práticas e representações. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 51, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 maio, 2021b.

VICENTE, C. M. O direito a convivência familiar e comunitária: Uma política de manutenção do vínculo. In S. M. Kaloustian (Ed.), **Família brasileira: A base de tudo**, p. 47- 59, São Paulo: Cortez, 2004.

WEBER, Florence. *Lares de cuidado e linhas de sucessão:* algumas indicações etnográficas na França, hoje. **MANA**, n. 12 v. 2, p. 479-502, 2006.

YNGVESSON, Bárbara. Parentesco reconfigurado no espaço da adoção. **Cadernos Pagu** n. 29, p. 111-138, jul-dez, 2007.